

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE URBANO INTEGRADO  
ELSO PILAU, MUNICÍPIO DE GIRUÁ-RS**

**ELENIR MARIA RICHTER**

**ORIENTADORA: PROF<sup>a</sup>. DR<sup>a</sup>. NINA SIMONE VILAVERDE MOURA FUJIMOTO**

**PORTO ALEGRE, RS, Maio de 2008**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE URBANO INTEGRADO  
ELSO PILAU, MUNICÍPIO DE GIRUÁ-RS**

**ELENIR MARIA RICHTER**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Nina Simone Vilaverde Moura Fujimoto**

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Bernardo Sayão Penna e Souza (UFSM)  
Prof. Dr. Luis Alberto Basso (UFRGS)  
Prof<sup>a</sup>. Dra. Tânia Marques Strohaecker (UFRGS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

**Porto Alegre, RS, Maio de 2008**

Richter, Elenir Maria

Percepção ambiental do Parque Urbano Integrado Elso Pilau,  
Município D Giruá-RS / Elenir Maria Richter - Porto Alegre :  
UFRGS/PPGEA, 2008.

[121. il].

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do  
Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia,  
Porto Alegre, RS - BR, 2008.

1. Geografia. 2. Problemas ambientais. 3. Parques Urbanos. 4.  
Fenomenologia. 5. Percepção Ambiental. 6. Educação Ambienta. I.  
Título.

---

Catálogo na Publicação  
Biblioteca Geociências - UFRGS  
Renata Cristina Grun CRB10/1113

“O Sentimento de pertencer a um grande todo, como a onda pertence ao mar, a folha à árvore e a uva à vinha, é uma característica da maneira certa de estar lá através do corpo e com o corpo”.

Durkheim apud Cavalcanti, 1992.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por possibilitar meu crescimento pessoal e aperfeiçoamento profissional através do Programa de Pós Graduação em Geografia, o que somente foi possível graças ao caráter público desta Instituição.

A Deus por ter-me concedido proteção, força e coragem nas viagens semanais e pela oportunidade de realização deste mestrado.

Aos professores do Programa com os quais tive a oportunidade de conviver ao longo do curso.

À Professora Dr<sup>a</sup>. Nina Simone Fujimoto, pela paciência, persistência e apoio na orientação deste trabalho, ao longo da difícil caminhada, que me proporcionou crescimento pessoal. Só posso agradecer-lhe e dizer-lhe que muito aprendi neste período de convivência. Também peço desculpas pelos meus erros e pelos tantos tropeços durante nossa jornada. Obrigada por acreditar em mim.

Ao Teófilo Medeiros que, apesar do pouco tempo de convívio e conhecimento, prestou-me auxílio na elaboração dos mapas e esteve disponível virtualmente para sanar as dúvidas que surgiam ao longo do caminho.

À Prefeitura Municipal de Giruá, através do Departamento de Engenharia, Secretarias de Desenvolvimento e Administração, à Câmara de Vereadores e à Gráfica e Folha Giruaense, pelo apoio, ao fornecer os documentos e informações necessários que me permitiram avançar nas pesquisas.

Ao Sr. Humberto Vionei Weschenfelder, Rosemere Hofmann, Joseana S. Farezin, Milton Rosa, Eliana Lucas, Alesandro Cordeiro e Aline Lutte, pela solicitude, conversas e empréstimo de materiais. Toda forma de ajuda foi valiosa para as pesquisas.

Aos moradores do entorno e freqüentadores do parque que contribuíram para a minha pesquisa através da entrevista, pela hospitalidade de me receberem ou concederem algum tempo, interrompendo suas atividades de lazer, para conversarmos.

Ao meu namorado Gelson München, pela sua valiosa ajuda e pelo apoio incondicional ao longo do desenvolvimento desta pesquisa, especialmente nos momentos de desânimo. Sua presença foi determinante para que eu seguisse a jornada.

À minha família, em especial minha mãe, que todas as semanas me desejava boa viagem mesmo com o coração partido. Com seu carinho de mãe, me apoiou e acreditou em mim. Agradeço também à minha irmã que muitas vezes me acolheu em sua casa no município de São Leopoldo.

Finalmente, agradeço a todas aquelas pessoas que de alguma forma contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho e que sem elas não teria sido possível.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CRH</b>	Conselho de Recursos Hídricos
<b>UPI</b>	Unidade de Proteção Integral
<b>API</b>	Área de Proteção Integral
<b>COMTUR</b>	Coordenação Municipal de Turismo, Lazer e Desporto
<b>ONGs</b>	Organizações não-Governamentais
<b>UCs</b>	Unidades de Conservação
<b>IUCN</b>	União Internacional de Conservação da Natureza
<b>SNUC</b>	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
<b>APAS</b>	Área de Proteção Ambiental
<b>FLONAS</b>	Florestas Nacionais
<b>APP</b>	Área de Preservação Permanente
<b>SURBAN</b>	Divisão de Planejamento Urbano do Rio Grande do Sul
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
<b>EMATER</b>	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>FUNDEMA</b>	Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente
<b>SISMAMA</b>	Sistema Nacional de Meio Ambiente
<b>SMEC</b>	Secretaria de Educação e Cultura Municipal
<b>SENAR</b>	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
<b>SMAMA</b>	Secretaria do Meio Ambiente do Município

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divisão hidrográfica do Estado do Rio Grande do Sul.....	22
Figura 2 - Dados referentes às sub-bacias hidrográficas que compõem a bacia hidrográfica dos rios Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo.....	22
Figura 3 - Área de abrangência das bacias hidrográficas do Comitê.....	23
Figura 4 - Reportagem sobre o Parque Integrado Elso Pilau no Caderno Especial do jornal Zero Hora.....	24
Figura 5 - Informativo municipal referente à aquisição da área para a construção do Parque e o andamento das obras.....	75

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Atividade de volta às aulas – Séries Iniciais e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino, em março de 2008.....	18
Foto 2 - Alunos da Escola da Rede Sinodal durante o 3º arranhamento crioulo, no ano de 2001.....	19
Foto 3 - Área do Parque Integrado no ano de 1989.....	19
Foto 4 - Imagem atual do Parque - Google Earth.....	20
Foto 5 - Poluição do arroio.....	20
Foto 6 - Ausência de mata ciliar em um dos pontos do arroio.....	21
Foto 7 - Quiosque.....	29
Foto 8 - <i>Playground</i> infantil.....	30
Foto 9 - Anfiteatro.....	30
Foto 10 - Campos de futebol.....	31
Foto 11 - Vista parcial da pista de atletismo.....	31
Foto 12 - Gruta Nossa Senhora das Graças.....	32
Foto 13 - Vista parcial da área do Parque.....	32
Foto 14 - Vista parcial de um dos lagos.....	33
Fotos 15 e 16 - Mata nativa em diferentes pontos do Parque.....	74

## **LISTA DE MAPAS**

Mapa 1 - Localização do município de Giruá no Estado do Rio Grande do Sul.....	27
Mapa 2 - Localização do Parque Integrado Elso Pilau no município de Giruá.....	28
Mapa 3 - Malha urbana do município de Giruá no ano de 1975.....	78
Mapa 4 - Malha urbana do município de Giruá no ano de 2008.....	79

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1- Síntese das entrevistas realizadas com os moradores próximos ao parque urbano Elso Pilau.....	93
Tabela 2 - Síntese das entrevistas realizadas com os freqüentadores do Parque Urbano Elso Pilau.....	96

## RESUMO

A problemática ambiental tem evoluído diante do acelerado avanço tecnológico que demanda cada vez mais recursos naturais. O avanço tecnológico aliado ao crescimento populacional e urbano tem levado ambientalistas a discutirem o futuro do Planeta, constatando-se que a demanda por espaços naturais é cada vez mais necessária, bem como sua capacidade em resistir às agressões ambientais. Diante dessa situação já verificada desde o século XIX, entende-se que amplos espaços verdes protegidos da ação humana, além de benéficos à saúde física e mental da população, preservam ecossistemas importantes para a manutenção da biodiversidade. Hoje, parques urbanos cada vez mais merecem destaque diante do reconhecimento de seus benefícios. Entender como a população se relaciona com estes espaços e qual sua percepção acerca dos mesmos tem sido uma estratégia importante na medida em que fornece elementos que possibilitam adequá-los às necessidades e expectativas das pessoas. No caso específico do Parque Urbano Integrado Elso Pilau, localizado no município de Giruá - RS, entender como a população do entorno e frequentadores se relacionam e o percebem contribui para compreender a relação da população com o Parque, bem como suas expectativas com relação a essa área verde. Para tanto, faz-se necessária a análise da percepção ambiental que a população possui do Parque, valorizando suas experiências pessoais e memórias apreendidas através do método fenomenológico para extrair de suas manifestações as opiniões pessoais, semelhanças, conflitos e controvérsias como expressão da sensibilidade dos atores sociais. Concluiu-se que o Parque Urbano Integrado Elso Pilau é uma iniciativa importante para a conservação dos recursos naturais na cidade de Giruá, contudo ainda não atende todos os objetivos propostos no seu projeto de criação. Tal situação contribui para a percepção ambiental de muitos dos entrevistados que vêem o Parque como um local sem atrativos, embora tal percepção se contraponha àqueles que se relacionam de forma saudável com o Parque e possuem um sentimento topofílico bastante forte sentindo-se responsáveis por ele.

Palavras-chave: Problemas ambientais, Parques Urbanos, Fenomenologia, Percepção Ambiental, Educação Ambiental.

## ABSTRACT

The evolution of the environmental problem facing the accelerated technological advancement which demands more and more natural resources associated to the increasing population and urban growth, have taken environmentalists to discuss the future of the planet and the demand for green areas is more necessary, as well as their capacity to resist to environmental aggressions. In the face of this situation which we have been experiencing since century XIX, it can be understood that large green areas protected from human intervention not only benefit human physical and mental health but also preserve important ecosystems which are imperative to preserve biodiversity. Currently, urban parks deserve an increasing distinction due to the recognition of its benefits. Understand how the population relate with these areas and what their perception about them have been an important strategy since it provides elements which make possible to adjust them to the needs and expectations of the people and, in this specific case, understand how the population of the surrounds and the attendees relate and perceive Elso Pilau Integrated Urban Park (Parque Urbano Integrado Elso Pilau) in the city of Giruá, State of Rio Grande do Sul, contributes to understand the relation between the population and the park and the expectations for this green area. In order to do so, it is necessary to analyze the population's environmental perception of the park, valuing their private experiences and memories apprehended by the phenomenological method to reach the population's private opinions, similarities, conflicts, controversies as an expression of the social actors' sensitivity. Finalizing, this study showed that Elso Pilau Integrated Urban Park (Parque Urbano Integrado Elso Pilau) is an important initiative to preserve natural resources in Giruá, though it does not achieve all the goals which were proposed in the project yet. This situation contributes to the environmental perception from many interviewees, who see the Park as a place without attractions, although such perception countervails to those that relate with the Park and have a quite strong "topofilico" feeling, feeling responsible for it.

Key-words: environmental problems, urban parks, phenomenology, environmental perception, environmental education.

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>06</b>
<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>07</b>
<b>LISTA DE FOTOS.....</b>	<b>08</b>
<b>LISTA DE MAPAS.....</b>	<b>09</b>
<b>LISTA DE TABELAS.....</b>	<b>10</b>
<b>RESUMO.....</b>	<b>11</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>12</b>
<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
1.1 Tema da Pesquisa.....	14
1.2 Objetivos e Justificativas.....	16
1.3 Localização da Área de Estudo.....	25
<b>2 REFERENCIAIS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS.....</b>	<b>34</b>
2.1 Problemática Ambiental e o Surgimento das Unidades de Conservação.....	34
2.2 Unidades de Conservação: características e funcionalidades.....	41
2.3 Parques Urbanos.....	47
2.4 Fenomenologia e Percepção Ambiental.....	49
2.5 Procedimentos Operacionais.....	66
<b>3 A CRIAÇÃO DO PARQUE ELSON PILAU .....</b>	<b>70</b>
3.1 Histórico do Parque.....	70
3.2 Aspectos Institucionais do Parque.....	80
<b>4 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE ELSON PILAU.....</b>	<b>89</b>
4.1 Análise das Entrevistas.....	89
4.2 Percepção Ambiental dos Moradores do Entorno e Freqüentadores em Relação ao Parque Elson Pilau.....	98
4.3 Propostas para o Planejamento e Gestão do Parque.....	112
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>114</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>116</b>
<b>7 ANEXOS.....</b>	<b>121</b>

# **1 INTRODUÇÃO**

## **1.1 Tema da Pesquisa**

A problemática ambiental é resultante da forma com a qual os homens, em sociedade, ao longo do tempo, se relacionaram com a natureza. As sociedades tornaram-se mais complexas e as ciências avançaram, estabelecendo-se forte dependência dos recursos naturais diante de um modelo de desenvolvimento econômico baseado na exploração e na manutenção do modo de vida sustentado pelo consumo e desperdício. A evolução técnico-científica promoveu o atual modelo de uso dos recursos da natureza e, manter este modelo tem trazido conseqüências extremas e prejudiciais, originadas pelos desequilíbrios causados nos ecossistemas. Isso representa uma séria ameaça à manutenção da vida no Planeta e tem provocado intensas discussões, tanto que é objeto de estudo e preocupação também no cenário político mundial.

Essa preocupação com a degradação ambiental, já se fazia presente na sociedade do século XIX, dentre grupos preservacionistas que viam o homem como destruidor da natureza, diante do avanço da industrialização e acelerado desenvolvimento econômico atingido pelas grandes potências mundiais. Nesse contexto de rápidas transformações verificadas nas cidades, onde a perda da qualidade de vida da população é significativa, vê-se despertar uma preocupação em “conservar áreas naturais” não transformadas pelo homem, as quais, além da garantia de preservação dos atributos naturais proporcionam ao homem urbano espaços onde ele possa viver momentos de lazer e contemplação percebendo-se, portanto, uma mudança de olhar e percepção frente à natureza.

Essa mudança de percepção frente ao mundo natural, aliada às idéias românticas do século XIX que reportavam ao imaginário do paraíso perdido, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime, impulsionou e influenciou a criação de áreas naturais protegidas, consideradas como ilhas de grande beleza e valor estético.

Em março de 1872, o Congresso dos Estados Unidos criou o Parque Nacional de Yellowstone, determinando que a área fosse dedicada e separada como parque público ou área de recreação para benefício e desfrute do povo. A idéia na criação de tais espaços é que abriguem fauna, flora, locais de beleza cênica, observação, conservação e lazer.

Tais parques públicos, ao mesmo tempo em que preservam elementos naturais, irão atender à crescente necessidade de lazer e “contemplação da natureza” para grandes massas de população, já que a idéia é melhorar a qualidade de vida da população urbana, principalmente da classe trabalhadora que necessita de lazer para um melhor desempenho de suas atividades. Vêm-se tais espaços não mais como apenas “exóticos” num ambiente marcadamente urbano, mas como uma necessidade higiênica, de recreação e até de defesa e recuperação do meio ambiente em face dos efeitos dos agentes poluidores.

Diante da importância que adquirem tais espaços públicos, é fundamental a conservação de seus atributos naturais, pois é importante ter-se presente que muitos desses parques coexistem com populações moradoras em seu entorno ou até mesmo dentro das áreas protegidas. Godelier (1984) *apud* Diegues (2004) declara que a força mais profunda que movimenta o homem é a sua capacidade de mudar suas relações com a natureza, ao transformá-la. No entanto, tal transformação depende de representações e idéias que os indivíduos fazem do ambiente.

O estudo da percepção ambiental permite entender tais relações como uma tomada de consciência do ambiente pelo homem, aprendendo a protegê-lo e cuidá-lo e da melhor forma. Cada indivíduo percebe, reage e responde de forma diferente frente às ações sobre o meio. Tuan (1980) afirma que o homem apreende a realidade que o cerca por meio dos sentidos, que podem ser comuns ou especiais; cada imagem e idéia sobre o mundo é composta de experiência pessoal, aprendizado, imaginação e memória.

Guimarães e Dacanal (2006) esclarecem que há variações e mudanças na percepção, isso porque processos de cognição, percepção, interpretação e representação do meio ambiente são elaborados a partir de múltiplas variáveis. Devem ser consideradas características individuais (gênero, faixa etária), herança cultural e classe sócio-econômica de cada ser humano, de maneira que o fenômeno observado se diferencia e é qualificado de acordo com certo olhar em um dado momento.

Envolvem-se fatores internos e externos na percepção e valoração do meio ambiente. As atitudes ambientais, segundo a *American Psychological Association* (2001) *apud* Coelho

(2006) podem ser consideradas como sentimentos favoráveis ou desfavoráveis acerca do meio ambiente ou sobre um problema relacionado a ele. São percepções ou convicções relativas ao ambiente físico, inclusive fatos que afetam sua qualidade. Portanto, tais atitudes podem referir-se às experiências subjetivas e apreendidas apresentando em sua composição crenças relacionadas ao objeto atitudinal, sendo expressas através do comportamento.

A Unesco, em sua proposição de 1973, ressaltou a importância da pesquisa em percepção ambiental. Isso porque uma das dificuldades para a proteção de ambientes naturais está na existência de diferenças nas percepções dos valores e da sua importância entre os indivíduos de culturas diferentes ou de grupos sócio-econômicos que desempenham funções distintas, no plano social, nesses ambientes. Tal diferenciação deve-se à heterogeneidade existente entre grupos sociais, nos quais se destacam valores sociais, culturais e educacionais.

Hoje, os parques urbanos, representam espaços de grande importância na conservação de elementos naturais em duas perspectivas: uma é a do real, já que funcionam como preventivos de danos ambientais mantendo atributos de uma área específica; a outra é potencial, pois a manutenção desses espaços é importante para amortecer ruídos, embelezar o ambiente, auxiliar no controle da erosão, proteger mananciais, entre outros.

Diante do cenário de crise ambiental e da importância assumida pelos parques urbanos, é fundamental a realização de estudos nesse sentido. Cabe à Geografia o estudo da repercussão da criação desses parques no espaço urbano, bem como o estudo da percepção ambiental que a população possui em relação a eles. Nesse sentido, o problema de pesquisa desta dissertação reside na percepção ambiental que os moradores de Giruá possuem em relação ao Parque Urbano Integrado Elso Pilau, criado no ano de 1989.

## **1.2 Objetivos e Justificativas**

A partir dos pressupostos apresentados, apresenta-se o objetivo geral deste estudo que é realizar uma análise da percepção ambiental dos moradores do entorno e frequentadores com relação ao Parque Urbano Integrado Elso Pilau do município de Giruá-RS..

Para tanto, serão considerados alguns objetivos específicos:

- a) Analisar a criação do Parque no contexto municipal, destacando sua efetivação como espaço de lazer e área de proteção permanente através de análise documental;

- b) Identificar as diferentes percepções ambientais e a atribuição de valores que os moradores do entorno e freqüentadores possuem em relação à criação e efetivação do Parque Urbano Integrado Elso Pilau no município de Giruá;
- c) Indicar possíveis encaminhamentos no que se refere ao planejamento e gestão do Parque junto ao órgão público responsável.

Os parques públicos adquirem importância no contexto urbano frente à atual devastação de recursos naturais verificados tanto em escala mundial, nacional e local. Isso se dá não só porque se constituem como espaços de conservação de áreas com atributos naturais significativos, mas também como locais de lazer e de reposição das energias gastas na vida estressante das cidades, onde é cada vez mais visível a perda da qualidade de vida. Percebe-se que a natureza não é somente bela, mas também benéfica à saúde física e mental humana. Então, a existência de espaços públicos de preservação ambiental possibilita, além do bem-estar físico, também a conservação e proteção à natureza.

O Parque Urbano Integrado Elso Pilau possui uma área de 7,9 hectares dentro do perímetro urbano do município de Giruá e foi criado com o objetivo de proteger a mata nativa e as nascentes do arroio Giruazinho. A escolha deste local deveu-se, sobretudo, ao fato de ali haver dois elementos naturais relevantes para a localidade e para os fins a que se destinava a área: mata nativa, ainda em bom estado de conservação (se considerar o avançado processo de desmatamento verificado no município e região) e presença de várias nascentes hidrográficas.

Objetivou-se criar uma área de proteção ambiental que fosse, ao mesmo tempo, anteparo natural e de defesa do Parque contra o barulho da linha férrea e das águas da parte mais alta da cidade e, na conservação e recuperação das várias nascentes do arroio aí situadas já com processo de degradação. Além do mais, a área mostrava-se profícua a proporcionar lazer à população urbana que até então não tinha um espaço adequado para este fim. O local possibilita desde contato homem-natureza através de caminhos que penetram na mata até um *playground* com cerca de 300 m<sup>2</sup>, além de ser mantida uma área livre para recreação infantil ou uso eventual de parques de diversões.

O Parque possui em seu interior Áreas de Preservação Permanente, obedecendo à Lei Federal 4.771 de 15/09/1965. Abriga ainda, diversidade de espécies vegetais<sup>1</sup> como: timbó, canafístula, angico vermelho, açoita cavalo, erva-mate, pedro velho, quebra machado, cabreúva, canela-de-veado, guajuvira, branquilha, umbu, timbaúva, figueira-do-mato e

---

<sup>1</sup> Levantamento feito no Parque no dia 02.02.2008, nas espécies que contêm plaquetas de identificação.

jacarandá-de-espinho, além de várias outras espécies nativas da região. As nascentes e a mata nativa constituem-se como áreas de preservação permanente, justificando-se, portanto, a necessidade de proteção especial do local. Ressalta-se que na fauna local, destacam-se algumas espécies de pássaros<sup>2</sup>: quero-quero, tesourinha, beija-flor-dourado, bem-te-vi, pomba juriti-pupu, curruíra, João-de-barro e pardal, bem como insetos.

A sua topografia plana coberta por gramíneas favorece o desenvolvimento de atividades voltadas ao lazer da população: *playground*, área para instalação de parque de diversões alternativo e até mesmo área para exposições. Algumas pesquisas e estudos de campo são realizados ao longo do ano letivo pelos alunos e professores das escolas municipais e estaduais. Porém, a maior busca está ligada a atividades de recreação para as crianças (foto 1) e, em alguns casos, como referência para desenvolver projetos voltados à Semana Farroupilha, como o Arrançamento anual promovido por Escola da Rede Sinodal e aberto à visitação de toda a comunidade (foto 2).



Foto 1: Atividade de volta às aulas – Séries Iniciais e Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino em março de 2008.

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC).

---

<sup>2</sup> Os nomes aqui fornecidos estão referenciados no Trabalho de Graduação em Ciências Biológicas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), intitulado: A relação ecológica entre aves e dispersão de sementes no Parque Poncho Verde de Santo Ângelo-RS, tendo sido desenvolvida pesquisa de campo paralela no Parque Integrado Elso Pilau pelas similaridades de vegetação encontradas em ambos os parques.



Foto 2 : Alunos da Escola da Rede Sinodal durante o 3º Arranchamento Crioulo, no ano de 2001.

Fonte: Escola Rui Barbosa.

Na época da compra da área para a instalação do Parque, havia escassa ocupação (foto 3) nas proximidades, porém, hoje, não se constata mais tal realidade (foto 4). Em todo o entorno há residências, o que trouxe como consequência, em alguns pontos, poluição ambiental principalmente nos arroios (foto 5) que se encontram próximos às moradias nos setores oeste e sul do parque. Verifica-se o despejo de água servida e lixo doméstico nas águas, além da falta de mata ciliar (foto 6) em vários pontos por onde percolam as águas dos arroios, sendo também comum a retirada de mata nativa em pontos mais isolados.



Foto 3: Fotografia da área do Parque Integrado, quando da compra em 1989.  
Fonte: Humberto Vionei Weschenfelder



Foto 4: Imagem atual do Parque, 2008.  
Fonte: Google Eart.



Foto 5: Poluição do arroio – Março de 2008  
Fonte: Elenir Richter/Alesandro Cordeiro



Foto 6: Ausência de mata ciliar em um dos pontos do arroio – Março de 2008.  
Fonte: Elenir Richter/Alesandro Cordeiro

Em relação aos arroios, cabe destacar que suas águas deságuam no rio Comandaí que é um dos integrantes da Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo, Santo Cristo e Santa Rosa. O Conselho de Recursos Hídricos do Estado através da Resolução CRH nº 04/02 de 09 de maio de 2002, consolidou a divisão hidrográfica do Estado do Rio Grande do Sul, dentro do âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos (figura 1). Os rios Turvo, Santo Cristo e Santa Rosa estão localizados na bacia hidrográfica U 30. Tal denominação indica que a referida bacia faz parte da região hidrográfica do Uruguai, que corresponde a um conjunto de sub-bacias hidrográficas situadas à margem esquerda do rio Uruguai. A bacia U 30 é composta por cerca de 120 cursos d'água que drenam diretamente ao rio Uruguai, destacando-se sete rios por drenarem sub-bacias importantes devido à sua magnitude ou à sua ocupação antrópica (figura 2). A bacia U 30 apresenta uma área de 10.757 km<sup>2</sup> (figura 3), abrangendo 55 municípios.

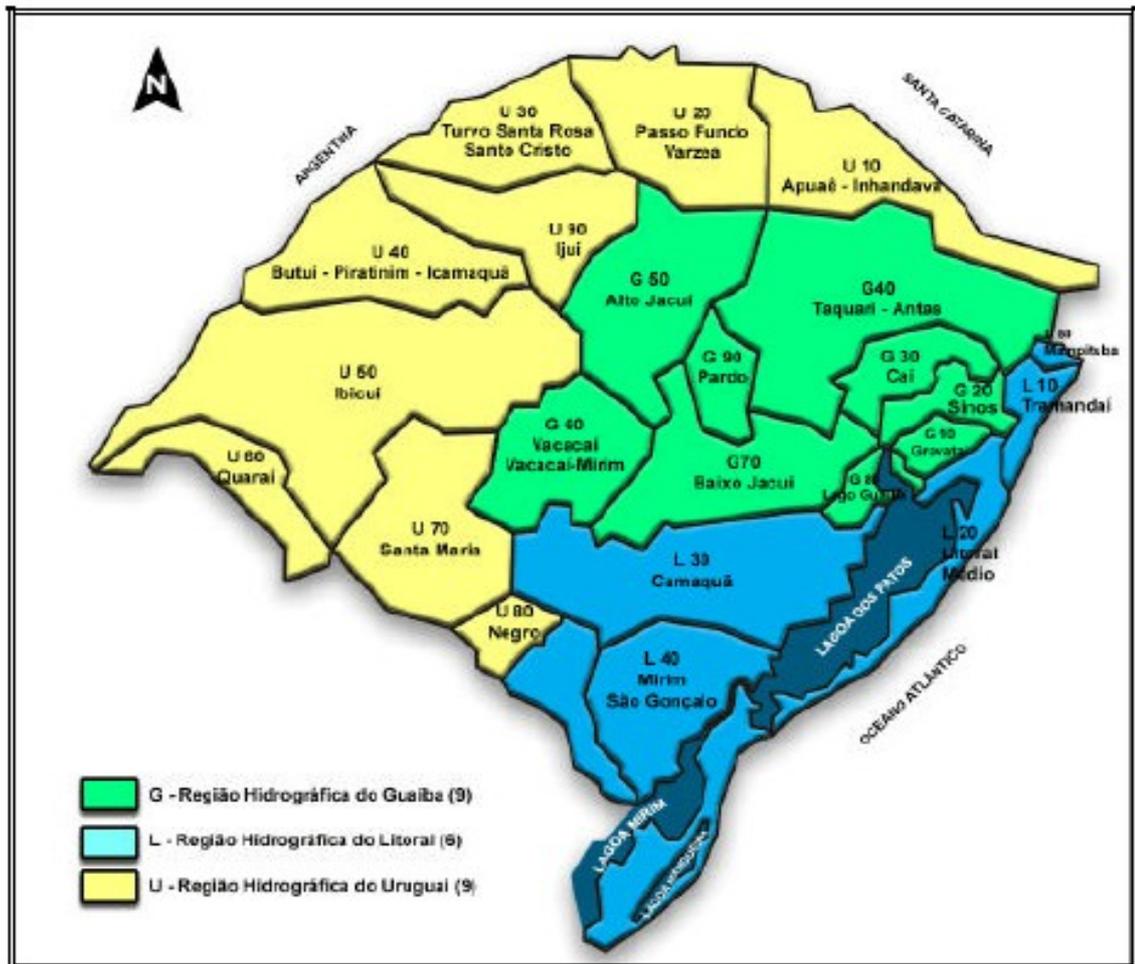


Figura 1: Divisão Hidrográfica do Estado do Rio Grande do Sul.

Fonte: Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul (SEMA) – 2002

Sub-Bacias Hidrográficas	Área (Km <sup>2</sup> )	Comprimento do rio principal (Km)
Sub-bacia do Rio Turvo	1.878,61	247,05
Sub-bacia do Rio Lajeado Grande	525,38	85,33
Sub-bacia do Rio Buricá	2.355,24	195,45
Sub-bacia do Rio Santa Rosa	1.399,59	185,14
Sub-bacia do Rio Santo Cristo	898,10	121,73
Sub-bacia do Rio Comandá	1.431,52	199,00
Sub-bacia do Rio Amandaú	541,44	83,80
Outras sub-bacias	1.726,86	-
<b>Total</b>	<b>10.756,75</b>	-

Figura 2: Dados referentes às sub-bacias hidrográficas que compõem a Bacia Hidrográfica dos Rios Turvo, Santa Rosa e Santo Cristo.

Fonte: Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) - 2003

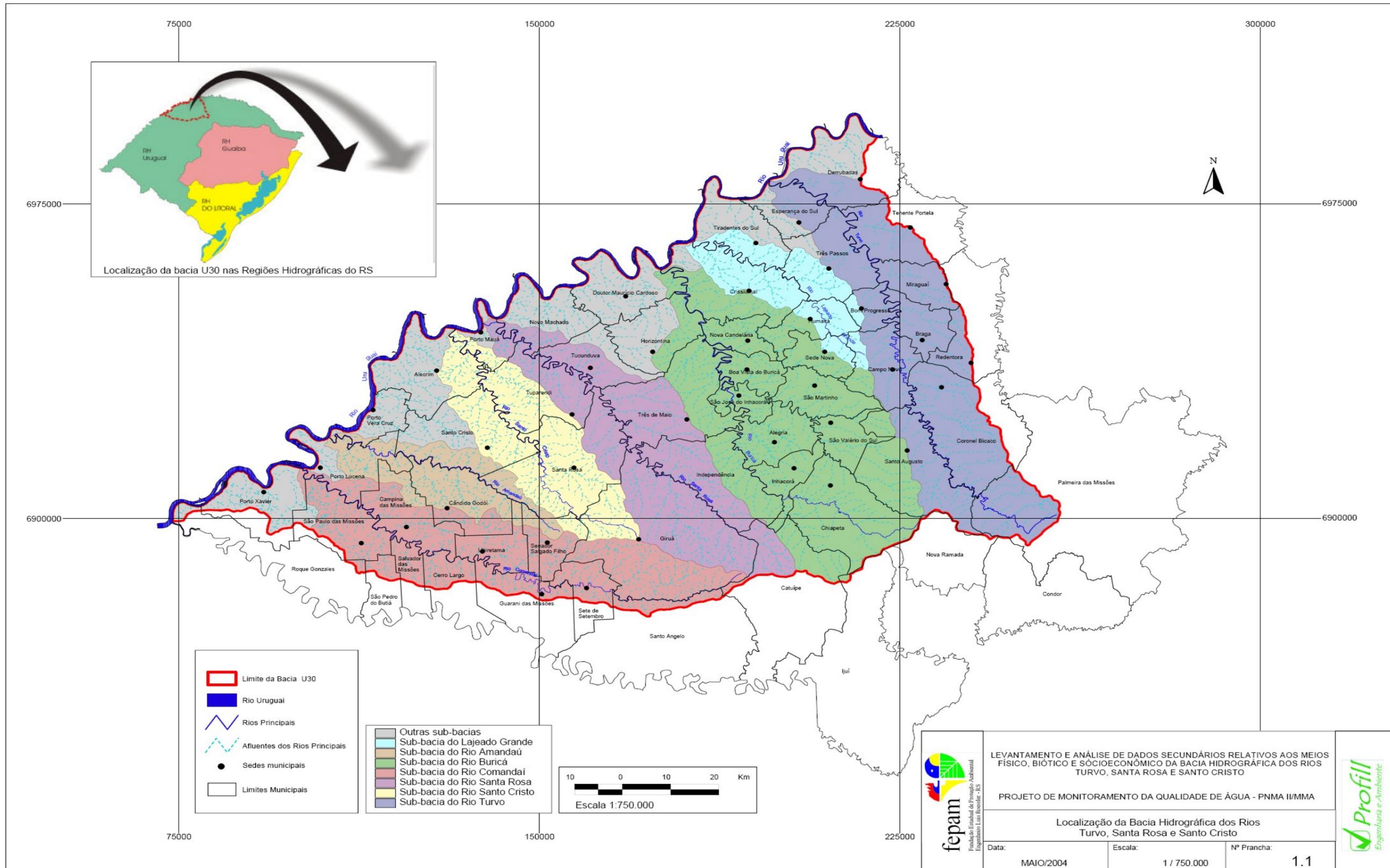


Figura 3: Área de abrangência da bacia U30 nas regiões hidrográficas do Rio Grande do Sul.  
 Fonte: Fundação Estadual de Proteção Ambiental (FEPAM) – 2004.

Dentro da região de abrangência desta bacia, há os Comitês de Gerenciamento cuja função é discutir e deliberar sobre assuntos de interesse comum aos diversos usos da água, definindo as prioridades e intervenções necessárias à gestão integrada das bacias hidrográficas. Além disso, compete aos comitês promover ações de discussão e divulgação relacionadas a recursos hídricos junto à comunidade na sua área de abrangência. Procura, ainda, incentivar e mostrar a necessidade de participação da sociedade na gestão de recursos hídricos, conforme prevê a Lei Estadual 10.350/94, no seu artigo 13, incisos I, II e III. Estão, portanto, contempladas as águas do Parque dentro das discussões do Comitê.

É também, o Parque, o principal ponto turístico da área urbana do município, tendo recebido destaque no Caderno Especial do Zero Hora do dia 12/06/2006, no qual constam as principais atrações dos municípios gaúchos. Mesmo como destaque (figura 4) e, embora esteja contemplado na Legislação Ambiental Municipal criada em 2003, o Parque não tem recebido a devida atenção principalmente nas áreas de preservação permanente, tanto pelo órgão municipal responsável por sua administração como pela comunidade.



Figura 4: Reportagem sobre o Parque Integrado Elso Pilau no jornal Zero Hora  
Fonte: Caderno Especial do Zero Hora do dia 12/06/2006, p. 73.

O Parque constitui-se como um patrimônio natural, sendo importante e necessária a sua conservação para as atuais e futuras gerações. Através desta pesquisa, pretende-se fazer um estudo da percepção ambiental da população em relação ao Parque. Destaca-se que a percepção engloba processos comportamentais a partir da cultura, processo cognitivo e escala de valores que se atribui ao objeto. Tal constatação é determinante nas atitudes que se tem para com o meio ambiente ou espaço geográfico, pois como aborda Del Rio (1996, p. IX):

O estudo dos processos mentais relativos à percepção ambiental é fundamental para compreendermos melhor as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, suas expectativas, julgamentos e condutas. Nossas ações sobre o meio ambiente podem gerar conseqüências que afetarão a qualidade de vida de várias gerações, isto porque nossas respostas emocionais dependem não apenas do humor ou predisposição do momento, mas da própria satisfação psicológica com o ambiente.

Entender como esta população se relaciona e percebe o Parque será importante na medida em que serve de parâmetro e referência para as melhorias na sua infra-estrutura como área de lazer. Além disso, possibilitará a busca de medidas necessárias a uma melhor gestão da área, não só pelos responsáveis diretos (Prefeitura), mas também em parceria com a comunidade para o desenvolvimento de projetos voltados à educação ambiental, visando à recuperação das áreas degradadas e sua posterior conservação. Tem-se, assim, a possibilidade de tornar esse espaço um local agradável, que promova na comunidade uma relação de familiaridade, pertencimento e consciência ambiental.

Acredita-se que tal estudo possa servir de referencial para um adequado planejamento e gestão necessários à sua manutenção não só como um dos únicos Parques Públicos da região noroeste do Estado, mas também como Área de Proteção Permanente contemplada pela Lei Federal 4.771 de 15 de setembro de 1965.

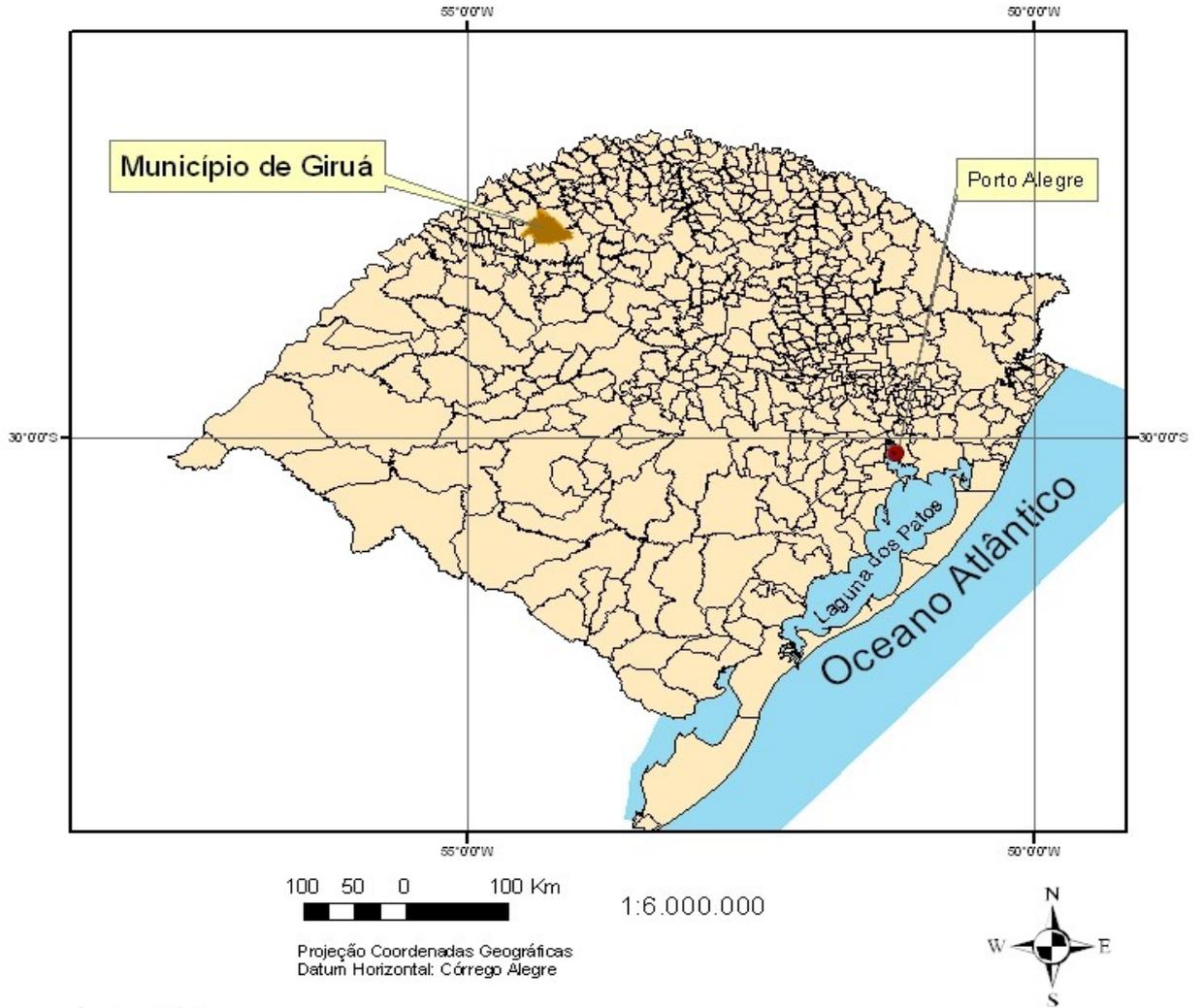
### **1.3 Localização da Área de Estudo**

A área de estudo está localizada no bairro Seger, no município de Giruá, região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, (mapa 1), a 475 km da capital do estado. O município emancipou-se político-administrativamente em 28 de Janeiro de 1955 contando atualmente com uma população de 17.070 habitantes. A área total do município é de 835,04 km<sup>2</sup>.

O Parque Integrado Elso Pilau foi criado pelo Decreto Municipal nº 020/90 (anexo 5). Possui uma área de 7,9 hectares e está localizado ao sul da área central da cidade, entre o

bairro Morada do Sol e os trilhos da Viação Férrea, mais especificamente no Bairro Seger (mapa 2). Inicialmente, foi conhecido como Área Verde em virtude da abundante vegetação ali existente e, mais tarde, com a Lei nº 1.617/96 passou a ser chamado de Parque Integrado Elso Pilau. Essa denominação é uma homenagem ao Sr. Elso Pilau, um dos antigos proprietários de parte das terras adquiridas pela Prefeitura.

# Mapa de Localização Giruá - RS



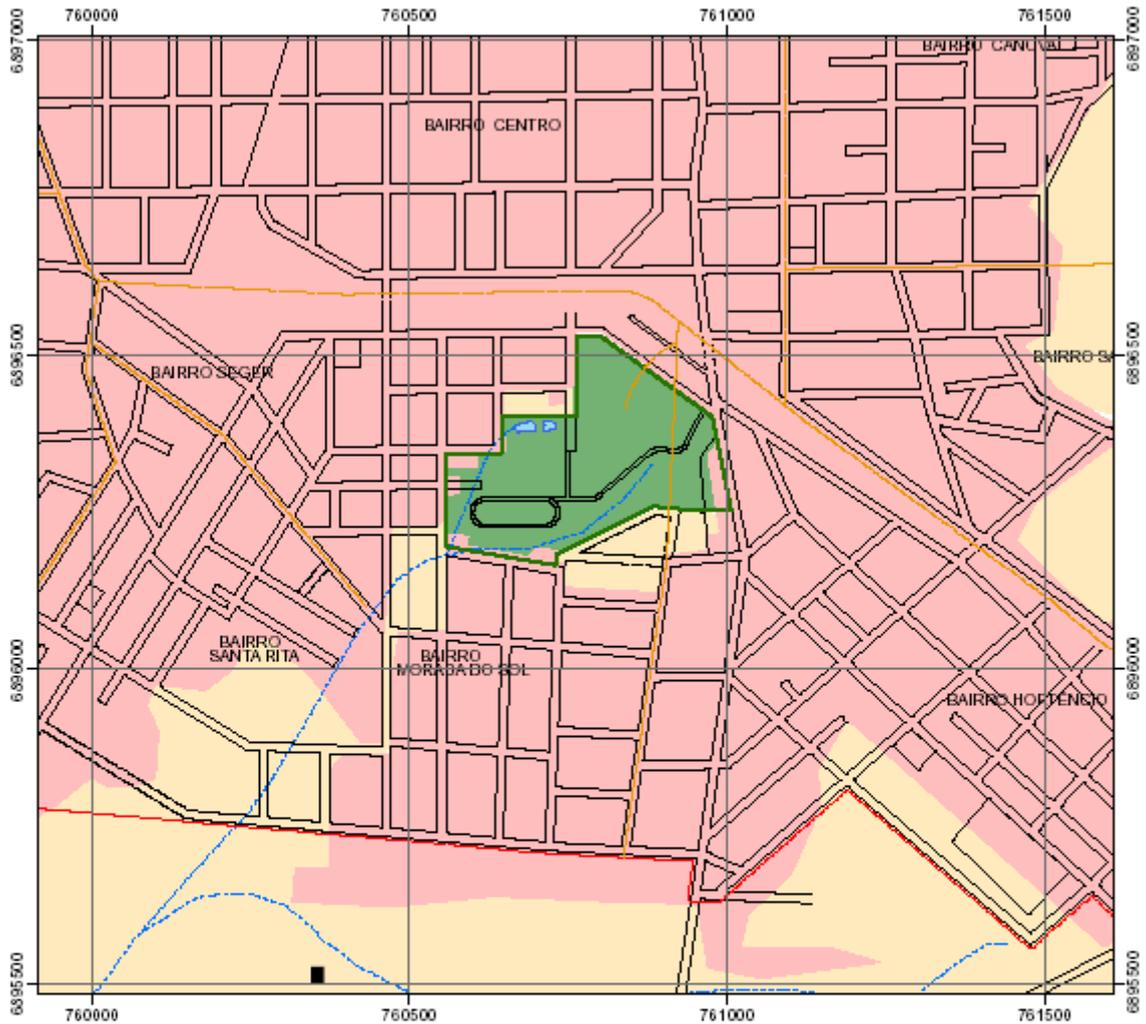
## Legenda

- Divisão municipal
- Giruá
- Corpos d'água

Mapa 1: Localização do município de Giruá no estado do Rio Grande do Sul.

Elaboração: Teófilo T. Medeiros

## Mapa da Área de Estudo Parque Integrado Elso Pilau Giruá - RS



### Legenda

- Vias Urbanas
- Vias Projetadas
- Perímetro Urbano
- Limites Parque Integrado Elso Pilau
- Limites Interbairros
- 
- Curso d'água intermitente
- Lago
- Mancha Urbana
- Parque Integrado Elso Pilau
- Vazio Urbano

Projeção Universal Transversa de Mercator  
Datum Horizontal : Córrego Alegre  
Zona UTM 21 S

100 50 0 100 Metros



### Mapa da Área de Estudo Parque Integrado Elso Pilau Giruá - RS

Dissertação de Mestrado de Elenir Montado  
Digitalizado por Alexandre Weber (Pref. Munic. de Giruá)  
Execução do mapa pelo Geógrafo T.T. Medeiros  
Georreferenciação baseada na folha SH.21-X-B-III/1  
do DSG - Brasil  
Aproximação do material digitalizado com o terreno com  
imagens do Google Earth.

Mapa 2: Localização do Parque Integrado Elso Pilau no município de Giruá .

Elaboração: Teófilo T. Medeiros.

Atualmente, o Parque possui a seguinte estrutura física construída: quiosque de alvenaria com bar e local para descanso e alimentação (foto 7) *playground*, com 7 (sete) brinquedos, confeccionados em madeira e ferro para crianças de até 10 anos (foto 8), anfiteatro construído de alvenaria para apresentações artísticas e teatrais (foto 9), campos de futebol (foto 10), pista de atletismo (foto 11), Gruta de Nossa Senhora das Graças com bancos de madeira para a população durante as missas mensais (foto 12). Além do patrimônio destinado para as atividades de lazer, há uma área natural bastante significativa onde estão localizadas a mata nativa (foto 13), as nascentes do arroio Giruazinho, bem como 4 (quatro) lagos artificiais (foto 14), que segundo a Lei 4.771 de 15.09.1965 são consideradas áreas de proteção permanente.



Foto 7: Quiosque – Março de 2008  
Fonte: Elenir Richter/Alesandro Cordeiro



Foto 8: *Playground* Infantil – Março de 2008  
Fonte: Elenir Richter/Alesandro Cordeiro



Foto 9: Anfiteatro – Março de 2008  
Fonte: Elenir Richter/Alesandro Cordeiro



Foto 10: Campos de futebol – Março de 2008  
Fonte: Elenir Richter/Alesandro Cordeiro



Foto 11: Vista parcial da pista de atletismo - Março de 2008  
Fonte: Elenir Richter/Alesandro Cordeiro



Foto 12: Gruta Nossa Senhora das Graças - Março de 2008  
Fonte: Elenir Richter/Alesandro Cordeiro



Foto 13: Vista parcial da área do Parque - Março de 2008  
Fonte: Elenir Richter/Alesandro Cordeiro



Foto 14: Vista parcial de um dos lagos - Março de 2008  
Fonte: Elenir Richter/Alesandro Cordeiro

A administração do Parque é competência da Coordenação Municipal de Turismo, Lazer e do Desporto (COMTUR). Sua manutenção é função da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e a fiscalização no cumprimento da legislação ambiental fica a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura e do Meio Ambiente.

A topografia do Parque é caracterizada, em grande parte, pela presença de áreas planas nas quais a população pratica esportes e usufrui para lazer contemplativo. O processo de ocupação é grande no entorno de todo o Parque, porém antes de sua criação era bem mais esparso, já que na época (antes de 1989) constituía-se em propriedade particular. Ali se criava gado e plantavam-se produtos de subsistência (arroz, feijão, mandioca) em alguns pontos. Havia, também, vários banhados (hoje drenados, em sua maioria) e tufos de taquaras, muitos não mais existentes.

Apesar de ter áreas de proteção, o Parque enfrenta sérios problemas. Destacam-se, principalmente, aqueles relacionados à degradação ambiental que tem se agravado significativamente nos últimos anos. São exemplos de problemas nessa ordem, a poluição das águas dos arroios e o processo de assoreamento, ocasionado pela retirada de mata ciliar em vários trechos.

## **2 REFERENCIAIS TEÓRICOS E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

Nesse capítulo são apresentados os principais conceitos que deram suporte a pesquisa. Inicialmente são resgatados alguns autores que trabalham com a problemática ambiental e o contexto e que se deu o surgimento das unidades de conservação. Em seguida, trata-se das características e funcionalidades inerentes as unidades de conservação. O terceiro momento desse capítulo é dedicado a resgatar autores que tratam de fenomenologia e percepção ambiental. Por fim, apresenta-se a metodologia que foi utilizada.

### **2.1 Problemática Ambiental e o Surgimento das Unidades de Conservação**

Diante do avanço tecnológico verificado na sociedade moderna, evidencia-se uma séria crise ambiental resultante da exploração de bens naturais ao longo dos séculos e do fracasso em manter um modelo de desenvolvimento capaz de conjugar desenvolvimento social e econômico com preservação ambiental. As relações entre os homens e a natureza são antigas e, à medida que as sociedades avançam e evoluem em suas relações, acentua-se a dicotomia entre meio natural e homem. Essa separação é resultado de políticas capazes de viabilizar um maior desenvolvimento tecnológico e financeiro, em detrimento da exploração de recursos naturais disponíveis que sustentem este modelo.

Na Idade Média, a relação existente entre homem e natureza não era tão antagônica como hoje. Embora não se possa ignorar que havia a exploração de recursos naturais, ela não se dava em proporções gigantescas, isso porque a Terra era vista como um organismo vivo que nutria o homem e seus desejos. Portanto, numa visão marcadamente religiosa, “a extração demasiada de recursos naturais significava mutilar o próprio corpo” como afirma Merchant (1992) *apud* Camargo (2005, p. 35).

Mesmo usufruindo dos recursos naturais, havia a necessidade de certas restrições, caso contrário poder-se-ia incorrer em pecado grave. Aliado a esse fato está o de que a economia

deste período tinha suas bases fixadas, sobretudo em recursos orgânicos e renováveis, como a madeira, água, vento e a força da tração animal. Portanto, a exploração dos recursos naturais não se dava de forma tão prejudicial se comparada à economia capitalista que se baseia na exploração de recursos energéticos não-renováveis e em metais inorgânicos, como o aço, ferro, prata, ouro e mercúrio. Deve-se considerar que neste período ainda não havia comércio em larga escala entre as diferentes localidades da Europa, a tecnologia era bastante rudimentar e as descobertas científicas quase insignificantes, o que contribuiu para uma menor exploração dos recursos naturais.

Com a desestruturação do sistema feudal e o avanço do capitalismo no século XVI, são repensadas várias teorias e visões acerca do mundo e, principalmente, com relação à percepção da natureza que, de agora em diante, devem atender aos interesses do nascente modo de produção da Europa em pleno desenvolvimento econômico.

Camargo (2005, p. 36) afirma que:

A alteração da relação do homem com a natureza vai se consolidando à medida que se amplia o comércio e, conseqüentemente, surge uma nova dinâmica espacial-geográfica. Essa nova estrutura produtiva e organizacional que nasce com o capitalismo vai redimensionando não somente a base para a produção de riquezas, mas principalmente a ideologia e a concepção da ciência e do universo.

É perceptível nesta idéia que o novo modelo de produção capitalista, não mais baseado em recursos orgânicos e renováveis, traz uma forte concepção de maximização de lucros quando se refere ao meio natural. Camargo (2005) esclarece que a natureza, neste momento, era elemento imprescindível para obtenção dos lucros e para a evolução competitiva dos nascidos Estados Nacionais. Ainda segue afirmando que se desassociou a natureza da idéia de sujeito contemplativo e divino, tornando-a objeto que deve servir ao desenvolvimento do comércio e ao efetivo progresso de sua nação.

As concepções acerca do meio natural trazem ao homem uma certeza: a natureza não sofre, não se manifesta, portanto ela não é provida de sensibilidade. Essa visão torna-a passível de ser “matematizada” e dando a idéia de que ela pode e deve promover o bem-estar das nações. Partindo desta mentalidade, há uma grande ruptura na relação homem-natureza.

Sobre esta questão Leis (1991, p. 7-8) faz as seguintes reflexões:

Nossa cultura foi adotando progressivamente padrões individualistas e reducionistas, desinteressando-se pela interconexão profunda entre fenômenos de diversos níveis. Com a ajuda dos grandes avanços tecnológicos, a civilização moderna foi gradualmente distanciando os seres humanos do domínio real de seus meios de substâncias mais básicos, fazendo-as acreditar paradoxalmente que cada vez **dependiam menos do ambiente natural**. Por causa desse **processo de dissociação**, chegou-se praticamente a tratar a natureza como **“armazém” de recursos naturais infinitos** (grifos do autor).

Mas a natureza e a humanidade integram um ecossistema cujos componentes vivos e “não-vivos” interagem e estão organizados, [...] definindo um estado de equilíbrio auto-ajustável, mais ou menos imune à perturbação em pequena escala. Quando se introduzem mudanças em grande escala em seu interior, todo o ecossistema muda. A visão dominante na nossa cultura se inibe em enxergar essa dinâmica, ficando amarrada a uma imagem estática e linear.

Esta forte visão antropocêntrica introduzida pelo paradigma científico cartesiano-newtoniano na mentalidade ocidental impede a compreensão dos processos de auto-organização dos ecossistemas que, detonados por perturbações em grande escala, irão reestruturar-se de um modo imprevisível de ser conhecido *a priori*.

Na medida em que houve, ao longo dos séculos, um forte avanço do capitalismo aliado às grandes descobertas e ao avanço científico, fortaleceu-se a idéia que concebe a natureza como sendo uma fonte infinita de recursos à disposição da sociedade, resultando já na modernidade, numa relação de conflito que perdura até os dias atuais. Ratificando tal afirmação, Couto (2007, p. 6-7) pontua que:

Esta visão de mundo dentro de uma perspectiva antropocêntrica e mecanicista difundiu-se através das proposições de pensadores como Galileu, Bacon, Descartes e Newton, entre outros, que postulavam uma metodologia segundo a qual a natureza deveria ser decomposta aos seus elementos mais básicos para, a partir do entendimento das partes, possibilitarem a compreensão do todo. Suas proposições representavam a emergência do pensamento pós-feudal que conduziu às revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, as quais tiveram como consequência a Revolução Industrial e a afirmação do capitalismo como sistema dominante.

Para o autor, a dicotomia que se verifica no entendimento das interações entre as sociedades humanas e a natureza é decorrente dessas proposições. Se por um lado elas “contribuíram no desenvolvimento científico e tecnológico do nosso tempo, bem como na organização de diversos campos do conhecimento, também estabeleceram uma profunda cisão entre o homem e a natureza” (COUTO, 2007, p. 7). Assim, o utilitarismo econômico, em nome do progresso, faz da natureza sua fonte de recursos, legitimando o consumismo, a partir de uma ótica de dominação do meio natural.

Portanto, a partir dessa evolução nas ciências e do estabelecimento de modelo de desenvolvimento econômico que objetiva a maximização dos lucros, a questão ambiental surge como uma problemática social e ecológica de forma generalizada de alcance planetário. Atinge todos os âmbitos da organização social, os aparelhos do estado, bem como grupos e classes sociais. Nesse sentido, requer grande esforço e consciência da necessidade de uma profunda transformação da humanidade e de sua relação com a natureza. Sobre isso, Leis (1998, p.16-17) argumenta que:

A solução da crise ecológica é difícil e complexa porque os problemas ambientais são efeitos do modelo de desenvolvimento econômico dominante capitalista-industrialista calcado na grande exploração dos recursos naturais para atender as demandas do consumo da população e que, por sua vez, continua aumentando dentro de um planeta com capacidade de sustentação limitada [...] o contínuo agravamento da crise ecológica nas últimas décadas expressa claramente a necessidade de uma discussão dos valores mais profundos que regem as sociedades e de uma ação política integrada com a ação social garantindo o desenvolvimento sustentável das futuras gerações.

A discussão acerca dessa problemática requer um processo de reorientação e transformação de teorias e práticas referentes à relação homem-natureza. É necessário que se tome consciência de que, como afirma Basso (2000, p. 35) “a problemática ambiental emergiu da consciência de que os recursos naturais terrenos não são infinitos”. Portanto, neste terceiro milênio já em andamento, acredita-se que “somente o estabelecimento de uma concepção de mundo integradora e holística será capaz de frear o esgotamento dos recursos naturais” (Idem, p. 35).

Foi a partir da tomada de consciência a respeito do grande descaso com o meio ambiente que se criaram as condições para o surgimento de uma nova visão. Isso se deu tendo como referência desastres ambientais em várias partes do mundo que causaram forte impacto sobre a opinião pública mundial. A respeito dessa questão, observa-se que:

Nunca a questão ambiental foi assunto utilizado simultaneamente por tantos e sob os mais diferentes pretextos. Ela é enfocada por jornais, revistas, emissoras de rádio e redes de TV. Poluição das águas, do ar, sonoras e visuais, despejos de indústrias, resíduos das mais diversas origens, desmatamento, queimadas, vazamento de petróleo e substâncias químicas degradando rios e oceanos. Todos estes problemas foram e são invocados nos meios de comunicação, eventos científicos entre outros. (PROBLEMAS AMBIENTAIS BRASILEIROS, 1991, p.9).

A preocupação com a questão ambiental tem suas raízes no século XIX quando acontecem importantes mudanças na visão de mundo, tem-se, então, a preocupação em criar

áreas protegidas. Percebe-se que, pela primeira vez, a humanidade vê os recursos naturais como finitos, despertando uma tomada de consciência para o desaparecimento da espécie humana em consequência do uso incorreto desses recursos. Essa visão se fortalece ao longo do século XX, como apontam Bernardes e Ferreira (2003, p. 35-36):

Em 1972, surge a primeira publicação de expressão internacional com o objetivo de alertar sobre o desequilíbrio ecológico do planeta denominado “Limites do Crescimento”, estudo elaborado por pesquisadores que formavam o Clube de Roma. Tal estudo teve repercussão mundial. O objetivo central do Clube de Roma foi aprofundar e difundir os principais problemas da humanidade, dando especial ênfase à questão ambiental. Destaca-se também a conferência realizada em 1972 em Estocolmo, considerada o primeiro grande evento internacional para discutir o problema ambiental. A segunda foi no Rio de Janeiro, a Rio-92 (ECO 92), envolvendo ampla discussão sobre a temática ambiental nos seus diferentes aspectos.

Tais eventos de ordem internacional, aliados ao crescimento dos movimentos ambientalistas, possibilitaram a difusão de idéias pelos diversos segmentos da sociedade, alertando-a para a crise ambiental que se vislumbrava. Constata-se uma tendência de mudança em seu comportamento que influencia os diversos campos da atividade humana, determinando como afirma Couto (2007, p. 11) “o envolvimento tanto do setor público quanto dos setores empresariais, científicos, culturais e da sociedade organizada como um todo”. Busca-se uma reorganização social e econômica mais adequada aos limites determinados pelo meio ambiente. Ajara (1993, p. 9) afirma que

Está claro esse aumento mundial da sensibilidade em captar a desordem global da biosfera, na medida em que produz uma crescente conscientização quanto à inclusão e aos direitos da humanidade por um planeta sadio do ponto de vista ambiental, bem como a constatação de que a questão relacionada ao meio ambiente, por envolver concepções fundamentais acerca do relacionamento social, não pode ser abordada sob um ângulo apenas técnico em busca de medidas simples de equilíbrio homem-natureza.

A discussão acerca da questão ambiental é uma questão geopolítica. Cabe, portanto, à própria sociedade, encontrar possíveis soluções para a atual crise decorrente do exacerbante descaso com o meio ambiente pelo sistema capitalista. Cada vez mais enfatiza-se a ampliação dos diversos atores sociais na formulação e execução de políticas ambientais, não se restringindo às instituições públicas para a tomada de decisões. A problemática ambiental também está tendo adesão de diferentes segmentos sociais, independentemente de crenças, idéias e valores. Sobre tal situação, Leis (1998, p. 17) adverte que:

Talvez as manifestações da crise ecológica global estejam gerando condições para que a humanidade equilibre seus dons e se torne mais espiritualizada (e menos materialista), transformando seus falsos otimismo em visões mais objetivas da realidade. [...], trazendo-lhe a oportunidade para imaginar e realizar uma reforma criativa de sua subjetividade<sup>3</sup> e objetividade.

A questão ambiental tem sido discutida nos cenários político, científico e educativo e é vista como um dos problemas mais importantes da atualidade. Alerta-se para a necessidade de mudanças no modelo de desenvolvimento econômico vigente. Nesse sentido, Left (2003, p.7-8-9) destaca que:

Ganha grande importância a educação ambiental que tem ocupado cada vez mais os espaços de reflexão e de atuação para compreender as mudanças globais de nosso tempo, preparando novas mentalidades e habilidades, capazes de resolver os problemas ambientais”, isto porque segundo ele “a complexidade ambiental se produz e se constrói na dialética de posições sociais antagônicas e também no enlaçamento de reflexões coletivas de valores comuns e ações solidárias.

A formação através da aprendizagem implica a internalização de um saber ambiental construído social e culturalmente, [...] não se tratando da introjeção de uma doutrina e de um conhecimento externo, mas sim de uma construção interativa entre sujeitos, indivíduos e comunidades, em que se reconfiguram os saberes pessoais e as identidades coletivas.

Nesse processo de construção coletiva, há que se destacar o papel da subjetividade que está relacionado com a percepção. Através dela, o ser humano atua no meio no qual se encontra inserido. Essa ação é determinada pela sua afeição ou não com objeto em questão, o que pode ser observado na afirmação de Castello (1993, p. 25):

O ambiente é uma síntese das inter-relações entre possibilidade e oportunidade (em termos físicos) e significado e norma (em termos socioculturais), não podendo ser concebido univocamente nem como produto nem como determinante das ações humanas, mas, sobretudo, como contexto no qual está embutida uma miríade de fenômenos psicológicos, sociais e culturais.

É nestas inter-relações que acontecem entre o homem e ambiente que as dimensões sociais e culturais estão sempre presentes, mediando a percepção, a avaliação e as atitudes. Não se pode esquecer que este processo é único e marcado pela subjetividade, entendendo-se que cada pessoa avalia, percebe e tem atitudes individuais frente ao meio ambiente físico e social. Portanto, é de extrema importância entender os processos da percepção e interação comportamental que nestes espaços acontecem. Isso auxiliará no direcionamento das

---

<sup>3</sup> Entende-se como realidade psíquica emocional e cognitiva do ser humano, passível de manifestarem-se simultaneamente nos âmbitos individual e coletivo.

interações necessárias para que haja uma relação saudável entre homem e os espaços pelos quais ele circunda

Essa tomada de consciência da necessidade do respeito para com o meio ambiente, através de uma mudança de comportamento, possibilitará reverter a tendência do esgotamento dos recursos naturais com o qual se depara o mundo hoje. O desenvolvimento sustentável representa uma alternativa à forma tradicional de a sociedade se relacionar com a natureza.

A idéia de sustentabilidade defendida por muitos pesquisadores baseia-se na lógica de combinar questões de âmbito econômico com questões sociais e ambientais, a serem incorporadas pelo Estado, empresas, ONGs e sociedade. Objetiva-se garantir que o progresso tecnológico e produtivo não esgote os recursos naturais, nem degrade o meio ambiente de forma que venha a comprometer a sua existência futura. Para tanto, há a necessidade de impor uma gestão racional, visto que o crescimento não é infinito, existem limites físicos naturais a serem respeitados.

Diante de tais limitações do meio físico, deve-se pensar na possibilidade de implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável e que na opinião de Couto (2007, p. 17-18):

Passa pela formulação de mecanismos de gerenciamento e controle sobre a forma de utilização dos recursos naturais pela sociedade, que tenham por objetivo o monitoramento e o apoio à decisão visando alcançar padrões aceitáveis de qualidade ambiental e de vida. (...) Essa nova racionalidade no uso dos recursos naturais necessariamente implica em uma mudança no comportamento da sociedade, ou seja, no estabelecimento de **uma nova forma de percepção do meio ambiente** (grifo meu), e na definição de um conjunto de estratégias, tecnologias e instrumentos capazes de possibilitar o planejamento, gerenciamento e monitoramento do meio ambiente, visando seu manejo de forma adequada capaz de gerar benefícios para o conjunto da sociedade sem comprometer as condições de manutenção dos seus ecossistemas.

A sustentabilidade diz respeito a abandonar alguns comportamentos econômicos convencionais em favor de uma conduta mais equilibrada diante da natureza que deve ser vista não como estorvo, mas como fator condicionante positivo na tarefa de satisfação das necessidades humanas, respeitando-se os estoques de recursos disponíveis. Se, por motivações capitalistas forem extrapolados os limites físicos naturais, inevitavelmente, chagar-se-á à autodestruição dos ecossistemas naturais e, por conseguinte da humanidade.

## 2.2 Unidades de Conservação: características e funcionalidades

O conceito de desenvolvimento sustentável tem sua origem no debate internacional iniciado em Estocolmo em 1972 e consolidado no Rio de Janeiro, vinte anos mais tarde. Essa preocupação em satisfazer as necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas necessidades em relação aos recursos naturais decorre dos sucessivos alertas sobre o rápido esgotamento dos recursos naturais e da acelerada degradação ambiental vivida hoje.

Mesmo em épocas e contextos diferentes, tal alerta e preocupação com a preservação da natureza não é recente. As áreas protegidas representam um dos principais instrumentos utilizados na conservação da biodiversidade. A sua criação remonta à antiguidade. Inseridas em diversas culturas, elas foram, por muitos séculos, protegidas ora como lugares sagrados, ora como reservas de caça.

Miller (1997, p. 3) relata que “há registros documentados de áreas protegidas desde o ano 252 a.C., quando o imperador Ashoka, na Índia, determinou a proteção de certos animais, peixes e áreas florestadas”, informando também que:

No século XV, Babar, o primeiro imperador Mogul da Índia, caçava rinocerontes em reservas especiais criadas para esse fim nas zonas pantanosas de Punjab. Na Indonésia, no ano de 684 na ilha de Sumatra, há registro de uma área protegida, criada pelo rei de Srivijya. Em Gana, na África, existe uma floresta que é o lugar mais sagrado do território Asante (p. 4).

No nordeste da China, segundo Davenport e Rao (2002, p. 53), durante o século VI d.C. foram estabelecidas leis pra proteção das áreas úmidas das planícies de Huang-Huai-Hai. Há, igualmente, iniciativas registradas em Veneza, em 763; na Bretanha no século XI e na Rússia, onde as profundas raízes históricas das áreas protegidas estão associadas à criação de bosques sagrados, áreas comunais proibidas e áreas sagradas, nas quais caçar, pescar, derrubar árvores e até mesmo a presença humana era proibido.

Dourojeanni e Pádua (2001, p. 52) citam o exemplo das antigas grandes culturas da costa do Peru (Chimu, Mochica e Nazca) que protegeram as ilhas guaneras “com medidas extremamente rigorosas, incluindo a mutilação e morte dos infratores. Nos Andes, os incas protegeram, igualmente com muita severidade, os espaços necessários para a reprodução da vicunha”.

Davenport e Rao (2002, p. 52) ressaltam que as variações nos diversos tipos de posse de terra criaram distinções vitais entre as sociedades através da história, com conseqüências diretas sobre os sistemas de conservação, lembrando que os gregos foram os primeiros a democratizar espaços, como pode-se constatar:

Suas cidades maiores, incluindo Atenas, ofereciam aos cidadãos uma praça para reuniões públicas, relaxamento e esparcimento. Então começaram os equivalentes antigos dos modernos parques urbanos. Embora a urbanização por todo o Império levasse a experiências semelhantes, a Europa medieval, assim como a Ásia Menor, mantinha esses espaços abertos para uso exclusivo da classe dominante. Caçar tornou-se o uso principal dessas áreas; de fato a palavra parque originou-se desse uso (p. 54).

A idéia de proteção de áreas naturais, no mundo ocidental, teve início na Europa durante a Idade Média, mas com objetivos de proteção de recursos da fauna silvestre e seus habitats para o exercício da caça pela realeza e aristocracia rural, ou então para a proteção de recursos florestais e madeireiros. Sobre tal questão, Runte *apud* Morsello (2001, p. 22) explica que “na Europa Medieval a palavra ‘parque’ era usada para designar locais delimitados nos quais animais vivam na natureza em áreas somente acessíveis ao rei, sendo os transgressores condenados à morte”. Essa observação é ratificada por Davenport e Rao (2002, p. 54), quando esclarecem que a palavra *parc*, em francês e inglês, designava uma área cercada de solo, ocupada por animais de caça protegidos por ordem ou por concessão ao rei, Os invasores desses espaços eram punidos severamente, especialmente os caçadores ilegais, que eram freqüentemente condenados à morte.

A idéia de parque significar tanto proteção como acesso ao público é recente. O conceito atual “pressupõe a existência de nações [...] sob o conceito de estados soberanos” (DAVENPORT e RAO, 2002, p. 54). O marco de referência da evolução das idéias conservacionistas relacionadas a áreas protegidas tem origem no Yellowstone National Park, criado em 1872 nos Estados Unidos<sup>4</sup>. Motivados pela beleza cênica do local e considerando que inúmeras outras áreas com características semelhantes haviam sucumbido ao processo de desenvolvimento, o ato de criação do parque proibia qualquer exploração que alterasse as características naturais da área que se destinava à preservação, ao lazer e benefício da

---

<sup>4</sup> Segundo Câmara e Candido (1986 *apud* Câmara, 1993) existem vários exemplos de parques que foram criados no mundo, anteriormente ao Parque Nacional de Yellowstone, porém mantinham características e objetivos diferentes deste. Dentre os exemplos, o autor cita um parque para ursos e leões criado em 1800 a.C. pelo Rei da Pérsia, uma reserva natural criada pelo Imperador Açoka, da Índia, no século III a.C., a decretação de proteção total da floresta de Bialo Wiesa, na Polônia, em 1423 pelo Rei Jagellon.

população. Para os preservacionistas, as áreas virgens deveriam receber proteção total, sendo permitidas em seu interior apenas atividades de caráter educativo ou recreacional.

Runte (1979) *apud* Morsello (2001, p. 22-23), a esse respeito, esclarece que:

Apesar dessas experiências anteriores, a concepção moderna de parque nacional surgiria apenas no século XIX, nos Estados Unidos. [...] portanto, o histórico da criação de áreas protegidas começou há mais de um século atrás, por um pequeno grupo de norte-americanos que desenvolveu a idéia de criar um parque nacional, com a pretensão de que as ‘maravilhas’ dos Estados Unidos fossem protegidas da exploração de poucos indivíduos e mantidas para o usufruto de todos, para sempre. O surgimento desta motivação estava ligado, de um lado, à busca da identidade nacional dos países do Novo Mundo e, conseqüentemente, à transformação de suas paisagens em monumentos. [...] nascendo por outro lado da afirmação da nova democracia, que se colocava contra o desfrute elitista das belezas naturais que havia caracterizado o Velho Mundo.<sup>5</sup>

Deve-se considerar que, com o rápido crescimento das cidades, especialmente no início da Revolução Industrial, as populações das cidades cresceram e, com elas, os efeitos ambientais, até então desconhecidos. O ar carregado de fumaça das chaminés, entre outros problemas ambientais, chamou a atenção de correntes ambientalistas, cientistas, estudiosos e simpatizantes, sobre a necessidade de se preservar a natureza contra a ação depredadora do homem. Para as correntes naturalistas daquela época, “a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la, reverenciá-la e refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono” (DIEGUES, 2004, p. 13).

O pressuposto inicial que fundamentou a existência de áreas naturais protegidas em muitos países foi o da socialização do usufruto, por toda a população, das belezas cênicas existentes nesses territórios. Por exemplo, ao criar o Parque nacional de Yellowstone, o US Department of Interior determinava que a área protegida que se situava no curso superior do rio Yellowstone

queda reservada y separada de la colonización, ocupación o venta bajo las leyes de los Estados Unidos y dedicada y apartada para parque público o terrenos de recreo para el beneficio y disfrute del pueblo; y toda persona que se estableza u ocupe este parque o cualquiera de sus partes, excepto las posteriormente estipuladas, será considerada infractor y por tanto será desalojada del lugar (AMEND, 1991, p. 3 *apud* BRITO, 2003, p. 20).

<sup>5</sup> Embora exista a idéia de “utilidade pública” associada ao conceito de áreas protegidas, mascara-se a distribuição desigual entre vantagens e desvantagens para os diferentes grupos sociais. A criação de uma área protegida pode implicar perdas para a população local de baixa renda e ao mesmo tempo oferecer vantagens à população abonada, usual desfrutadora desses locais (GAMBINO, 1991).

O Parque Nacional de Yellowstone foi o primeiro exemplo da preservação de grandes áreas naturais no interesse público, sendo que em seguida o Canadá criou seu primeiro parque nacional em 1885, a Nova Zelândia em 1894, a África do Sul e a Austrália em 1898. Na América Latina, o México foi o primeiro a estabelecer uma reserva florestal, vindo logo após a Argentina em 1903, o Chile em 1926 e o Brasil em 1937 (DIEGUES, 2004, p. 99).

Harrison (1982) *apud* Morsello (2001, p. 24) enfatiza que “o sucesso da idéia de parques foi lento, apresentando aumento nos anos 1920 e 1930 e, [...] no início dos anos de 1950, o incremento tomou um novo impulso, tendo sido criados, entre 1970 e 1980, o dobro de áreas que existiam até 1969”.

Com o passar do tempo, aos objetivos originais dos sistemas de áreas naturais protegidas foram sendo incorporados novos conceitos, que priorizavam, cada vez mais, a conservação da biodiversidade das áreas escolhidas, e não apenas as belezas cênicas, como anteriormente. Na Europa, os parques nacionais como o dos Alpes, criados em 1914, objetivavam manter áreas naturais onde se pudessem realizar pesquisas de flora e fauna, embora “não havia definição universalmente aceita sobre os objetivos dos parques nacionais” (DIEGUES, 2004, p. 99). Foi somente em 1933 que a Convenção para a Preservação da Flora e da Fauna reuniu-se em Londres, estabelecendo três características para parques nacionais: “áreas controladas pelo poder público, áreas reservadas a atender objetivos de interesse estético, geológico, arqueológico onde a caça seria proibida e áreas destinadas à visitação pública” (Idem).

Diante dessa realidade, e com a preocupação e efetivação na criação de áreas protegidas, países ao redor do mundo delimitam tais espaços. Amplia-se o conceito de Parque Nacional, que recebe diferentes denominações como áreas protegidas ou Unidades de Conservação (UCs)<sup>6</sup>. Dessa forma, aumentam em número e em diversidade de categorias destacando que Reservas Biológicas e Parques Nacionais compõem os dois grandes grupos das UCs: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.

Sobre Unidades de Conservação e sua importância dentro de contextos distintos, bem como a relação homem-natureza nesses espaços, destaca-se que:

---

<sup>6</sup> UCs – Uma unidade de conservação ou área natural protegida é definida como uma superfície de terra ou mar consagrada à proteção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e dos recursos culturais associados, e manejada através de meios jurídicos e outros eficazes (UICN, 1994:185). Elas se classificam em unidades de proteção integral e unidades de proteção de uso sustentável (Ministério do Meio Ambiente. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 – SNUC 5 ed. Brasília, 2004).

a criação de parques e reservas tem sido um dos principais elementos de estratégia para a conservação da natureza, em particular nos países de Terceiro Mundo, o objetivo geral dessas áreas naturais protegidas é preservar espaços com atributos ecológicos importantes. Algumas delas como parques, para que sua riqueza natural e estética seja apreciada pelos visitantes, não se permitindo, ao mesmo tempo, a moradia de pessoas em seu interior (DIEGUES, 2004, p. 13).

Referindo-se às áreas protegidas ou Unidades de Conservação (UCs), MCNEELY (1994) *apud* MORSELLO (2001, p. 24) declara que:

Desde a criação de Yellowstone, em 1872, até 1994, mais de 8.500 áreas protegidas foram estabelecidas em todo mundo. À época havia indicações de que ao menos outras 40.000 áreas protegidas que não se enquadravam nas categorias da Word Conservation Union<sup>7</sup> (IUCN) existiam no mundo.

Ainda sobre as cifras, Morsello (2001, p. 24) relata que: “Somente 4 anos mais tarde, em 1998, o número de áreas protegidas reconhecido pela IUCN atingiu a marca de 9.869 unidades<sup>8</sup>, o que corresponde a um incremento de 14%, cobrindo uma área terrestre total de 6,29%”. Em relação a essas questões, convém mencionar que, em 1948, na França, delegados de 18 países criaram a União Internacional para a proteção da natureza, que a partir de 1956 passou a chamar-se União Internacional para a Conservação da natureza (IUCN)<sup>9</sup>, hoje União Mundial para a Natureza, mas ainda com a mesma sigla. A IUCN passou a desempenhar importante papel para o desenvolvimento da filosofia de áreas naturais protegidas no mundo inteiro, atuando tanto no processo de definição e atualização conceitual como no próprio assessoramento a países em desenvolvimento para o planejamento e manejo dessas áreas.

Considerando que as Unidades de conservação são porções de território com características naturais de relevante valor, legalmente instituídas pelo poder público com intuito de garantir a preservação de ecossistemas naturais, Souza Filho (1993, p. 11-12), pontua que:

[...] quando o Poder Público cria um Parque ou Reserva ou que nome tenha, como área determinada e demarcada, com finalidade própria, para preservação ou proteção de uma espécie vegetal ou animal ou ainda para que ali se exerça determinada atividade ou viva um povo que mantém suas tradições culturais ou

<sup>7</sup> Originalmente o nome da organização era International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources, origem da sigla IUCN. Em português, a organização é conhecida como União Internacional de Conservação da Natureza.

<sup>8</sup> Esta cifra inclui apenas as áreas com mais de 1.000 ha. (WCMC, 1998).

<sup>9</sup> IUCN – Word Conservation Union – é um organismo multinacional que agrupa países, instituições públicas e não governamentais. Possui várias comissões científicas, entre elas a Comissão Mundial de Áreas protegidas, com milhares de especialistas. Estão associados 82 estados, 111 agências de governo, mais de 800 organizações não-governamentais (ONGs) e em torno de 10.000 cientistas e especialistas de 181 países em parceria, (<http://www.iucn.org/en/about/>).

simplesmente para preservar uma beleza estética ou uma fonte científica, está sendo criada uma unidade de conservação. Sendo assim, as unidades são uma especialização dos espaços protegidos e, normalmente possuem regras próprias de uso e manejo.

[...] estes espaços e unidades ao serem criados, independentemente de pertencerem a um patrimônio privado ou serem próprios do Estado (União, Estados ou Municípios), passam a se revestir de um especial interesse público e sua proteção se dá por iniciativa da cidadania, enquanto a titularidade do direito de protegê-los será difusa, portanto um dever da Administração e um direito do cidadão. Exatamente por isso e pela magnitude de direitos e limitações a direitos que gera, somente podem ser criados fundados em lei, portanto o ato administrativo só cria um espaço ou unidade de preservação se a lei atribui ao Poder Público a possibilidade de criá-lo.

Portanto, cada tipo de unidade de conservação ou espaço protegido atende a determinadas finalidades dependendo dos atributos que justifiquem sua proteção, que podem ser “ora para proteger a beleza natural ou artificial, ou determinada forma de vegetação ou vida animal ou mesmo a cultura humana, ora para lazer ou para puro divertimento, pesquisas, estudos ou investigação científica” (SOUZA FILHO, 1993, p. 14). De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, criado no Brasil pela Lei nº. 9985 de 18 de julho de 2000, estas unidades de conservação podem ser classificadas em dois tipos básicos. As unidades de proteção integral ou de uso indireto – aquelas em que a exploração e o aproveitamento diretos dos benefícios são totalmente restritos. Esse é o caso das reservas biológicas, das estações ecológicas, das reservas ecológicas e dos parques nacionais, estaduais ou municipais. O outro tipo são unidades de uso sustentável ou de uso direto – aquelas em que são permitidos o aproveitamento econômico direto e a exploração dos recursos, mas de forma planejada e regulamentada. Esse é o caso das áreas de proteção ambiental (APAS), das florestas nacionais (FLONAS), estaduais ou municipais e das reservas extrativistas.

A respeito da necessidade de proteção e do enquadramento dessas unidades de conservação em categorias, Brito (2003, p. 69) explica que:

Parques Nacionais, Estaduais, Naturais municipais são Unidades de Conservação que se destinam à preservação integral de áreas naturais inalteradas ou pouco alteradas pela ação do homem, e oferecem relevante interesse do ponto de vista científico, cultural, cênico, educativo e recreativo, permitidas a visitação pública, condicionada a restrições específicas.

Ainda referindo-se aos parques, o Código Florestal, Lei nº. 4.771, de 15.09.65, em seu artigo 5º determina que:

Após criado o Parque pelo Poder Público (nacional, estadual ou municipal), o mesmo deve ter finalidade de resguardar atributos naturais excepcionais, conciliando proteção integral da flora e fauna com objetivos educacionais, recreativos e científicos, sendo proibida qualquer forma de exploração de seus recursos.

### 2.3 Parques Urbanos

Diante da importância que adquirem parques e reservas ao longo do tempo, bem como da necessidade de conservar espaços com atributos naturais relevantes para o estudo e desenvolvimento das ciências, o Parque urbano vai surgir em meados do século XVIII. Isso se dá na busca de atender a demanda social deste período em virtude da perda da qualidade de vida da população residente nas cidades cada vez mais poluídas e insalubres, assegurando ar puro e saudável ao mesmo tempo em que possibilita que a natureza seja visualizada por sua dimensão mítica, inspirando emoções e sentimentos.

Durante longo período da história, largos, praças e transformações das ruas serviram para abrigar grandes aglomerações de pessoas em caso de festas, reuniões, feiras, torneios entre outras atividades. Isso porque estes espaços lhes bastavam para todas as necessidades do estar e fazer coletivos.

Neste período, o tamanho das cidades era tal que praças, não maiores que um hectare, eram suficientes para as atividades que deveriam abrigar. [...] o contato com a natureza – bosques, campos, rios e lagos – necessidade atávica do ser humano era permanente, pois a cidade, aglomerado de pequena extensão<sup>10</sup>, cercada pelos espaços naturais e rurais, permitia fácil acesso a eles<sup>11</sup>(MOHR, 2003, p. 20).

Pode-se dizer que a praça pública (*piazza*) no fim da Idade Média e no Renascimento é o centro da vida coletiva urbana da época. Segawa (1997, p. 31-34) descreve que ela formava um mundo único e coeso onde todas as tomadas de palavra (desde interpretações em altos brados até os espetáculos organizados) possuíam alguma coisa em comum, pois estavam impregnados do mesmo ambiente de liberdade, franqueza e familiaridade. Pequenas e enclausuradas entre os muros, as praças medievais serviam a inúmeras finalidades, todas de

<sup>10</sup> Benevolo (1999, p. 282, 283), oferece uma relação das principais cidades da Baixa Idade Média, com as superfícies alcançadas no último cinturão de muros (em hectares): Veneza (a cidade e as ilhas superficiais contíguas) – 600, Florença (nos muros de 1284) – 480, Paris (nos muros de Carlos V de 1370) – 440, Bruxelas (nos muros de 1357) 415, Nápoles (nos muros aragoneses do século XV) 200, Bruges (nos muros de 1297) – 360, Pisa (nos muros do século XII) – 200, Siena (nos muros do século XIV – 180, Londres (nos muros romanos restaurados na Idade Média) - 160, Avignon (nos muros de 1356) – 140. Quanto à população, Benevolo relaciona, apesar de incertos, dados sobre Milão e Paris, 200.000 habitantes, Veneza, 150.000, Florença 100.000, Gand e Bruges, 80.000, Siena, 50.000.

<sup>11</sup> Siena, em sua maior largura, não ultrapassava 900 metros (MOHR, 2003, p. 20).

caráter popular, não servindo ao poder senão quando utilizadas para comunicados oficiais, execuções públicas ou proclames oficiais.

As praças “eram lugares, por excelência, do lazer, encontros, trocas, festas, local de domínio do povo” (MOHR, 2003, p. 20), onde não prevalecia, na maioria das vezes a ordem oficial, já que “a vida na praça pública era permeada pelo universo do riso, do escárnio, da festa, numa dinâmica distinta da cultura religiosa ou aristocrática” (SEGAWA, 1997, p. 33).

A partir do Renascimento há uma ruptura no paradigma em relação à Idade Média. Essa ruptura materializa-se profundamente nas obras arquitetônicas que passam a se erigir no século XV:

A praça pública medieval, espaço popular da espontaneidade, vai cedendo lugar à disciplina, à harmonização do diverso e à coordenação das multiplicidades, à transformação de ordenamentos sociais complexos e contraditórios. O sentido de ordem vai presidir as grandes intervenções urbanas processadas na trama urbana medieval. [...] O emaranhado tecido de estreitas e abafadas vielas e ruas do passado vai gradativamente sendo substituído por largas, luminosas e arejadas vias de comunicação – o espaço urbano ganha novas referências com as perspectivas inéditas de avenidas retas; fontes, chafarizes, obeliscos, rampas, escadarias, em recintos ao ar livre arquitetonicamente homogeneizados (SEGAWA, 1997, p. 48).

A arborização não foi uma das características marcantes das praças da Idade Média e da época Renascentista, porém, agora a praça adquire caráter elitista, sendo espaços “onde se realizavam cerimoniais da nobreza e glorificavam-se reis e imperadores com monumentos em sua honra. Tais espaços representam o ideal da cidade daquele período” (MOHR, 2003, p. 21). O nascimento dos espaços ajardinados públicos e acessíveis a todos deu-se somente no século XVI quando já havia uma preocupação com a salubridade da população pobre das cidades.

Os jardins palacianos do período renascentista eram vedados à coletividade urbana. Serviam apenas à classe privilegiada e alcançaram, em alguns períodos, grande expressividade sendo usados como indicadores de status e poder. O povo tinha acesso aos prazeres da natureza somente na periferia das cidades menores, porém, à medida que a urbanização avança, a degradação da qualidade de vida, principalmente dos bairros operários, torna-se um problema. Há, então, necessidade de abrir os jardins da nobreza a este público como condição para amenizar a situação. “A abertura destas áreas passou a ser uma imposição cada vez mais necessária para assegurar certo equilíbrio urbano” (MOHR, 2003, p. 22).

É nesse contexto que se inicia o nascimento dos espaços públicos ajardinados (terrenos inúteis ao aproveitamento econômico), destinados “para o uso e gozo dos cidadãos”. Esses

espaços são urbanizados com plantio de árvores e, a partir do século XVII, toda a cidade importante da Europa construiu o seu passeio ajardinado<sup>12</sup> que cumpria diferentes finalidades, não só o contato com a natureza, a realização de jogos e o uso do local para o passeio da elite, mas também se constituiu como um espaço para espetáculos musicais.

Esses exemplos servem para ilustrar que, mesmo antes dos parques tornarem-se equipamentos públicos quase que obrigatórios no planejamento urbano, já se verificava o hábito da população urbana, ou parte dela, de desfrutar de espaços arborizados ou ajardinados como forma de lazer. As áreas verdes e espaços livres, na forma e nas finalidades com que foram introduzidos no planejamento urbano, têm sua origem no século XIX, na Inglaterra. O crescimento vertiginoso das cidades industriais, associado às péssimas condições de vida dos trabalhadores

motivou o surgimento de um movimento reformador que procurava conciliar a busca do lucro individual com a consecução do bem coletivo, passando pela implantação de áreas verdes públicas na cidade. Se as cidades eram infectas, cumpria saneá-las de modo que os trabalhadores nelas residentes se tornassem melhores e mais satisfeitos, o que resultaria, por fim, em maiores lucros (BARTALINI, 1996, p. 1107).

O grande crescimento da população urbana neste período deveu-se ao processo migratório verificado em decorrência de melhorias introduzidas nas zonas rurais (maquinário e métodos de produção mais eficientes), liberando mão-de-obra. Esta população encontra nas cidades condições totalmente adversas daquelas vividas no campo. O desejo de uma vida mais tranquila remete ao saudosismo de um passado mais feliz e à idéia da inocência rural que com sua natureza abundante sugere momentos de deleite.

A cidade é suja, barulhenta, fétida, porém esta visão não é apenas da população que migrou. Campos, bosques, plantações animais e meios de produção agrícola são atraentes também para o observador, enquanto que a cidade, com a imensa profusão de pessoas e comércio, representa a ganância “as lojas desonestas, os bordéis e as casas de cômodos, os porões fétidos e os cortiços perigosos eram uma parte importante da imagem formada pelo observador” (WILLIANS, 2000, p. 203).

---

<sup>12</sup> Berlim teve, em 1647, a Unter den Linden, alameda arborizada ligando a cidade com um parque de caça no campo, Tiergarten; Dublin teve o Beaux” Walk e o Gardiner”s Mall; Hamburgo desfilava no Jungfernstieg; Amsterdã aproveitou um chaco transformando-o na Nieuwe Plantage em 1682; em 1746 Bordeaux ganhou o Jardim Royal; Nancy o Pepinière Royal em 1772; Viena em 1775 fez a Augarten e Munique, sua English Garden em 1791; São Petersburgo, a Newsky Avenue; Madri em 1745 o Paseo del Prado; Lisboa implantou o Passeio Público a partir de 1764 (SEGAWA, 1997, p. 44).

No caso específico, esta observação é feita em relação a Londres do século XVIII, no entanto tal visão e realidade tornaram-se comuns em todas as grandes sociedades industrializadas da Europa, onde o ambiente marcadamente urbano vai se deteriorando cada vez mais. Thomas (1988, p. 290) faz uma série de observações acerca das cidades em franco processo de desenvolvimento, destacando que “nos tempos da Renascença, a cidade fora sinônimo de civilidade, o campo de rudeza e rusticidade, portanto, tirar os homens das florestas e encerrá-los numa cidade era o mesmo que civilizá-los”. Ainda segue sua análise, apontando mais vantagens que a sociedade via nas cidades como sendo o “berço do aprendizado, das boas maneiras, do gosto e da sofisticação. Era a cidade a arena de satisfação do homem”.

Pode-se perceber claramente o pensamento dominante sobre os prazeres, vitalidade e oportunidades da vida metropolitana se comparada à vida no campo. Porém, ainda no século XVIII tornara-se comum sustentar que o campo era mais bonito que a cidade, isto porque é perceptível a perda da qualidade de vida nas cidades como pode ser verificado nas observações de Thomas (1988, p. 292):

Sujeira no ar era o mesmo que sujeira nas ruas; e no verão as nuvens de poeira levantadas pelas rodas do tráfego sufocavam os passantes e tornavam difícil andar com os olhos abertos. Igualmente nociva era a poluição causada pelos gases e detritos gerados com a fermentação da cerveja, a tintura de roupas, a fabricação de goma e de tijolos e de todas as outras indústrias instaladas no meio da cidade.[...] Inevitavelmente havia mais pestes nas cidades que no campo, e um nível mais alto de mortalidade. Imersos em fumaça, aturdidos com perpétuo barulho, não surpreende que os habitantes urbanos viessem a ansiar pelas delícias imaginadas na vida rural.

Interessante notar o paradoxo que se estabelece em relação à cidade: ao mesmo tempo em que ela representa civilização e progresso através de seu intenso tráfego de pessoas, comércio e indústrias diversificados e cultura, também trará em contrapartida a feiúra, sujeira e superlotação, despertando no homem citadino o desejo de ar puro e luz solar do campo. O campo, como afirma Thomas (1988, p. 294) “oferece uma fuga dos vícios e afetações urbanos, um descanso para as tensões dos negócios e um refúgio contra a sujeira, a fumaça e o ruído da cidade”.

Esta visão marcadamente bucólica foi responsável pela busca “ocasional” de locais campestres àqueles que não tinham condições de possuir uma casa de campo onde pudessem passar algum tempo. Após a década de 1640, boa parte da literatura da época escreve sobre a

importância e vantagens da vida rural, se comparada à vida nas cidades, retratando-a como um lugar parecido com o Paraíso<sup>13</sup>. Foi por certo, como declara Thomas (1988, p. 297):

A intensificação de uma aguda separação entre cidade e campo; mais nítida que qualquer coisa que possamos encontrar na Idade Média, o que encorajou esse anseio sentimental pelos prazeres rurais e a idealização dos atrativos espirituais e estéticos do campo.

Diante dessa valorização do campo, marcadamente natural, percebe-se uma busca acentuada do contato com a natureza e a preocupação com a preservação de espaços naturais adjacentes às cidades com vistas à recreação e como necessidade para uma melhor qualidade de vida. Essas questões estão presentes num relato que assim diz: “os londrinos da época elisabetana, passeavam pelos prados amenos e as matas verdes, para rejubilarem o espírito com a beleza e aroma das flores perfumadas, e com a harmonia dos pássaros” (THOMAS, 1988, p. 296). Essa busca de convívio com a natureza foi em parte o desejo de preservar os campos adjacentes às cidades para recreação, como resultado da busca de ruralização das áreas urbanas.

Cabe destacar que, enquanto os homens ricos da época possuíam residências de campo ou atraentes praças arborizadas em suas propriedades na cidade, dois terços da população ficavam à margem de tal realidade, aglomerando-se em pequenos espaços nas periferias das grandes cidades. Sobre tal situação, Ottoni (1996, p. 18), descreve:

No século XIX a Revolução Industrial deixou outras profundas e bem conhecidas marcas nas cidades européias: pelo inédito aumento de suas populações, da poluição do ar e dos cursos d'água, de graves problemas de higiene e da enorme deterioração do meio ambiente urbano. É na habitação dos operários e da massa dos sem-trabalho, que os resultados são mais contundentes.

Com frequência, as habitações operárias situavam-se em vielas estreitas, sem contar com iluminação e ventilação razoáveis. [...] Seu sistema de higiene era precário, com valas a céu aberto, contaminando o curso d'água mais próximo, a quase inexistência de lugares de estar nos cortiços provocava a transferência desta função para as ruas que se tornam apinhadas de gente. Juntam-se a esta situação salários aviltantes e conseqüentes desnutrição e precárias vestimentas. [...] Essa era a vida para grande parte das populações das grandes e desaparelhadas cidades, como a de Londres.

É diante dessa realidade de miserabilidade e de situação irremediável para muitos, que surge a proposta de Ebenezer Howard (1996) para a construção de cidades-jardins, o que

<sup>13</sup> Quando caminhava pelo campo – dizia o jovem poeta Henry Needler -, “meus pensamentos naturalmente tomam um rumo solene e religioso”. Campos e bosques, concordava o platônico Peter Sterry (teólogo inglês), naturalmente despertavam um sentido de divino (THOMAS, 1988, p. 297).

constitui uma reação à aglomeração urbana caracterizada pela exacerbada admiração pelo campo e pela natureza em face das condições de vida nas cidades. Nessa proposta, cada cidade-jardim deveria fazer parte de uma constelação de cidades-jardins, circundadas pelo campo, buscando assim um novo equilíbrio e ordem que não são vislumbrados dentro do contexto em que vivem.

Howard propõe mais do que a harmonia entre o homem e a natureza, apresentando uma solução para manter o equilíbrio social, ameaçado pelas sórdidas condições de urbanização das camadas populares inglesas durante o século XIX. Ele propõe a construção de cidade considerada ideal, sadia e bela visando a satisfazer as necessidades das massas populares e controlando sua concentração nos grandes centros metropolitanos, ou seja, “a idealização da integração cidade-natureza, combinando as vantagens sociais e econômicas da cidade com o ambiente físico do campo é retomada” (MARCONDES, 1999, p. 41).

A proposta de construção de cidades-jardins foi, portanto, uma tentativa de resolver os problemas de insalubridade, pobreza e poluição, possibilitando uma estreita relação com o campo e uma melhor qualidade de vida das populações menos favorecidas. Paralela a esta idéia, há que se destacar, também, a delimitação de espaços verdes nos grandes centros urbanos. Na verdade, a criação desses espaços verdes esteve sempre ligada à noção de saúde, à necessidade do lazer como forma de recuperar as energias gastas no trabalho (físicas e psicológicas), além de constituir-se como local de encontro social e de contato com a natureza.

Bartalini (1995, p. 5-6), em seu artigo, tece alguns comentários feitos pelo Comitê inglês no século XIX sobre a importância desses espaços:

[...] Não é necessário salientar quão necessários os Passeios Públicos ou Espaços Abertos podem ser nos arredores das grandes cidades; para quem considera as atividades das classes trabalhadoras que ali moram, confinadas como são duramente os dias da semana [...] em fábricas excessivamente quentes, é evidente que é de primeira importância para sua saúde no seu dia de descanso aproveitar o ar fresco e poder (livre da poeira e da sujeira das vias públicas) passear com o mínimo de conforto com suas famílias.

Se privados de tais meios, é provável que seu único escape dos estreitos pátios e becos (nos quais tantas das classes pobres residem), venham a ser os botequins, onde gastam os recursos de suas famílias, e também frequentemente destroem sua saúde. [...] Ninguém deixaria de notar as vantagens que os Passeios Públicos devidamente controlados e abertos para as classes médias e pobres oferecem para a melhoria do asseio e dos cuidados com a aparência pessoal daqueles que os freqüentam.

Reconhece-se a importância e benefícios que os parques públicos europeus trazem para a saúde dos trabalhadores que os frequentam. Já o parque público urbano no Brasil, ao contrário do similar europeu, não surge da necessidade de atender as massas urbanas da metrópole do século XIX, isto porque:

O Brasil do século passado não possuía uma rede urbana expressiva, e nenhuma cidade, inclusive a capital, o Rio de Janeiro, tinha o porte de qualquer grande cidade europeia da época, sobretudo no que diz respeito à população e área. O parque é criado, então, como uma figura complementar do cenário das elites emergentes, que controlavam a nova nação em formação e que procuravam construir uma figuração urbana compatível com a de seus interlocutores internacionais, especialmente ingleses e franceses (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 16).

A criação de espaços públicos arborizados destinados ao uso da população em geral ocorreu no século XVIII com a construção do Passeio Público<sup>14</sup> no Rio de Janeiro. Embora Maurício de Nassau, tenha mandado construir no Recife um jardim e viveiro, inaugurando-o em 1642, este não tem o caráter público e o acesso a ele é permitido somente para pessoas ligadas a ele e pertencentes à elite da época. O Passeio Público teve sua origem na obscuridade, pelo menos documentalmente, porém, por iniciativa da coroa portuguesa esta obra foi construída (em local de antiga lagoa que fora saneada e arborizada) e preparada “especialmente para o desfrute do lazer da população urbana e que também serviu de palco para comemoração pública de eventos relacionados à Coroa portuguesa” (BARTALINI, 1996, p. 1107).

A vegetação e o panorama do seu terraço deslumbravam os visitantes estrangeiros mais sensíveis. Os comentários feitos pelos viajantes deixam evidente a beleza deste lugar. Pode-se comprovar isso na descrição do navegador inglês John Barrow, registrada no ano de 1792:

Outro objeto de utilidade na qual a saúde e a diversão do público foi tomada em consideração é o Passeio Público, ou jardim para o passeio público. Este terreno é disposto com arbustos, gramados, alamedas e canteiros. Aqui e ali se elevam caramanchões, nos quais se entrelaçam várias plantas nativas de grande beleza. [...] Um grande terraço na parte final do jardim, mirando uma parte da enseada, dominava uma encantadora vista das orlas emergindo das águas, em toda parte rendilhadas com matas (In: SEGAWA, 1997, p. 88).

---

<sup>14</sup> Sua execução decorreu entre 1779 e 1783 por ordem do vice-rei D. Luís de Vasconcelos, que encarregou ao artista Valentim da Fonseca e Silva – importante escultor, arquiteto e urbanista do Rio de Janeiro colonial – a execução da obra (SEGAWA, 1997, p. 81).

Todo este deslumbramento com a beleza do Passeio Público foi passageiro, verificando-se já no final do século XVIII sua decadência, resultado da má conservação e pouca frequência de pessoas da elite nos anos posteriores à sua criação, embora tenha subsistido como espaço público até uma completa reforma no ano de 1862. A situação de penúria e abandono do Passeio Público é descrita pelo capitão prussiano Ludwig von Rango em 1819:

Tudo que a natureza faz por este país é magnificante, por isso parece tanto mais pobre o que o homem criou. Estou vindo do passeio Público, o único em todo o Rio. Que Deus tenha misericórdia! Nem um caminho seco em todo o jardim. Realmente uma lástima, um lugar tão bonito e bem arborizado, que se poderia tornar realmente belo com pequeno custo. Mas assim é tudo aqui. Nada se faz com cuidado, tudo se deixa largado à lei da natureza (In: SEGAWA, 1997, p. 99).

Tal realidade de abandono da cidade e de seus passeios públicos muda a partir da transferência da Família Real para o Brasil no século XIX, pois segundo Macedo & Sakata (2003, p. 16):

Observam-se profundas reestruturações e modernizações nas cidades que a partir de então, são aparelhadas para desempenharem novas e sofisticadas funções administrativas, sendo que é a capital, o Rio de Janeiro, a cidade que passa pelas mais rápidas e urgentes transformações urbanas “incorporando funções antes exercidas por Lisboa.

É esse contexto de mudanças que torna o Rio de Janeiro uma cidade moderna, carreando para si investimentos vindos de todo o país. Além do Passeio Público, são criados o Campo de Santana (situado junto ao núcleo histórico e centro tradicional da cidade) e o Jardim Botânico (junto à Lagoa Rodrigo de Freitas), considerados na opinião de Macedo & Sakata (2003, p. 16), os três primeiros parques públicos com as características que os parques urbanos possuem hoje.

O Campo de Santana durante o primeiro quarto do século XIX já era utilizado como espaço de lazer pela população, inclusive considerado um jardim de amenidades e festejos e, alternativo ao Passeio Público setecentista, gradativamente foi assumindo papel relevante ao longo do século. Segundo Segawa (1997, p. 159), “a Corte elegeu – e a família imperial brasileira endossou – aquele espaço como cenário de suas exibições de pompa e circunstância em diversas oportunidades: comemorações oficiais da família real”<sup>15</sup>. Ao longo dos anos foi

<sup>15</sup> Bodas da princesa Maria Teresa, em 1810, com a construção da praça do curro e de um simulacro luminoso de jardim. A aclamação de D. João VI em fevereiro de 1818 como o novo rei de Portugal, Brasil e Algarves entre outros eventos da época (SEGAWA, 1997, p. 159).

sendo reestruturado e adequado aos padrões dos parques europeus, capaz de satisfazer os exigentes gostos da elite carioca da época.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi criado a pedido de D. João no ano de 1808, embora bastante distante da cidade, era muito admirado pelos viajantes pela sua beleza natural e pela diversidade de plantas ali existentes. O objetivo da Coroa em criar os jardins botânicos no Brasil<sup>16</sup> estava ligado ao interesse de fomentar um intercâmbio de plantas úteis à economia portuguesa. A iniciativa tem, portanto, caráter científico, agrícola e econômico:

O objetivo era implementar hortos botânicos em que se pudessem aclimatar plantas úteis ao desenvolvimento do comércio de especiarias na Europa e ampliar o conhecimento sobre novas variedades nativas que pudessem competir com as culturas cultivadas no Oriente (SEGAWA, 1997, p. 109-110).

Uma parte dos jardins botânicos desapareceu no decorrer do século XIX e, à medida que diminuiu o interesse pela pesquisa, outros foram assumindo uma função mista de parque urbano e de pesquisa. Outros ainda transformaram-se, ao longo do tempo, totalmente em parques<sup>17</sup> abertos à visitação pública, embora ainda excludentes para as massas da população:

Por esses espaços públicos passeia a nova aristocracia, tanto na corte como nas principais cidades, trajada especialmente para a ocasião, exibindo um vestuário à francesa e imitando os hábitos parisienses. Aqui, a industrialização e os operários seriam figuras do próximo século. A massa urbana estava praticamente alijada de tais espaços, cujo uso somente era permitido aos descendentes trajados, isto é, vestidos à semelhança dos pares do Império, ou seja, como os europeus. (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 23).

O parque no Brasil do século XIX ainda está longe de ser um espaço aberto ao público em geral, sendo local de encontro apenas das elites dominantes e onde as pessoas gostam de se exhibir e desfilar:

Por suas alamedas desfilavam senhoras, cavalheiros e crianças ostentando o elaborado vestuário da época, com fraques pesados, vestidos com armações e muitas saias, e, sombrinhas, a maior parte das roupas totalmente inadequadas a um país tropical como o Brasil (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 23).

<sup>16</sup> Os jardins botânicos, concebidos inicialmente como centros de pesquisa da flora tropical, foram instalados nas principais aglomerações urbanas a partir do final do século XVIII, como em Belém (1798), Rio de Janeiro (1808), Olinda (1811), Ouro Preto (1825), São Paulo à margem do núcleo central (1799) (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 22).

<sup>17</sup> O Jardim Botânico de São Paulo transformou-se, não muitos anos após sua inauguração, em parque público (1825), e no decorrer do século é totalmente adaptado a essa função, tornando-se ponto de encontro dos barões do café e seus associados (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 23).

Na verdade aqui no Brasil o parque é um cenário urbano que codifica uma modernidade importada, totalmente alheia às necessidades sociais da massa urbana, que usufruía de outros espaços, como terreiros e várzeas justamente por não ter acesso aos já existentes parques urbanos. As cidades brasileiras, durante todo o século XIX e mesmo no século XX expandiram-se de modo não contínuo e ainda pouco numeroso em população, sendo “o parque considerado equipamento desnecessário para o lazer imediato e cotidiano da população” (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 24). Tal visão deveu-se ao fato de haver no Brasil riqueza em recursos naturais de porte como cascatas, rios, praias, oferecendo a todos por longo tempo, incontáveis possibilidades de espaços para lazer onde o povo costumava passear, tomar banho, fazer piquenique<sup>18</sup>. Esses espaços se constituíram, por muito tempo, em áreas de lazer do povo, sendo os antecessores das áreas de lazer urbano instituídas pelo poder público e destinado a este fim. Macedo & Sakata declaram que “Com o aumento da urbanização e a posterior escassez de áreas naturais para o lazer da população menos privilegiada, a partir da segunda metade do século XX, o parque urbano tornou-se uma necessidade social” (p. 24).

A idéia de parque público para a massa no Brasil acompanhou o processo de industrialização e conseqüentemente modernização das cidades, sendo que até então era componente desprezível do debate da classe dirigente, mesmo tendo as autoridades consciência dos benefícios que tais espaços traziam à saúde da população. O conceito de rua e do parque arborizados como pulmões urbanos já estavam amplamente assimilados no século XIX, inclusive a árvore já havia se tornava um símbolo de civilidade, cultura e patriotismo no início do século XX<sup>19</sup>.

Nesse contexto, surgem novos e importantes parques públicos urbanos no período de 1889-1920. São eles: Beira-mar Carioca, Sistema Boulevard de Parques para São Paulo, Parque do Ipiranga (São Paulo), Sistemas de áreas verdes de Belém, Parque Municipal Américo Renné Giannetti (Belo Horizonte). Constata-se, neste período, uma disseminação destes espaços por todo o país,

o parque ricamente elaborado e decorado, torna-se, no final do século XIX e especialmente no início do século XX, um elemento urbano comum. Não só as principais capitais ostentam belos parques e seus sucedâneos – os passeios públicos

---

<sup>18</sup> No século XIX, era comum o banho nas várzeas do Rio Tamanduateí, em São Paulo, e o lazer nas margens dos rios que cortam o Recife. No século XX, os jogos de bola são comuns por todos os grandes e pequenos vazios urbanos, proliferando os conhecidos campinhos de várzea e, pelos anos 60, o futebol de praia (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 24).

<sup>19</sup> O dia da árvore aqui no Brasil foi comemorado pela primeira vez em 7 de junho de 1902, na cidade de Araras, em São Paulo, com a finalidade de “conservar o bosque municipal” (SEGAWA, 1997, p. 71).

– mas um grande número de comunidades urbanas de médio e até pequeno porte constroem magníficos logradouros (MACEDO & SAKATA, 2003, p. 31).

Além de parques públicos, destacam-se no início do século XX os primeiros parques privados do país, concebidos e administrados por empresas particulares<sup>20</sup>. Também se constitui, neste mesmo período, a orla oceânica como novo espaço urbano para o lazer, embora ainda bastante restrito a famílias abastadas, em princípio para recreação e, posteriormente, para moradia definitiva. Inclusive o reconhecimento da orla como espaço de lazer vai encontrar respaldo no poder público que a adequou de forma a ser amplamente usada.

Com o rápido crescimento urbano e o aumento significativo da população das cidades a partir do pós-guerra (1945), o parque torna-se um espaço de lazer ambicionado por milhares de pessoas, diante de sua carência, pois só existem em áreas próximas aos centros e em bairros ricos. Portanto, há necessidade de criação de novos parques públicos que serão estruturados para oferecer lazer, cultura, prática de esportes e contemplação de espaços verdes que sirvam à população das classes populares.

Sabe-se que os parques, enquanto componentes indispensáveis na sociedade contemporânea, foram concebidos e construídos a partir de uma pluralidade de intenção ao longo da história. Muitas vezes, estas intenções não permanecem ilesas em suas idéias originais, havendo novas adequações a partir das necessidades e da forma como a comunidade utiliza tais espaços. Essa diversidade de olhares e intenções também está representada na forma como os parques são percebidos teoricamente.

Partindo desse pressuposto, projetos de conservação de áreas naturais como Parques Urbanos devem ter como base estudos do estado da área, considerando suas dimensões ecológicas, culturais e sócio-econômicas, numa abordagem global e sistêmica. Esse olhar é necessário a fim de que se compreendam as relações existentes entre os diferentes componentes dos ecossistemas, associando a participação das populações locais na gestão, manutenção, conservação e valorização das unidades de conservação. Essa perspectiva contribuirá para a efetivação dessas áreas como fundamentais para a manutenção da vida na Terra.

---

<sup>20</sup> Destacam-se o Jardim da Saúde, o Parque Antártica e o Jardim da Aclimação, em São Paulo, que ofereciam ao usuário, mediante um ingresso pago, o acesso a exposições (caso do Parque Antártica) ou um pequeno zoológico (Jardim da Aclimação, hoje Parque da Aclimação) (MACEDO; SAKATA, 2003, p. 32).

Evidencia-se claramente que tais espaços devem conciliar proteção com educação, destacando-se a educação ambiental como uma das ferramentas para o correto uso destas áreas públicas e a conservação da natureza. Vale lembrar ainda que a realização de atividades de educação ambiental não deve ser de forma pontual e centrada apenas em alguns aspectos, mas sim ocorrer como atividade permanente que enfatize aspectos variados (econômicos, sociais, políticos, culturais e éticos). Dessa forma, possibilitar-se-á um espaço para a geração de novos valores e respeito ao homem e à vida.

O Parque Integrado Elso Pilau de Giruá/RS, tem em seu interior áreas de Preservação Permanente, sobre as quais o Código Florestal, Lei nº. 4.771, de 15.09.65, no seu artigo 2º, rege que:

[...] em tais locais devem ser mantidas todas as florestas e demais formas de vegetação natural. Tais locais foram definidos como de proteção especial, pois, representam áreas frágeis ou estratégicas em termos de conservação ambiental, não devendo ser modificadas para outros tipos de ocupação. A manutenção da vegetação natural nestes locais contribui para o controle de processos erosivos e de assoreamento dos rios, garantir qualidade dos recursos d'água e mananciais e para a proteção da fauna local.

Considera-se relevante a preocupação com a conservação do Parque, já que possui em seu interior Áreas de Preservação Permanente (nascentes, lagos e mata ciliar). Esse estudo, sobre a percepção ambiental do Parque, contribui para a realização de melhorias na infraestrutura e na sua conservação, bem como na recuperação das áreas degradadas. Além disso, tais melhorias favorecem o relacionamento da população local com a área. A comunidade local e, principalmente, a população que ocupa o seu entorno, tem papel significativo no processo de manutenção do Parque como área de lazer e de proteção.

Através do estudo da percepção ambiental dos moradores do entorno do Parque, será possível fazer um diagnóstico sobre o que eles pensam desta área. Além disso, busca-se, com a participação da comunidade e órgãos competentes, fazer o levantamento de ações que poderão ser feitas a fim de promover a recuperação e valorização do espaço.

## **2.4 Fenomenologia e Percepção Ambiental**

A presente pesquisa busca, através do embasamento teórico, entender a percepção ambiental fundamentada na filosofia fenomenológica e na psicologia, explicando como acontecem os processos mentais relativos à percepção ambiental. São esses processos que estruturam e organizam a relação entre o sujeito e objeto, conferindo valor àquilo que faz parte do chamado mundo-vivido e que se traduz em ação a partir do significado atribuído.

Sabe-se ser de fundamental importância a compreensão dos processos mentais relativos à percepção ambiental para que se possa entender de forma clara como se estabelecem as inter-relações entre o homem e o meio ambiente, isso porque cada indivíduo percebe, reage e responde de forma diferente frente às ações sobre o meio. Mesmo que nem sempre evidentes, as manifestações psicológicas são constantes e afetam a conduta humana consciente ou inconscientemente. Castello (1993, p. X) explica que a “percepção está ligada à cognição, portanto um processo mental mediante o qual a partir de interesses e da necessidade, estrutura-se e organiza-se nossa interface com a realidade e o mundo, selecionando as informações percebidas, armazenando-as e lhes conferindo significado”, portanto, a percepção ocorre a partir de mecanismos específicos, nos quais os sentidos físicos têm papel preponderante, em especial a visão, através da qual imagens e esquemas perceptivos são organizados e representados, tendo como referência a realidade, os valores, julgamentos e expectativas que se tem de objetos, pessoas e lugares.

A fenomenologia, nascida na segunda metade do século XIX, descreve, compreende e interpreta os fenômenos que se apresentam à percepção. O método fenomenológico se define como uma volta às coisas mesmas, ou seja, aos fenômenos, àquilo que aparece à consciência, que se dá como objeto intencional.

Relph (1979, p. 1) sustenta que:

Fenomenologia tem a ver com princípios, com as origens do significado e da experiência, sendo concernente a fenômenos como ansiedade, comportamento, religião, lugar e topofilia, que não podem ser compreendidos somente através da observação e medição, mas sim do vivido.

Isso se dá porque todo o ambiente que envolve o homem que seja físico, social ou psicológico vai influenciar seu comportamento e conduta, tendo como referência a percepção frente ao objeto, como diz Merleau-Ponty “o pensamento de perceber o mundo”. Segundo Trivinõs (1987, p. 42), “a idéia fundamental da fenomenologia é a noção de intencionalidade da consciência que está sempre dirigida a um objeto”.

Então, pode-se dizer que se está no mundo como sujeito ativo que confere sentidos, valores, significados e interpretações àquilo que se percebe, uma vez que elas fazem parte de nossa vida, havendo um interagir, pois como diz Merleau-Ponty (1999 p. 14) “eu estou aberto ao mundo, comunico-me com ele”.

Essa comunicação e fenômeno de experienciar são a essência do envolvimento do ser humano no mundo que, dentro da fenomenologia, designa-se de “mundo-vivido”, definido por Relph (1979, p. 3) como “aquele mundo de ambigüidades, comprometimentos e significados no qual estamos inextricavelmente envolvidos em nossas vidas diárias”.

O mundo-vivido muitas vezes perde o seu significado para os objetos e comodidades rotineiras da vida diária dentro de uma sociedade marcadamente comercial e burocrática, em que o que vale mais é o valor de troca que objetos adquirem. É observável uma “alienação” dos significados do mundo-vivido decorrente da sucessiva rotina. Relph (1979, p. 4) entende que:

[...] os significados originais do mundo-vivido estão constantemente sendo obscurecidos por conceitos científicos e pela adoção de convenções sociais; e apesar de vivermos nele, o mundo-vivido não é absolutamente óbvio, e seus significados não se apresentam por si mesmos, mas têm de ser descobertos.

O autor chama atenção para o fato de estar inserido num mundo-vivido cultural, no qual o indivíduo passa grande parte do seu tempo diário. Este mundo está impregnado de significados: ruas, espaços, edifícios, paisagens. Faz parte do mundo social e cultural, repleto de intersubjetividade. Ele difere do “mundo natural” já existente e pré-determinado quando a pessoa nasce. Tais mundos se distinguem apenas tematicamente, porque na experiência estão inter-relacionados. Merleau-Ponty (*apud* RELPH, 1979 p. 6) reconhece esse cruzamento afirmando que:

Assim como a natureza acha seu caminho para o centro da minha vida e torna-se inextricavelmente ligada a ela, também os padrões de comportamento instalam-se no da natureza, sendo depositados na forma de um mundo cultural. Não tenho apenas um mundo físico, não vivo apenas no meio da terra, ar e água, tenho em torno de mim estradas, plantações, cidades, ruas, igrejas, implementos. Algumas maneiras de existência ou de vida podem achar seu lugar... na paisagem através da qual eu vagueio. O mundo cultural é ambíguo, mas está presente.

O mundo cultural ao qual Merleau-Ponty se refere, apresenta elementos naturais e sociais pré-determinados. Porém, à medida que os sujeitos se envolvem com este complexo mundo cultural ele toma formas variadas, resultado de seus “sentidos e movimentos”. O mundo e o homem constituem uma só unidade através de suas mútuas implicações, sendo que é a intencionalidade que fornece sentido ao mundo.

Como acredita Relph (1979 p. 7), “o mundo é visto e experienciado não como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações entre o homem e suas vizinhanças, como

focos de seu interesse”. Dardel (*apud* RELPH, 1979 p. 7), corrobora esta idéia declarando que “é nos lugares onde vive e através do manejo dos campos, rios e pradarias, no curso de sua vida e no movimento das coisas e pessoas que o homem externa sua relação fundamental com a Terra”.

O significado atribuído ao mundo-vivido geográfico não obedece a um padrão e pode apresentar maior ou menor grau de familiaridade, resultado da implicação humana e do seu envolvimento com ele. Fenomenologicamente, tais espaços em que o homem está inserido não são “vazios abandonados” aos quais esporadicamente são atribuídos qualidades e significados, mas fins. Como pontua Relph “são contextos necessários e significantes de todas nossas ações e proezas”. Isso quer dizer que o sujeito não apenas apreende o espaço através dos sentidos, mas também nele projeta sua personalidade, está ligado a ele por limites emocionais.

Quanto mais o indivíduo atribui significado e importância para o ambiente, sentindo-se nele inserido, “recheando-o” com uma variada gama de intenções transformações, tanto de caráter prático quanto no sentido de subjetividade, emoções e sentimentos, mais este ambiente converte-se em “lugar”. Predomina aí a sensação de *insideness*<sup>21</sup>, o que possibilita que o homem busque cada vez mais tornar esse lugar agradável para o seu bem-estar, proporcionando sentimento de proximidade entre ambos, que se traduz em segurança, aconchego, envolvimento, identidade e comprometimento.

A esse respeito Machado (1996, p. 104) comenta que:

São extremamente complexos os sentimentos e as idéias relacionadas com o espaço e lugar do homem adulto, [...] originam-se tanto de experiências singulares como das comuns, **e pelo contínuo acréscimo de sentimento ao longo dos anos o lugar pode adquirir profundo significado para o indivíduo** (grifo meu) e, quando inteiramente familiar, o espaço torna-se lugar, despertando um sentimento de apego e topofilia<sup>22</sup>.

Esse sentimento de apego se manifesta à medida que o indivíduo se envolve e desenvolve uma atividade perceptiva que enriquece continuamente o “experienciar individual”, isso porque são muito variadas as maneiras de perceber o mundo em que se vive.

<sup>21</sup> Tipo de vínculo de pertencimento com o lugar, o *insideness* possui forte relação com o sentido de casa *at – homeness*. Aqui o ambiente se apresenta recheado de significados positivos e estreitos laços de afetividade (SEAMON, 1996, p. 2).

<sup>22</sup> Topofilia – uma emoção que inclui todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente natural e construído pelo homem, deferindo profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão, podendo a resposta ao meio ser simplesmente estética ou intensa (TUAN, 1980, p. 107).

Tuan (1980, p. 7) afirma que: “duas pessoas não vêem a mesma realidade, nem dois grupos sociais fazem exatamente a mesma avaliação do meio ambiente”.

O ato de perceber consiste em uma troca de indivíduo com o meio exterior. Essa troca tem dois aspectos de extrema importância: o cognitivo e o afetivo. Isso quer dizer que, ao mesmo tempo em que o indivíduo conhece o mundo exterior, vai desenvolvendo sentimentos em relação a ele. A afetividade é o impulso que direcionará a percepção e a posterior vinculação da pessoa com seu espaço através da emoção. Portanto, como afirma Relph (1979, p. 8-9) “através de nossos sentidos estamos ligados ao espaço, penetramos e olhamos dentro dele, movemo-nos através dele, ouvimos e cheiramos através dele; espaço é também estruturado pela projeção da imaginação”.

Para o autor, o espaço tem dimensões corpóreas que podem estar fora ou dentro do alcance da audição e visão. Tais estruturas perceptivas possuem significado porque estão ligadas aos contextos cultural e individual mais amplos e não obedecem a um limite de espaço físico.

Segundo Machado (1996, p. 97), “a superfície da Terra é elaborada para cada pessoa pela refração por meio de lentes culturais e pessoais, de costumes e fantasias”. Ainda segue afirmando que:

Transformar uma paisagem em um conjunto de significados implica importante atividade perceptiva que organiza, seleciona, interpreta a fluxo de dados sensíveis até que alcance uma mensagem, um significado. A paisagem e o lugar não estão apenas ao alcance do olhar, [...] sua percepção supõe não somente a visão de elementos singulares, mas a interação da experiência individual.

À medida que se conhece o mundo exterior, desenvolvem-se sentimentos em relação a ele, o que, segundo Machado (1996, p. 108), “dará colorido às nossas experiências com os lugares e as paisagens”. Cada pessoa desenvolve formas de experienciar lugares. Essa experiência pode ser direta e íntima ou meramente indireta e conceitual, mediada por símbolos. Tudo depende da relação que se estabelece com o lugar e o valor que se atribui a ele, tendo como referencial as vivências e aos fenômenos experienciados. Ainda, segundo o autor (1996, p. 118), “é pela atividade perceptível que se transforma uma paisagem em um conjunto de significados”.

Tais significados e fantasias estão diretamente ligados ao telúrico, o que implica sentimento de intimidade, imaginação e projeção que se faz para com o espaço geográfico. Na

opinião de Relph (1979, p. 12), isso se traduz “num espaço rico e complexo, ordenado com referência às intenções e experiências humanas, isto porque estamos imersos no espaço através de nossas ações e percepções”. Inserem-se nesse processo, dimensões e interesses que são dadas a ele. Mesmo que todos os espaços possuam propriedades comuns entre si, cada um é idiossincrático para as pessoas, resultado de sua singularidade aliada às características das associações do ser humano com ele. Conclui-se daí que “os espaços geográficos que experienciamos são únicos e não únicos” (RELPH, 1979, p. 12).

O espaço, como percepção de forma e movimento é, psicologicamente, a consciência de si e de seu entorno. Esse entorno põe-se como espaço geográfico, mas também como forma que se apresenta variada, resultando da constante mudança dos modos e propósitos humanos. “Colocamo-nos em um espaço de nossas próprias dimensões, num espaço que se entrega a nós e que responde para nós” (RELPH, 1979, p. 12). Isso equivale dizer que a paisagem nada tem de fixo, de imóvel, cada vez que há processos de mudanças, a paisagem se transforma, adaptando-se às novas necessidades.

Porém, Clark pontua que “além do espaço geográfico, estamos circundados com coisas que não construímos e que têm vida e estruturas diferentes da nossa própria” (1949 p. 19). Ainda afirma que essas coisas “há séculos que nos inspiram curiosidade e respeito, e têm sido objetos do nosso prazer”. Temo-las recriado na nossa imaginação refletindo assim os nossos estados de espírito. Ele ainda explica que “esses ambientes palpáveis são paisagens” que não somente possuem conteúdo e substância, mas também são os cenários significantes das experiências diárias e das excepcionais.

O termo “paisagem” está envolto de significados semi-preciosos e usualmente são partes de ambientes que na opinião de Hyams (*apud* RELPH, 1979, p. 13) “você sai de casa para gozar”. Diariamente encontramos no mundo-vivido, combinações dos artefatos feitos pelo homem e os aspectos naturais – chamados paisagens, “constituem uma presença que pode estar ligada ou ser estranha a nós, mas que é inevitável (...) devemos reconhecer que não há experiência ambiental que não seja, em algum sentido e em algum grau, uma experiência de paisagem” (RELPH, 1979, p. 13). É, portanto, a paisagem um espaço subjetivo, sentido e vivido e, neste processo de experiência e subjetividade que entram os sentimentos que podem ser agradáveis, topofílicos, ou desagradáveis chamados de topofóbicos<sup>23</sup> ou também conhecidos como *outsideness* existencial<sup>24</sup>.

<sup>23</sup> Topofobia – sentimento de receio ou medo de espaços, paisagens e lugares (RELPH, 1979, p. 19).

<sup>24</sup> *Outsideness* – representa um distanciamento do indivíduo em relação ao lugar (SEAMON, 1996, p. 2).

Dentro de sua análise sobre topofilia, Tuan (1980, p. 137) ressalta a importância da familiaridade para despertar um sentimento de amor por um lugar, destacando que a consciência do passado é um elemento importante dentro desse processo. Além disso, pontua que:

As imagens de topofilia são derivadas da realidade circundante, [...] pessoas atentam para aqueles aspectos do meio ambiente que lhes inspiram respeito ou lhes prometem sustento e satisfação no contexto das finalidades de suas vidas, sendo que as imagens mudam à medida que as pessoas adquirem novos interesses e poder, mas continuam a surgir do meio ambiente: as facetas do meio ambiente, previamente negligenciadas são vistas agora com toda clareza (TUAN, 1980, p.137).

Contrário ao sentimento de apego pelo lugar, resultante de experiências de paisagem, está a topofobia que nada mais é do que aversão a um lugar, sendo que tal sentimento “provoca sensações desagradáveis ou induzem a ansiedade e depressão” (RELPH, 1979, p. 19-20). Muitas vezes este ambiente representa uma atmosfera opressiva, onde o sujeito se vê submetido a relações desagradáveis e pouco confortáveis com o lugar.

Sentimentos de topofobia ou topofilia estão intimamente ligados e associados ao caráter das paisagens e dos espaços, resultando em atitudes daqueles que estão experienciando a paisagem. No entanto, na medida em que há alteração da aparência de uma paisagem, pode haver mudanças dessas atitudes, as quais podem variar de topofílicas para topofóbicas e vice-versa.

Tal mudança de atitude, para Relph (1979, p. 21), é perfeitamente compreensível, pois:

Geograficidade<sup>25</sup> envolve os bons e maus encontros com os ambientes e, de fato, pode bem ser que a atração de um e o desagrado pelo outro adquiram suas forças e qualidades através da comparação. [...] é provável que a geograficidade seja fenômeno muito complexo, com muitas formas, e isto pode ser previsto a partir da variedade de atitudes que as pessoas têm para com seus mundos-vividos.

Essa relação que se faz com o meio geográfico ou natural é determinada pela afinidade ou não com o local. No mesmo contexto geográfico uma pessoa pode, como declara Dardel (1952 *apud* RELPH, 1979, p. 21) “abandonar-se” na confusão de uma multiplicidade de detalhes. Outra pessoa pode “selecionar”, a partir de muitos aspectos insignificantes, concentra seu interesse numa forma dominante fornecendo uma estrutura para a realidade geográfica. Portanto:

---

<sup>25</sup> Geograficidade – termo que encerra todas as respostas e experiências que se tem dos ambientes nos quais se vive, antes de se analisar e atribuir conceitos a essas experiências (RELPH, 1979, p. 18).

A geograficidade é uma relação que necessariamente temos com o mundo através dos espaços, paisagens e lugares que encontramos nas nossas vidas diárias, compreendendo nossas atitudes ambientais e respostas imediatas ao ambiente e facilmente tomada por certa (RELPH, 1979, p.22).

A afirmação acima está ligada ao fato de ser a geograficidade não um “assunto técnico”, o que se explica por ser ela conhecida através da experiência. James (1955) *apud* Relph (1979, p. 22) pontua que:

Nenhuma abordagem científica nacionalista fará justiça à variedade, significância e particularidade que são a essência da geograficidade, tornando-se necessário em seu lugar, o método fenomenológico, que respeita a riqueza e complexidade do mundo vivido.

Não se pode esquecer que a percepção é um sistema do qual o corpo do indivíduo perceptor é apenas um elemento, sendo que:

O que está em causa não é somente a visão, mas todos os sentidos; não somente a percepção, mas todos os modos de relação do indivíduo com o mundo; enfim, não é somente o indivíduo, mas tudo aquilo pelo qual a sociedade o condiciona e o supera, isto é, ela situa os indivíduos no seio de uma cultura, dando com isso um sentido à sua relação com o mundo (sentido que, naturalmente, nunca é exatamente o mesmo para cada indivíduo) (BERQUE, 1998, p. 87).

Diante da complexidade do ato perceptivo que está condicionado a um conjunto de fatores e objetivos e de uma constelação de excitantes, o método fenomenológico se adequa por ser ele usado com sensibilidade. Traz à tona uma enorme riqueza de experiências ambientais pré-conscientes, o que não aconteceria se fosse usado um método de pesquisa convencional que, segundo Machado (1996, p. 98):

Não fornece descrições adequadas da experiência, porque separa pessoa e mundo; pessoa (corpo, mente, emoção, vontade) e mundo estão engajados em um só processo, que implica fenômeno perceptivo e não pode ser estudado como um evento isolado, nem pode ser isolável da vida cotidiana das pessoas.

Não há percepção interior sem percepção exterior, o que se explica como resultado daquilo que eu experiencio e vivo cotidianamente. Nessa perspectiva, Machado (1996, p. 99) afirma que:

Particularidades de um lugar são conhecidas apenas por seus moradores, não percebidas pelo viajante que apenas passa por ela. Só quem experiencia por meio de um contato direto e contínuo pode alcançar melhor compreensão dela. É a familiaridade em relação a tudo o que existe na paisagem que lhe confere um

significado especial; onde os habitantes vivem, se movimentam e se relacionam entre si e com a paisagem.

É o sentimento de familiaridade e de convívio diário que confere significados mais profundos e duradouros aos objetos. Isso implica em vínculos e comprometimento a partir da percepção e da subjetividade. Portanto, baseado em tal referencial, busca-se uma análise dentro da perspectiva fenomenológica, para entender as relações que se estabelecem entre a população e o Parque. Leva-se em conta o espaço vivido mediado pelos sentimentos de familiaridade ou não, o que é determinante em suas ações e condutas frente a tal espaço.

## **2.5 Procedimentos Operacionais**

O propósito básico que orientou esta pesquisa consiste em análise da percepção ambiental dos moradores do entorno e frequentadores em relação ao Parque, tendo como base leituras acerca de fenomenologia e percepção ambiental.

Esses pressupostos que serviram de base para o entendimento de como ocorrem os processos cognitivos e afetivos que se estabelecem entre sujeito e objeto e a sua importância na percepção e atitudes.

Para chegar a tal propósito realizou-se pesquisa referente ao histórico do lugar. Buscou-se analisar a criação, a efetivação e importância ambiental do Parque no âmbito municipal e, aplicaram-se entrevistas dialogadas, junto ao público alvo, contendo questões referentes àquele espaço com ênfase à percepção ambiental. Tal estudo permite a elaboração de um diagnóstico do Parque, a partir da percepção dos entrevistados. Essas informações devem contribuir para a gestão e planejamento do Parque enquanto área de lazer e de conservação.

O trabalho foi executado partindo da análise documental referente à criação do Parque no contexto municipal e seu enquadramento enquanto área protegida pela legislação ambiental vigente. Para tanto, utilizam-se decretos e leis municipais; documentos históricos antigos como jornais, fotografias, discursos de autoridades locais, entre outros. Nesse sentido, podem-se citar os seguintes órgãos e documentos obtidos para a análise:

- Secretarias de Obras da Prefeitura Municipal de Giruá: registros topográficos da área de implantação do Parque elaborados na época de sua criação;
- Secretaria de Administração da Prefeitura Municipal de Giruá: decretos e leis acerca da compra dos terrenos e criação do Parque;

- Secretaria de Desenvolvimento da Prefeitura Municipal de Giruá: informações sobre as características gerais do município e do Plano Diretor em vigor.

- Câmara dos Vereadores do município de Giruá: decretos e leis municipais relativos ao Parque, desde o início de sua criação até a inauguração.

- Jornal Folha Giruaense: reportagens veiculadas, na época, em relação à criação e construção do Parque, o que comprova que houve constante acompanhamento da imprensa local nos procedimentos adotados pela Prefeitura, desde a aquisição do terreno até a inauguração do Parque.

De posse dos documentos foi possível dissertar sobre o histórico do Parque Urbano Integrado Elso Pilau. A essa análise acresceram-se os depoimentos de alguns moradores antigos do município, que fizeram parte do público alvo na entrevista dialogada, bem como documentos fornecidos pelo então prefeito, Sr. Humberto Vionei Weschenfelder.

A análise documental é definida por Bardin (1977, p. 45) como “uma operação ou um conjunto de operações visando a representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referência”.

Vale destacar que, ainda segundo Bardin (1977, p. 46), “a análise documental permite passar de um documento primário (embruto), para um documento secundário (representação do primeiro)”. Portanto, o objetivo da análise documental é a “representação condensada da informação para consulta e armazenagem”. A partir da análise documental, foi possível além de reconstituir o histórico do Parque, analisar as diferentes leis e decretos municipais ambientais criados e aqueles que fazem relação ao lugar como unidade de conservação e/ou de proteção ambiental.

Na aplicação da entrevista dialogada para apreender a percepção ambiental da população com relação ao Parque o pesquisador realizou pessoalmente os questionamentos a todos os entrevistados (moradores do entorno e freqüentadores do parque). Esse contato foi muito proveitoso, bem como o diálogo com o público alvo, já que possibilitou maior aproximação e explicitação do entrevistador em relação aos objetivos do trabalho.

Com isso, buscaram-se junto à população do município, respostas que possibilitassem entender a relação que se estabelece entre essas pessoas e o Parque. Participaram da investigação 36 entrevistados, dos quais 26 são residentes nos arredores do Parque, especificamente das ruas: Tuparendi, Ijuí, Independência, da Paz e Travessa Colinas. Os 10 freqüentadores foram escolhidos aleatoriamente e entrevistados dentro da área do Parque em

diferentes horários e dias para obter uma amostragem ampla do público freqüentador. A escolha de moradores próximos ao Parque e de freqüentadores deveu-se ao fato de possuírem uma relação diferenciada com o Parque, influenciando sua percepção e perspectivas em relação a este espaço.

As entrevistas com os moradores e freqüentadores do Parque foram realizadas no mês de junho de 2007. A entrevistadora apresentou-se com crachá de identificação, demonstrando o seu vínculo com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Essa apresentação tornou-se essencial para a tranquilidade dos entrevistados, principalmente daqueles mais desconfiados. A demonstração do caráter científico da entrevista pôde desfazer qualquer suspeita de caráter político e/ou especulativo do trabalho. O uso do gravador foi feito em uma única entrevista e, por causar certo constrangimento ao entrevistado, optou-se por eliminar este recurso. Nenhuma entrevista foi realizada sem o consentimento da pessoa e o roteiro de perguntas foi previamente apresentado a todos eles. Quando não queriam responder uma pergunta, não houve insistência, procurando deixá-los à vontade para responder aquilo que quisessem.

Ressalta-se, ainda, que foi mantida a imparcialidade quando da aplicação da entrevista, isso porque, por vezes, os entrevistados solicitavam a opinião do pesquisador sobre o Parque. Nessas ocasiões, explicava-se a eles que, naquele momento, não poderia haver o posicionamento face ao objetivo da pesquisa. Destacava-se a importância da opinião dos entrevistados e que, em nenhum momento, poderia ocorrer a influência do pesquisador nas respostas.

A análise e interpretação dos dados da entrevista obedecem a duas etapas: em um primeiro momento analisam-se as respostas que mais apareceram entre todos os entrevistados, obedecendo apenas ao critério de ordem. Num segundo momento, a análise das entrevistas está fundamentada na fenomenologia e percepção ambiental, procurando diferenciar como freqüentadores e moradores percebem o Parque.

A compreensão das informações reveladas nas entrevistas deu-se através da análise de conteúdo que tem como objetivo a palavra, ou seja, o aspecto individual da linguagem. Tomam-se em consideração as significações (conteúdo). Segundo Bardin (1977, p. 44) “a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça, visando o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc”. E, ainda, para o autor (p.46), “o objetivo da análise de conteúdo é a manipulação de mensagens (conteúdo e expressão desse conteúdo) para evidenciar os indicadores que

permitam inferir sobre outra realidade que não a da mensagem”. Tal análise permitiu uma leitura mais aprofundada daquilo que foi dito pelos entrevistados, ultrapassando, portanto, os significados explícitos e buscando entender o que moradores e frequentadores dizem por detrás do óbvio.

### 3 A CRIAÇÃO DO PARQUE ELSO PILAU

Nesse capítulo é tratado do histórico do Parque Urbano Integrado Elso Pilau enfocando as ações políticas que foram realizadas no início da década de 1990 em prol de sua criação. Também procura-se abordar questões institucionais vinculadas a esse Parque.

#### 3.1 Histórico do Parque

O Parque Urbano Integrado Elso Pilau teve o início de sua história como Parque no ano de 1989. Vereadores da época apresentam uma proposição (anexo 1) ao então prefeito, Sr. Humberto Vionei Weschenfelder. No documento sugerem que:

Se estudem possibilidades de adquirir uma área rural, próxima à sede do município, coberta de mata nativa, com o objetivo de preservar espécies nativas do nosso município, e que se encontram em extinção, podendo inclusive ser utilizada como fonte de estudos por nossos estudantes (Proposição do presidente da Câmara dos Vereadores, 15/05/1989).

Tendo como referência tal proposição, o prefeito envia o ofício nº. 420/89 (anexo 2) ao então presidente da Câmara dos Vereadores para verificar possibilidade de autorizar a aquisição de uma “área urbanizada com 3,73 ha destinada à implantação de uma **área verde e de lazer**”. Interessante notar a observação feita pelo prefeito no próprio documento, sobre a vegetação, como pode ser observado:

Como é do conhecimento de Vossa Senhoria, nosso município, como o resto do Estado e região, possui grande carência de áreas verdes, devido aos grandes desmatamentos havidos em função da expansão da agricultura. Esta situação nos preocupa sobremaneira, assim como é também uma preocupação dos nobres edis dessa casa.

Segue ainda, em anexo ao referido ofício, a justificativa para a aquisição da área. Dentre os vários argumentos apresentados, deixa-se claro que:

Entendemos de vital importância a aquisição desta área, fundamenta no relatório de análise e diagnóstico do Plano Diretor, que detectou uma carência de quase 20 hectares de áreas verdes no perímetro urbano de Giruá. O mesmo relatório apontava esta área como próxima ao centro urbano, condição importante para sua utilização

quase que imediata pela população, que assim passará a contar com uma significativa área de lazer.

Além dos aspectos psicológicos favoráveis inerentes ao contato mais íntimo do ser humano com a natureza, com a aquisição dessas áreas passaremos a ter certeza **da conservação e preservação das cabeceiras do arroio Giruazinho, atualmente servindo como desaguadouro de dejetos domésticos, poluindo esse importante manancial hídrico**. A população vizinha “será orientada” para a importância da conservação desse riacho, através de um trabalho de conscientização que será realizado por esta Administração, visando igualmente, a criar uma consciência ecológica.

[...] a nível de Estado há 4% de vegetação remanescente nativa, portanto a aquisição dessa área verde privilegiará Giruá com uma belíssima reserva natural, riquíssima em sua flora e fauna, que servirá aos nossos filhos e estudantes como fonte de estudos e orientação pedagógica.

Há vários aspectos de fundamental importância para a criação da Área Verde. Como pôde ser observado nas citações acima, a grande preocupação está centrada no acelerado processo de desmatamento do município e da região, resultante do grande crescimento urbano e expansão da agricultura da época. Para os governantes municipais da época, é necessário, nesta área remanescente, garantir a manutenção de abundante mata nativa bem como a preservação de nascentes do arroio, já bastante comprometidas.

Ressalta-se que essas nascentes, no referido período, não tinham em seu entorno ocupação, apenas ocorria a criação de gado solto pelos campos. Tais mananciais eram usados para dessedentação de animais. Segundo alguns dos entrevistados, “era um banhadal cheio de ovelhas e vacas”. Junto às nascentes da porção leste, havia uma pequena “piscina” onde alunos de escolas particulares tomavam banho ou brincavam nas ocasiões em que faziam piqueniques no local.

Ainda referindo-se às nascentes, disse um morador que reside próximo ao Parque há mais de 20 anos:

A população de épocas passadas sempre procurou preservar as nascentes, porque durante muito tempo elas abasteciam a cidade ainda em formação, inclusive o hospital local que está próximo ao Parque até hoje era totalmente servido por elas. Há mais de 50 anos quando ainda não havia luz elétrica tinha um motor que puxava a água para o hospital e, depois que veio a luz, tudo ficou abandonado (J.A 70 anos).

Após a aprovação da solicitação, finalmente em julho de 1989, o prefeito autoriza a compra dos terrenos urbanos destinados à Área Verde, sendo adquiridos da Sra. Alda Uhry Pilau, conforme Lei nº. 885/89 (anexo 3), uma área de 37.500m<sup>2</sup> (porção oeste do atual Parque) e 45.131m<sup>2</sup> (porção leste do atual Parque) do Espólio de Sigifrido Christiano Stumm, Lei nº. 953/90 (anexo 4). Em ambas as leis justifica-se a aquisição das referidas áreas.

As motivações que levaram a compra dessas áreas foram tratadas em reportagem publicada em jornal local (Folha Giruaense) na ocasião:

Prefeitura adquire Terreno para área verde e lazer. Um dos objetivos da Administração Municipal é melhorar a qualidade de vida da população, para tanto torna-se necessário criar espaços para atividade de lazer sob suas diversas formas, bem como proporcionar o contato com a natureza. [...] Prefeitura Municipal cuidará da conservação e preservação das cabeceiras do arroio Giruazinho (29/7/1989, p. 06).

Ressalta-se que antes da aquisição da referida área foi realizado estudo preliminar através da Assessoria de Planejamento. Esse estudo indica o local como propício para a construção do parque de lazer e recreação, sendo que o assessor de planejamento da época afirmou que “por sua localização e porte privilegiados, a área tem todas as condições de ser transformada em um Parque” (FOLHA GIRUAENSE, 14/4/1990, p. 06).

Partindo de tal afirmação, foram feitos estudos no sentido de implantar na área toda a infra-estrutura de lazer. O projeto previa a construção de campo de futebol, quadras de vôlei, canchas de bocha, churrasqueiras, anfiteatro natural, salão de eventos comunitários, pista atlética entre outros. Feito o levantamento, o projeto foi submetido à análise da SURBAN (Divisão de Planejamento Urbano do RS) em Porto Alegre visando a um melhor aproveitamento da área.

A efetivação do Parque como um bem comum a toda a comunidade deu-se através do decreto nº. 020/90 de 04/6/1990 (anexo 5), no qual constam todas as justificativas já citadas no ofício 420/89. No entanto, merecem destaque alguns pontos constantes do documento, a saber:

Necessidade de restauração da mata ciliar, defasagem de área verde urbana por habitante que atingiu 0,19m<sup>2</sup>, grande procura por parte da população por locais de práticas esportivas e inexistência de um local em proporções adequadas ao convívio democrático de todas as camadas da população.

Todos os aspectos acima foram considerados, justificando escolha de tal área. Dessa forma, o prefeito, através de tal decreto, leva ao conhecimento público que:

Fica denominado PARQUE INTEGRADO MUNICIPAL de Giruá, a área recentemente adquirida de 7,9 hectares, localizada ao sul da área central da cidade entre o bairro Morada do Sol e os trilhos da Viação Férrea, próximo a Vila Seger, nesta cidade (DECRETO nº. 020/90).

Decretada a criação do Parque, foram feitos estudos pela empresa Eduardo Minssen Paisagismo e Planejamento Ambiental (anexo 6), contratada pela prefeitura, no sentido de criar um plano de ocupação e atividades para a área. Segundo o documento da referida empresa, “procura-se levar em conta todas as condicionantes possíveis de influírem no projeto, como exemplo: necessidade da população, topografia da área, objetivos do Executivo Municipal, clima local, solos e vegetação existente, recursos hídricos e cênicos”.

O projeto idealizado para o referido Parque, segundo as descrições da empresa contratada, realmente tornaria a área bela no que se refere à paisagem natural sendo criadas

[...] desde áreas amplas e totalmente livres até recantos de lazer mais introspectivo, procurando alcançar o maior número de necessidades requeridas pelos usuários. O contato homem-natureza foi acentuado, fazendo com que caminhos penetrem tanto na mata nativa como passem por jardins (EDUARDO MINSSEN PAISAGISMO & PLANEJAMENTO AMBIENTAL, sem data, 1ª página).

Buscou-se valorizar o elemento palmeira, de um modo especial, por ser ela nativa (*Arecastrum romanzofianum*), sendo utilizados 273 mudas de 7 espécies diferentes, já que a palmeira oferecia ainda facilidades especiais quanto à sua manutenção. A ampla planície favoreceria o lazer contemplativo através de um lago cênico ou outras atividades ligadas ao lazer da população.

A presença de mata nativa em diferentes pontos do futuro Parque também pode ser observada nas fotos 15 e 16. Inclusive houve grande preocupação em, além de manter a mata nativa já existente, plantar 588 árvores frutíferas nativas dentre elas araçá, pitangueira, uvaia, ariticum, cerejeira, guabijú entre outras. No relatório argumenta-se que “A criação de uma área de preservação ambiental tem dois objetivos: atrair avifauna nativa para o Parque e servir de anteparo natural de defesa contra o barulho da linha férrea e das águas da parte mais alta da cidade” (EDUARDO MINSSEN, sem data, 2ª página).



Fotos 15 e 16: Mata nativa em diferentes pontos do Parque – Março 2008  
 Fonte: Elenir Richter/Alesandro Cordeiro

Em referência à preocupação com a mata nativa, declara-se que:

A necessidade de preservação de espécies nativas, bem como o plantio de outras e, desta forma, a área se constituíra numa fonte de informação e formação de jovens e crianças que poderão constar *in loco* a vegetação nativa. Mesmo hoje, destaca o prefeito, muitas crianças vão até o local para atividades de recreação, frisando que com a infra-estrutura adequada, o local será melhor aproveitado (FOLHA GIRUAENSE, 14/4/90, p. 06).

As principais espécies arbóreas foram identificadas com plaquetas, como forma de aumentar o conhecimento da população e o sentido de preservação da natureza. Aliado a isso, objetivava-se a construção de um viveiro municipal para suprir as necessidades de reposição de mudas tanto no local quanto na arborização urbana. Na primeira Semana do Meio Ambiente ocorrida no município, assim está explicitado na (FOLHA GIRUAENSE, 12/05/1990, p. 12):

Durante a semana do meio ambiente, de 04 a 09 de junho, serão lançadas as campanhas: “Plante mais vida no município” e “Verde que te quero verde”, estando prevista a assinatura do Decreto municipal criando oficialmente a área verde, recentemente adquirida pelo município.

Considerados todos os aspectos e feitos todos os levantamentos, iniciou-se a obra. Sua concretização envolveu não só a empresa de paisagismo, mas também o setor de obras da prefeitura juntamente com engenheiros e topógrafos, já que houve a necessidade de abertura de ruas em torno do Parque, conforme se observa na reportagem da Folha Giruaense (dia 22/06/1991, p. 10): “atualmente as principais ruas que circundam o parque estão sendo abertas e receberão toda a infra-estrutura necessária para melhoria dos acessos”. Cita-se em especial a

rua Ijuí em todo o prolongamento na porção leste e o prolongamento da rua Augusto Pestana que se localiza ao norte da parte central do Parque.

Além da abertura das ruas, houve necessidade de calçamento, construção de bueiros para escoamento da água pluvial, conformação de lagos (no total 4), drenagem de águas na parte plana em função da presença de banhados, onde hoje estão os campos de futebol. Os lagos foram feitos aproveitando uma grande voçoroca, resultante do acentuado processo de erosão na área da divisa norte, conforme consta no relatório da empresa sugerindo-se cuidados especiais como melhoria em seu leito ou canalização.

O andamento das obras era regularmente comunicado via jornal à comunidade local, conforme pode ser constatado na Folha Giruaense (dia 09/05/1992, p. 20):

Conforme o secretário Hermez Matzembacker Filho, muitas obras estão sendo realizadas no Parque Integrado Municipal. Além do calçamento, está sendo verificada a construção de bueiros para melhor escoamento da água pluvial, instalação da rede de água, construção de lagos e a instalação de registro d'água. A casa do zelador, anfiteatro e o prédio onde funcionará o quiosque terão iniciadas suas construções dentro de poucos dias.

Também através de informativos municipais, a prefeitura comunicava à comunidade a aquisição da área, o que pode ser verificado num dos informativos da Prefeitura Municipal, distribuídos à comunidade gratuitamente. Consta na página central o título: PARQUE INTEGRADO MUNICIPAL, apresentando um mapa da área escolhida com explicações do que ali seria construído (figura 5).



Figura 5: Informativo do andamento das obras do Parque – Sem data.  
Fonte: Humberto Vionei Weschenfelder.

No informativo de Prestação de Contas de 1991, na página 10, há uma reportagem bastante elucidativa na qual constam objetivos da compra da área, características e o que será implantado:

[...] Contudo, o maior investimento na área de preservação ambiental e ecológica, realizado pela Administração Municipal, foi sem dúvida a aquisição de uma privilegiada área urbana, com uma extensão de 8,9 hectares. Essa área de matas nativas, localizada próximo ao centro da cidade e que tem em seus territórios a nascente do rio Giruazinho, é um verdadeiro santuário à preservação ecológica. É propósito da Administração, implantar nesse local o Parque Municipal Integrado, que contará com infra-estrutura completa para lazer e recreação.

Consta, ainda no referido informativo, toda a infra-estrutura que se objetiva construir para que toda a população possa desfrutar da área plenamente: quadras de esporte cobertas, anfiteatro, campo de futebol, locais para corridas e caminhadas, quadras de futebol de salão e tênis e um viveiro para produção de mudas . A conclusão da obra ocorreu em 1992, sendo então inaugurado o Parque Integrado no dia 31/12/1992. Ressalta-se que o nome “Integrado” foi em função de ter envolvido setores cultural, esportivo, ecológico e de lazer.

A denominação de Parque Integrado Elso Pilau foi através da Lei Municipal nº. 1.617/96, (anexo 7) de 08/04/1996, indicando apenas sua localização no município, sem nenhuma referência quanto ao perímetro e/ou descrição de seus limites.

Ainda alguns meses antes da sua inauguração, o Parque já era visto como algo grandioso para o município. Na coluna especial da Folha Giruaense fez-se uma comparação entre a expectativa das debutantes com o baile e a expectativa da comunidade com a inauguração do Parque. Assim escreveu-se:

Sonho de uma comunidade que alguém iniciou e confiamos em sua realização. Preservação da natureza, ponto turístico para giruaenses e visitantes, lazer esportes... Como as meninas-moças em busca de um lindo futuro (FOLHA GIRUAENSE, 1992, p. 12).

A palavra “futuro” também foi empregada no evento de inauguração do Parque, quando se admite que a obra é inaugurada prematuramente, portanto, uma obra para o futuro, que precisa de acabamentos e retoques para que a população desfrute 100% de sua área. Como já mencionado anteriormente, o projeto inicial previa uma série de construções capazes de proporcionar à comunidade lazer nas suas variadas formas. Tais obras não haviam sido concretizadas na sua totalidade, até o momento de inauguração. Justifica-se, portanto, a necessidade da continuidade para a conclusão do projeto.

Mesmo inacabado, após a inauguração, a comunidade passa a usufruir do Parque, já que “diariamente as pessoas da comunidade têm se deslocado até o local para conhecer e desfrutar deste espaço junto à natureza” (FOLHA GIRUAENSE, 09/01/93, p. 3).

Ainda sobre a obra, a imprensa destaca que:

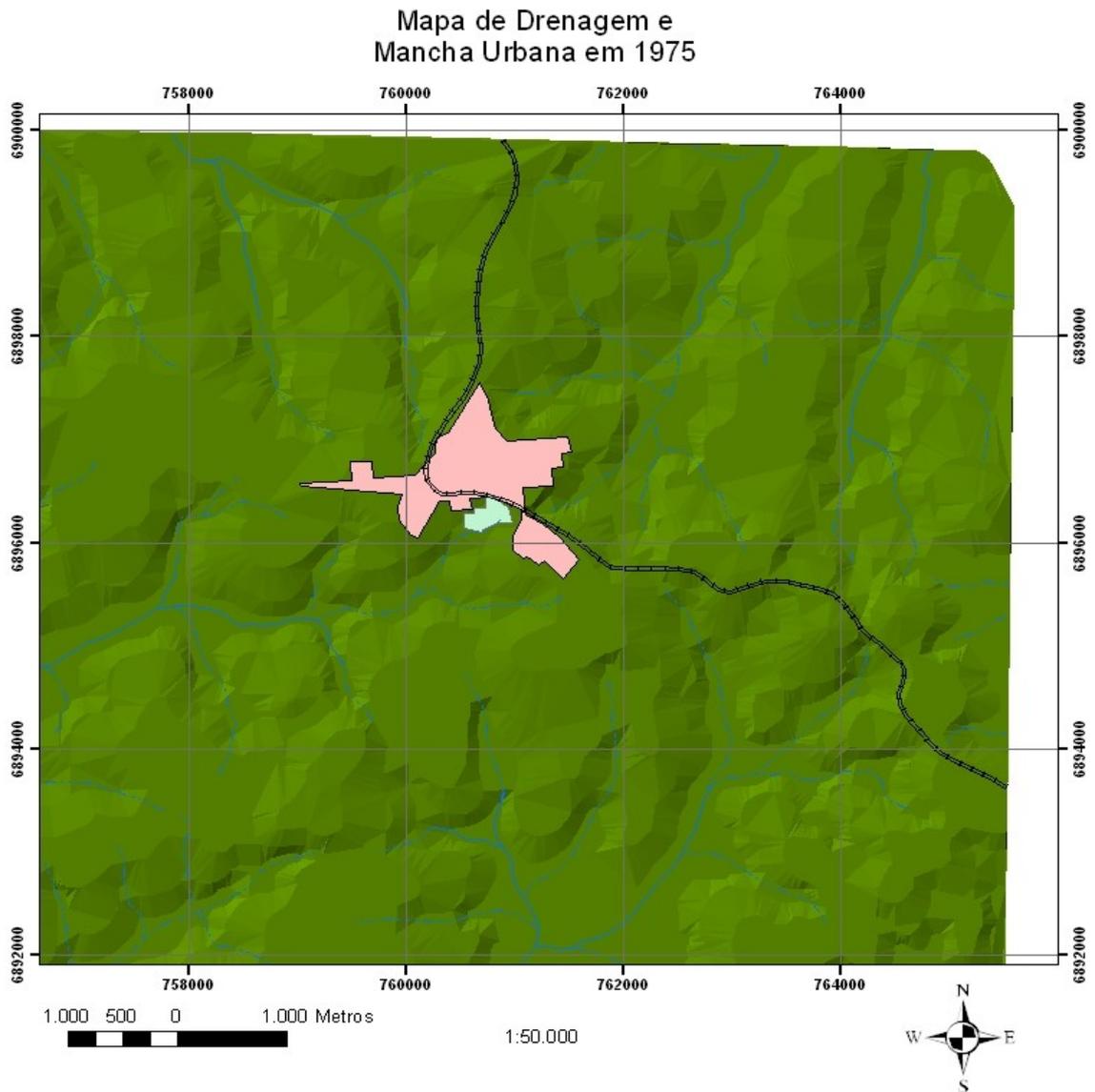
A menos de 300 metros do centro da cidade, o Parque Integrado oferece campos para a prática de futebol, parque infantil para as crianças, um belo quiosque e muita natureza e sombra de árvores centenárias. [...]. Como não poderia deixar de ser, a parte religiosa não foi esquecida, sendo inaugurada uma gruta com uma santa em seu interior, para os momentos de fé e reflexão. Ao pé desta gruta está a nascente do arroio Giruazinho, também um marco histórico para ser conhecido e lembrado. (FOLHA GIRUAENSE, 09/01/1993, p. 3).

Da idéia original e dos objetivos da criação do Parque, pode-se afirmar que no presente momento, pouco foi cumprido, tanto no tocante às obras que ainda precisam ser feitas para que de fato a população possa usufruir do Parque nos seus momentos de lazer, bem como no aspecto “orientação na preservação da flora e fauna”.

Nos mapas 3 e 4 que correspondem à mancha urbana e à rede de drenagem da cidade de Giruá em dois momentos distintos, pode-se perceber a expansão da malha urbana do período em questão (1975-2008). Observa-se a área onde se localiza o Parque Integrado Elso Pilau. Em 1975, no entorno do Parque, não havia ocupação, em virtude da área ser de propriedade particular e utilizada para criação de gado e cultivo agrícola. A presença de moradores ao norte do Parque se justifica pela proximidade da linha férrea, um dos marcos históricos que impulsionou o processo de povoamento do município (mapa 3).

A rede de drenagem indica que a cidade situa-se predominantemente em divisores de água de várias bacias hidrográficas regionais, isto é, o núcleo urbano inicial do município situa-se próximo às várias áreas de nascentes. Neste período, o futuro Parque está localizado totalmente em área de nascentes e o processo de expansão da malha urbana ainda é pouco significativo quando comparado com o período atual.

No mapa que expressa o período atual (mapa 4), observa-se a expansão da malha urbana de modo geral para as várias áreas de nascentes, ressaltando o entorno do parque, o que, ao longo dos anos provocou transformações no espaço físico ao mesmo tempo em que vem contribuindo para o comprometimento das áreas de nascentes e da rede de drenagem. Embora não haja área industrial localizada no entorno do parque, é contínuo o crescimento dos bairros próximos a ele, o que sem dúvida, contribui para o atual quadro de degradação da área.



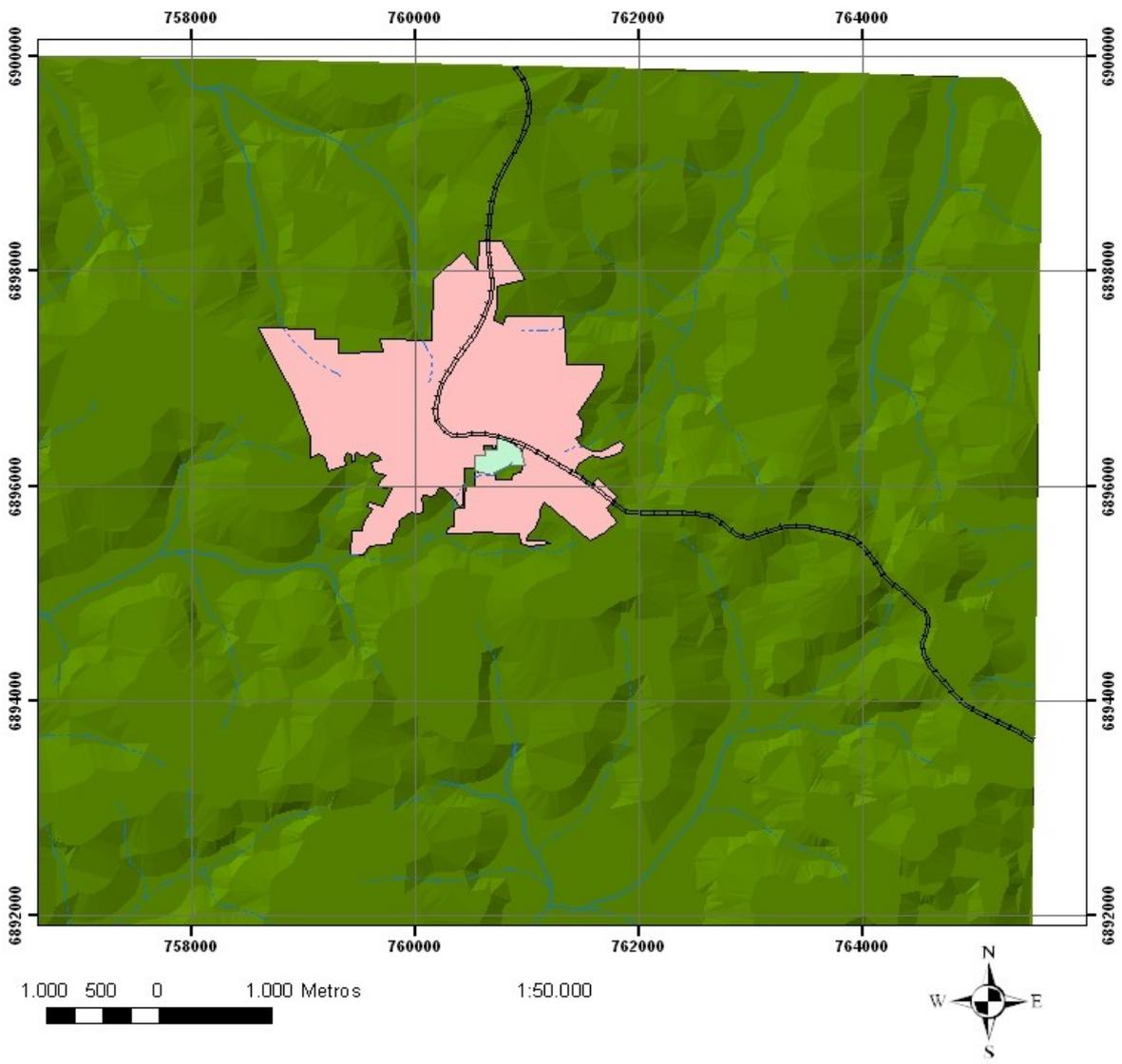
### Legenda

- Mancha Urbana 1975
- Parque Integrado Elso Pilau
- Ferrovia
- Curso d'água perene
- Cursos d'água intermitentes

Mapa de Drenagem  
e Mancha Urbana de 1975  
Giruá - RS  
Dissertação de Mestrado de Elenir Montado  
Execução do mapa pelo Geógrafo T.T. Medeiros  
Baseada na folha SH.21-X-B-III/1  
do DSG - Brasil

Mapa 3: Drenagem e malha urbana do município de Giruá no ano de 1975  
Elaboração: Teófilo Medeiros.

### Mapa de Drenagem e Mancha Urbana em 2008



- Legenda**
- Mancha Urbana
  - Parque Integrado Elso Pilau
  - Ferrovia
  - Curso d'água perene
  - Cursos d'água intermitentes

Mapa de Drenagem e Mancha Urbana de 2008  
Giruá - RS  
Dissertação de Mestrado de Elenir Montado  
Execução do mapa pelo Geógrafo T.T. Medeiros  
Baseada na folha SH.21-X-B-III/1 do DSG - Brasil  
Atualização da mancha urbana baseado em imagens do Google Earth

Mapa 4 - Drenagem e malha urbana do município de Giruá no ano de 2008  
Elaboração: Teófilo Medeiros.

### 3.2 Aspectos Institucionais do Parque

De acordo com a Lei Federal 4.771 de 15.09.1965, o Parque Integrado Elso Pilau se enquadra em Área de Proteção Permanente, devido à existência de nascentes, lagos e mata ciliar. Não há documentos específicos da Prefeitura Municipal que o enquadram em determinada categoria de conservação bem como inexistente um plano de manejo.

Não havendo legislação específica municipal para o Parque, exceto de sua criação, buscaram-se junto às Secretarias Municipal do Meio Ambiente e de Desenvolvimento, documentos que permitissem analisar como está contemplado o Parque dentro do Plano Ambiental Municipal, criado em abril de 2003 e no Plano Diretor em vigor.

O Plano Ambiental Municipal (anexo 8) foi elaborado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente criado através da Lei nº 2.180 de 13 de março de 2001 (anexo 9), composto por 12 (doze) membros (01 titular e 01 suplente) representados pela (o): Secretarias Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, da Saúde, de Obras e Serviços Urbanos, de Educação e Cultura, de Desenvolvimento Econômico, União das Associações Comunitárias de Bairros, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Sindicato Rural, Associação Comercial e Industrial, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Engenheiros Agrônomos e Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). Este Conselho tem por finalidade:

Estudar e propor ao Prefeito Municipal diretrizes governamentais para o meio ambiente e deliberar no âmbito de sua competência sobre normas e padrões técnicos, compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida da coletividade (Lei Municipal nº 2.650/2003 de 18.09.2003).

Após a elaboração, o Plano Ambiental foi submetido à apreciação através de audiência pública (anexo 10). Na ocasião, contou-se com a participação da comunidade, membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente, Prefeito Municipal, Câmara dos Vereadores e Ministério Público. Consta na Ata da audiência que o Plano Ambiental foi elaborado respeitando a Legislação vigente e foi levada em conta a realidade do município de Giruá. Posteriormente à sua aprovação, os presentes na audiência pública, divididos em grupos, elaboraram uma proposta de programas e projetos a serem implantados no município, nos anos seguintes, inclusive, havendo destaque para os principais problemas ambientais locais, a saber: “perda da cobertura vegetal, erosão e assoreamento dos cursos d’água, contaminação

dos recursos hídricos por agrotóxicos, coleta e destinação dos resíduos sólidos e saneamento básico insuficiente” (anexo 11). Consta ainda uma observação final no referido anexo:

O presente Plano Municipal de Meio Ambiente tem por finalidade apresentar sugestões de projetos e programas com ações que venham a sanar estes problemas citados e analisados pelo corpo técnico da Administração Municipal e Membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente. É importante salientar, ainda, que este Plano **é um instrumento dinâmico, pois deve ser monitorado e avaliado anualmente** (grifo meu) à medida que cada projeto e programa apresentem os primeiros resultados, **também devendo haver consulta pública para sempre que tiver necessidade de discussão junto à população, para questões de impacto local ou questões relativas a programas e projetos ambientais** (grifo meu).

Dentre as competências do Conselho Municipal do Meio Ambiente, destacam-se no artigo 2º da Lei 2.180 de 13 de março de 2001, os itens:

- V – promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental no município;
- VII – propor e acompanhar os programas de Educação Ambiental;
- IX – exigir, no caso de omissão da autoridade competente, multas e outras penalidades, a pessoas físicas ou jurídicas que não cumpram as medidas necessárias à preservação ou recuperação dos inconvenientes ou danos causados ao meio ambiente;
- X – investigar a ocorrência de danos ao ambiente onde quer que ocorra, quer em propriedades públicas ou particulares.

Para dar suporte financeiro aos membros do Conselho do Meio Ambiente, criou-se também, através da Lei 2.310 de 18 de dezembro de 2001, o Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUNDEMA. O propósito de criação desse fundo foi o de angariar recursos oriundos de multas, contribuições, doações, convênios, entre outros, a serem aplicados em projetos e programas de interesse ambiental. Dessa forma, auxiliariam no cumprimento das atribuições do Conselho do Meio Ambiente na medida em que se busca garantia da qualidade de vida e o equilíbrio ecológico através da preservação, conservação, fiscalização e recuperação dos recursos ambientais. Citam-se como exemplo as áreas de preservação permanente (APPs).

As diretrizes do Plano Ambiental Municipal indicam uma preocupação com a “degradação e destruição do meio ambiente”. Além disso, busca-se do desenvolvimento sustentado através de estratégias e alternativas específicas a serem adotadas para a preservação ambiental e melhoria de qualidade de vida através de ações locais como educação ambiental e conscientização para preservação da natureza. Dentre os objetivos específicos do referido Plano constam:

1 - Dotar o município de uma Política Municipal de Meio Ambiente em consonância com as políticas estadual e federal, observadas as peculiaridades locais e implantá-las, atendendo aos princípios do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA);

4 - Promover a fiscalização, em caráter permanente, sobre os recursos ambientais, visando à compatibilização do desenvolvimento socioeconômico como a preservação e proteção do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

5 - Proteger áreas de ocorrência de ecossistemas representativos mediante a criação de unidades municipais de conservação e **criar programas de proteção e recuperação de áreas de preservação permanente** (grifo meu);

6 - Promover medidas e estabelecer diretrizes de preservação, controle e recuperação do meio ambiente, considerando-o como patrimônio público, tendo em vista o uso coletivo e a melhoria da qualidade de vida;

Nos objetivos constantes do Plano ambiental Municipal está previsto tanto dotar o município de uma política ambiental que esteja de acordo com o que regem as Leis maiores, valorizando as necessidades locais, até a promoção e fiscalização contínua sobre os recursos naturais para que haja desenvolvimento econômico associado à conservação do meio ambiente. Destaca-se a preocupação na proteção das áreas onde haja ecossistemas importantes e, em caso de degradação, recuperá-los adequadamente através de ações e medidas que garantam a sua conservação e a melhoria da qualidade de vida da população.

Fica claro, portanto, que o Conselho Municipal do Meio Ambiente criado com intuito de resolver problemas ambientais locais, tem uma preocupação com a questão ambiental local, tanto na conservação de ecossistemas que ainda não foram danificados quanto da recuperação daqueles que já estão degradados. Evidencia-se sua competência para tratar da gestão e planejamento do Parque bastando para isso apenas ações estratégicas a serem tomadas.

Outra competência importante do Conselho Municipal do Meio Ambiente diz respeito aos programas de educação ambiental, constantes no item 15, que pontuam: “promover a Educação Ambiental formal, não formal e informal nos termos da Política Nacional de Educação Ambiental, objetivando capacitar a sociedade para sua participação ativa na preservação, conservação e melhoria do meio ambiente”.

A educação ambiental é uma das estratégias importantes na resolução de problemas ambientais locais e valer-se do contexto local como ferramenta para a educação ambiental vai permitir o desenvolvimento e o despertar de um sentimento e visão críticos e de responsabilidade que são primordiais para a formação da cidadania. A comunidade deve estar engajada e participar das ações que se fazem necessárias. Porém, até o presente momento, há somente alguns casos isolados e bem pontuados de iniciativa particular de alguns professores

que, apoiados pelos diretores de suas respectivas escolas, conseguem fazer alguma atividade prática neste sentido, mas não de forma continuada.

A educação ambiental é uma das propostas do Conselho Municipal do Meio Ambiente. Ressalta-se que o município conta com pessoal qualificado para promover palestras, cursos ou atividades voltadas para essa questão, tais como os profissionais da Biologia que trabalham na Secretaria de Educação e Cultura Municipal (SMEC) e, em especial uma profissional ligada ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), especificamente na área de educação ambiental em abrangência regional. Além disso, conta com uma equipe multidisciplinar do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Além da ação desses profissionais, registra-se o trabalho monográfico de conclusão do curso de graduação apresentado em 2005, pela bióloga e funcionária da Prefeitura, Rosemeri Hofmann. Nesta pesquisa, a acadêmica apresenta uma proposta específica de educação ambiental para o Parque Integrado Elso Pilau. Tal trabalho propõe atividades de educação ambiental baseadas em trilhas ecológicas atendendo os diferentes segmentos populacionais do município.

No entanto, essas iniciativas não têm dado conta da preservação e funcionamento do Parque conforme seus propósitos iniciais. Além dos poucos projetos educativos ambientais desenvolvidos no município até o presente momento tem havido certo descumprimento e omissão em relação às multas e penalidades a quem estiver degradando as águas dos arroios na divisa com o Parque. Na Lei Municipal nº. 2.309/2001 que dispõe sobre a política ambiental de proteção, controle, conservação e recuperação do meio ambiente consta em seu artigo 1º:

A política ambiental do município, respeitadas as competências da União e do Estado, tem por objetivo assegurar a melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Giruá, mediante a fiscalização, preservação e recuperação dos recursos ambientais, considerando o meio ambiente um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo das atuais e futuras gerações.

Percebe-se, no artigo anteriormente citado, a preocupação em assegurar uma boa qualidade de vida à população local, através da fiscalização e medidas necessárias que possam impedir a degradação dos recursos naturais. A preocupação reside não apenas no processo de degradação e problemas atuais, mas sim, na resolução dos problemas para que as gerações vindouras possam gozar de um meio ambiente saudável. Para que essa meta seja atingida,

ressalta-se a necessidade do cumprimento daquilo que prevê a Lei no tocante às multas e penalidades a quem estiver degradando o meio ambiente e em especial o Parque.

Ainda, segundo a Lei 2.311/2001, que vincula a Secretaria Municipal de Agricultura à Secretaria do Meio Ambiente (SMAMA), constam entre seus objetivos:

- I – Garantir a qualidade de vida e o equilíbrio ecológico;
- III – Dotar o município de infra-estrutura e de quadros funcionais para a administração do meio ambiente;
- IV – Preservar, conservar, fiscalizar e recuperar os recursos ambientais, tendo em vista sua utilização ecologicamente equilibrada e planejar o uso destes recursos, compatibilizando o progresso sócio-econômico com a preservação dos ecossistemas;
- VI – Promover e incentivar a pesquisa e a conscientização da população sobre o meio ambiente em que vive;
- VII – Impor ao agente de degradação ambiental a obrigação de recuperar e indenizar os danos causados ao meio ambiente ou à população, nos casos tecnicamente comprovados.

Diante da vinculação das duas Secretarias, reforça-se a idéia de preocupação com um meio ambiente saudável para que os moradores locais possam usufruir de boa qualidade de vida. Para atingir tais objetivos, propõe-se aos responsáveis pela degradação ambiental não somente indenização dos danos causados, mas também a recuperação das referidas áreas. Tais prerrogativas estão presentes na legislação municipal. No entanto, a disponibilidade de funcionários específicos da prefeitura para o exercício de tais funções dificulta a fiscalização e, nesse sentido, o cumprimento da legislação vigente.

Destaca-se ainda que, com base na Lei nº. 2.309/2001, em seu artigo 9º, estão enquadradas as áreas de preservação permanente, tais como nascentes, olhos d'água e faixas marginais de proteção de águas superficiais e cobertura vegetal, obedecendo à Lei Federal 4.771 de 15/09/1965.

Enfatiza-se a importância da preservação das faixas marginais de proteção de águas superficiais e a presença de cobertura vegetal na medida em que contribuem para a estabilidade das encostas à erosão. No parágrafo único do artigo 9º, consta: “nas áreas de preservação permanente não serão permitidas atividades, que de qualquer forma contribuam para descaracterizar ou prejudicar seus atributos e funções essenciais” e, ainda no artigo 12 que trata sobre o que fica proibido no município, consta no item VI “qualquer atividade geradora de modificações ambientais nas áreas de preservação permanente”.

No artigo 4º da Lei nº. 2.309/2001 constam ações permanentes que devem ser desenvolvidas no planejamento, proteção e fiscalização do meio ambiente, destacando aqui os incisos II e IV que são:

Prevenir, combater e controlar a poluição e as fontes poluidoras, assim como qualquer outra prática que cause degradação ambiental; fiscalizar, incentivar e promover a recuperação das margens de rios, arroios, sangas e outros corpos d'água, além de encostas sujeitas à erosão; manter as matas remanescentes, além de fomentar o florestamento e reflorestamento ecológico.

No Plano Ambiental Municipal, o Parque Integrado Elso Pilau está contemplado, porém não de forma específica, nos programas e projetos a serem implantados para a conservação de recursos naturais, embora a data para a realização de tais projetos já tenha expirado em 2005. No mesmo programa de projetos a serem implantados, há uma referência mais específica para transformar a Área Verde (Parque) em Área de Proteção Ambiental Municipal, bem como outros locais naturais significativos do município<sup>26</sup>. Justificam-se tais iniciativas:

A necessidade de se manter no município, áreas que de alguma forma possuem e preservam amostra da biodiversidade regional, além de possuir recursos naturais de relevante beleza e importância para a vida (água), e ter a sua localização em propriedades privadas, implica na limitação de determinadas atividades com o objetivo de disciplinar o uso e a ocupação do solo e dos recursos naturais, sendo conseguido através da criação de APA(s), as quais além de manterem suas atividades econômicas, abrem a possibilidade de aumento da renda do(s) proprietário(s), destacando desta forma a função social da propriedade em defesa do meio ambiente (Anexo ao Plano Ambiental Municipal de abril de 2003, p. 22).

Tal programa de desenvolvimento utilizaria recursos de convênio estadual e federal, envolvendo Secretarias da Agricultura e do Meio Ambiente bem como do Desenvolvimento. Definiu-se o período entre 2003 e 2007 a data para a realização do programa. Segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) – Lei 9.985, de 18 de junho de 2000 no seu artigo 15, a Área de Proteção Ambiental (APA)

é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotado de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

---

<sup>26</sup> Cascatas do Comandaí (localizada a 26 Km da sede do município) e do Passo da Pedra (localizada a 6 Km da sede). Disponível em [www.pmgirua.com.br](http://www.pmgirua.com.br).

Cabe também aqui destacar que as nascentes que se encontram no interior do Parque formam o arroio Giruazinho que desemboca no rio Comandaí, um dos integrantes do Comitê de Gerenciamento das bacias hidrográficas Turvo-Santo Cristo-Santa Rosa (U 30). Os comitês de bacias são órgãos deliberativos amparados pela Lei Federal 9.433/97 e pela Lei Estadual 10.350/94. Tais comitês têm como função discutir e deliberar sobre assuntos de interesse comum aos diversos usos da água, definindo prioridades e intervenções necessárias à gestão integrada de uma bacia dentro de sua área de abrangência.

Segundo o artigo 13 (seção 4) da Lei Estadual 10.350 de 30 de setembro de 1994, cada comitê será constituído por:

- I – representantes dos usuários da água, cujo peso de representação deve refletir, tanto quanto possível, sua importância econômica na região e o seu impacto, sobre os corpos de água;
- II – representantes da população da bacia, seja diretamente proveniente dos poderes legislativos municipais ou estaduais, seja por indicação de organizações e entidades da sociedade civil;
- III – representantes dos diversos órgãos da administração direta federal e estadual, atuantes na região e que estejam relacionados com os recursos hídricos, excetuando aqueles que detêm competências relacionadas à outorga do uso da água ou licenciamento de atividades potencialmente poluidoras.

No Parágrafo único do artigo 13 consta o seguinte: “entende-se como usuários da água indivíduos, grupos, entidades públicas e privadas e coletividade que, em nome próprio ou no de terceiros, utilizam os recursos hídricos”.

A respeito da composição de representantes, consta no artigo 14, que será observada a distribuição de 40% dos votos para os representantes do grupo definido no inciso I, 40% dos votos para os representantes do grupo definido no inciso II e 20% para os representantes do grupo definido no inciso III.

O Comitê Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo promove ações de discussão de divulgação relacionadas a recursos hídricos junto à comunidade da área de abrangência da bacia, incentiva e mostra a necessidade da participação da sociedade na gestão dos recursos hídricos, conservação de água através de ações de educação ambiental, envolvendo diferentes segmentos da sociedade. O convite para fazer parte do Comitê e participar das reuniões de discussão dos problemas enfrentados pelas bacias é aberto a toda comunidade (entidades) através de jornais locais da grande região.

Cabe destacar que seria importante a participação da Prefeitura no Comitê Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo já que inúmeras nascentes desses rios estão inseridas no território do

município de Giruá, em especial as nascentes do arroio Giruazinho. No entanto, até o presente momento não existe representante municipal no Comitê.

Ao se considerarem as propostas de educação ambiental, o quadro de funcionários qualificados e a legislação vigente, o município teria as condições necessárias para a gestão e o planejamento das questões ambientais. Dessa forma, cumpriria com o Plano Ambiental Municipal que sugere um conjunto de medidas que atendam os reais anseios e expectativas da população local.

Nos programas e projetos a serem implantados no município, quando da elaboração do Plano Ambiental Municipal em 2003, constam o reflorestamento de margens de rios e nascentes, limpeza de rios e educação ambiental para o reflorestamento, entre outros. Com isso, ressalta-se a importância do desenvolvimento de atividades ligadas à educação ambiental para contribuir para o sucesso da gestão e do planejamento ambiental no município.

O Parque é local utilizado por diferentes segmentos da população, instituições educacionais entre outras. Portanto, há necessidade de ser visto e conhecido não somente como local de lazer, mas também como uma área de conservação de atributos naturais ali existentes e importantes para a manutenção de ecossistemas. Cabe, então, uma proposta diferenciada de educação ambiental que segundo Toledo & Pelicione:

Deve ser um processo contínuo de construção da cidadania, possibilitando aos indivíduos e à coletividade, conscientes atuar na busca de soluções para problemas que afetam a todos. Para que isso ocorra, a capacitação técnica por meio da construção de conhecimentos, da formação de atitudes e de habilidades, objetivos da educação ambiental, deve estar voltada para o desenvolvimento de ações que garantam a sustentabilidade ( 2005, p. 753).

Portanto, a educação ambiental conduz a uma melhoria da qualidade de vida e ao equilíbrio de ecossistemas. Deve se tornar uma filosofia de vida expressando-se como forma de intervenção em todos os aspectos sociais, econômicos, políticos culturais, éticos e estéticos. É através da educação ambiental que se desperta a consciência crítica, para a necessidade de manutenção dos recursos naturais.

A idéia de implantação da educação ambiental no município já fazia parte dos planos da administração municipal no ano de 1992. No Dossiê de Ambiência, no qual se realizou o levantamento dos problemas ambientais do município, através da empresa Environment Levantamentos e Projetos Ltda, constam medidas necessárias para saná-los. A justificativa alega que:

A implantação da Educação Ambiental em todas as escolas municipais e estaduais é uma incumbência do poder público previsto no Art. 225, inciso VI da Constituição Federal e no Art. 251, Parágrafo Primeiro, inciso IV da Constituição Estadual, é urgente o cumprimento destas leis por parte do Município, pois sem uma conscientização pública para proteção do meio ambiente, pouco se pode esperar em um Município (DOSSIÊ DE AMBIÊNCIA, Meta nº 07, p. 25).

A proposta era qualificar professores através de um curso de Educação Ambiental, tornando-os capazes de empreender uma educação ambiental marcante e definitiva no município, sendo que os conhecimentos adquiridos seriam transmitidos para os alunos das escolas e estes, por consequência, o fariam a seus familiares. Essa cadeia promoveria uma grande difusão de conhecimentos voltados à educação ambiental.

Caso tal proposta tivesse sido posta em prática na época, grande parte da degradação ambiental local, provavelmente, não estaria ocorrendo. A respeito desta questão, concorda-se com Toledo & Pelicione (2005, p. 767) quando dizem que: “as mudanças não ocorrerão apenas por meio da sensibilização das pessoas, também é preciso formar cidadãos críticos e capacitados a buscar soluções práticas que possam alterar significativamente a realidade”.

Portanto, diante da gravidade da problemática ambiental e social enfrentada na atualidade confirma-se cada vez mais a necessidade de a população entender que a sustentabilidade não virá sem a consciência da dependência humana em relação aos recursos naturais e o respeito pelo meio ambiente. A educação ambiental é um dos caminhos a percorrer até que se chegue a esta visão e compreensão.

## **4 PERCEPÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE ELSO PILAU**

Nesse capítulo, inicialmente são apresentadas e analisadas as entrevistas bem como as diferentes percepções ambientais que os moradores e freqüentadores possuem em relação ao Parque Integrado Elso Pilau. Num segundo momento são tratadas as principais propostas para o planejamento e gestão do Parque.

### **4.1 Análise das Entrevistas**

Este item procura descrever as entrevistas realizadas e identificar as respostas mais freqüentes. As tabelas 1 e 2 expressam de maneira resumida todas as entrevistas realizadas tanto com os freqüentadores quanto com os moradores do entorno do Parque em relação à sua percepção do lugar e os aspectos relacionados à sua gestão.

A partir da análise das tabelas, pôde-se perceber quais as respostas ou sugestões que apareceram em maior número nas diferentes questões, bem como quais as expectativas do público alvo em relação ao Parque quando se trata de sua melhoria.

Quando indagados sobre o que acham do Parque (pergunta 2), a maioria das pessoas entrevistadas concorda que o Parque é um lugar muito bom e agradável para se freqüentar, despertando sensações de bem estar e ideal para a prática de esportes ou atividades voltadas ao lazer. Embora se admita que já foi mais bem cuidado em épocas passadas e que era mais seguro, tais aspectos não tiram a beleza do lugar, bastando para que a área se torne mais segura, apenas um pouco mais de dedicação dos responsáveis e controle quanto à freqüência de determinados grupos de pessoas. Alguns não opinaram por não freqüentar o Parque ou simplesmente por somente fazer dele, corredor de passagem para o trabalho.

Sobre a relação dos entrevistados com o Parque, aspecto abordado na pergunta 3, de um modo geral, se relaciona bem e gosta do lugar, embora com diferentes interesses. A busca do local para a prática de esportes é a mais indicada, seguida do lazer passivo ou

contemplativo e, por último, a busca pelo *playground* onde as crianças possam brincar. Um pequeno número de entrevistados só o frequenta durante o verão quando o Parque é mais agradável embora reclamem dos poucos bancos disponíveis para sentar e poder tomar seu chimarrão.

As missas mensais que ocorrem na Gruta Nossa Senhora das Graças são o atrativo para um pequeno grupo que só frequenta o Parque para este fim porque é mais perto de casa, quando comparada com a localização da igreja mais próxima. Salientam que é muito agradável participar das missas que ocorrem no parque no período do verão.

Uma pequena minoria, constituída de moradores, por motivos diversos não se relaciona com o Parque de nenhuma forma. As alegações, para não frequentá-lo, foram diversas tais como: tem sombra em casa, lá não há nada que valha a pena uma visita, há grande frequência de vândalos o que torna o lugar perigoso, idade avançada e dificuldade de se locomover e até mesmo não ter tempo para ir até lá.

Em se tratando da descrição que fazem do parque (pergunta 4), prevaleceu a opinião de que é um lugar amplo, espaçoso, bonito e agradável. Embora com tais qualidades, precisa de melhorias na infra-estrutura para o lazer e mais cuidados em relação à limpeza. Foi ressaltada a grande quantidade de área verde que há no Parque, o que além de ser excelente para o lazer também favorece a possibilidade da realização de estudos científicos das plantas e insetos. Poucos foram os que não souberam fazer uma descrição da área, alegando a falta de tempo para olhar ou porque simplesmente o local não lhes chama atenção.

Sobre as características da área antes da criação do Parque (pergunta 5), a maioria dos entrevistados que conhecia o local disse que ali havia muito mato, banhados, criação de animais e lavoura, já que era área particular. Uma parcela significativa de pessoas não sabia como era o local na década de 1980, justificando que não residia na zona urbana do município ou simplesmente aquela área da cidade não fazia parte do seu cotidiano naquele momento e, por ser área particular, não despertava maior interesse.

Num aspecto praticamente todos os entrevistados concordam: que foi uma ótima idéia a criação do Parque naquele espaço, principalmente porque ali já havia abundante mata e presença de água e também por ser uma área ampla e favorável à prática de atividades voltadas ao lazer. Destacam, no entanto, que houve a necessidade de drenagem de banhados para tornar o local adequado na função de parque público urbano.

A respeito do projeto inicial elaborado para o Parque (pergunta 6), a maioria dos entrevistados não teve conhecimento e nem ouviu falar nada a respeito. As poucas pessoas que sabem alguma coisa referente à construção desta área de lazer e conservação, estavam diretamente envolvidas nas obras ou na administração municipal na época (1989) da construção do Parque.

Quando indagados sobre se há algum problema no Parque (pergunta 7), por sua vez, verificou-se elevado número de pessoas que citaram problemas, principalmente aqueles relacionados à falta de segurança, tanto para quem mora no entorno como para quem o frequenta em certos horários. É corrente a presença de vândalos que ali têm livre acesso já que o Parque não é cercado e tem pouco controle dos guardas. A falta ou inexistência de infraestrutura adequada ao lazer foi outro aspecto bastante recorrente. Além disso, citaram a sujeira espalhada pelo Parque; o lixo nos arroios e nos lagos e a falta de iluminação, lixeiras, bancos e sanitários adequados.

A solução dos problemas acima citados (pergunta 8), na opinião da grande maioria, compete à Prefeitura Municipal, órgão responsável pela gestão do Parque. Cabe também este papel aos moradores do entorno e à comunidade em geral, envolvendo inclusive a Câmara dos Vereadores e Brigada Militar. Em contrapartida, alguns dos entrevistados não sabem a quem compete a resolução dos problemas do Parque. Acerca das medidas que deveriam ser tomadas para melhorar o Parque, as pessoas não souberam dizer ou apontar as soluções necessárias, aparecendo poucas sugestões como: canalizar o arroio por ser ele o responsável pelo processo erosivo verificado em seus terrenos (devido a ausência de mata ciliar em vários trechos); vigiar melhor o lugar, impedindo assim a presença de vândalos; consertar o que está quebrado; iluminar toda a área e maior comprometimento do órgão responsável em administrar o local.

Buscando levantar sugestões para a melhoria do Parque, perguntou-se na questão 9, sobre o que os entrevistados mudariam no Parque destacando-se entre as sugestões: incrementar o *playground* por ter poucos brinquedos e alguns frequentemente quebrados; maior diversidade de atividades voltadas ao lazer como quadras de vôlei e *bicicross*; aparelhos para a prática de ginástica; atividades de lazer voltadas aos idosos e crianças delimitando inclusive espaços diferenciados ao lazer de acordo com a idade, sob orientação de um profissional de educação física; cercar o Parque; limpeza geral incluindo arroios e lagos; cercar os lagos; plantar mais árvores; colocar churrasqueiras e proibir a presença de animais

no Parque (aqui se referindo a vacas e cavalos que pastam no gramado). Algumas pessoas não responderam por não freqüentá-lo ou porque são da opinião de que as condições estão boas.

**Tabela 1** – Síntese das entrevistas realizadas com os moradores próximos ao Parque Urbano Elso Pilau.

<b>ENTREVISTA COM MORADORES</b>			
Entrevistado	2- O que achas deste Parque?	3- Como se relaciona com o Parque?	4- Qual a descrição que você faz do Parque?
1	É muito mal cuidado se comparado há tempos atrás. Os marginais destroem tudo.	Gosta do lugar e costuma freqüentar para tomar chimarrão e levar as crianças para brincar. Gosta de conversar com os guardas.	É lindo, bem limpo com muita sombra para sentar. É um local agradável com boa estrutura para lazer e é também um local respeitoso.
2	É um lugar bom e agradável para tomar chimarrão, sentar, conversar e fazer churrasco. Foi uma bênção.	Muito bem, costuma freqüentar para olhar as crianças jogarem bola.	É um local espaçoso, com muitas árvores, porém não está bem cuidado.
3	Bom.	Gosta de levar as crianças para brincar.	Não tem idéia.
4	É um lugar ótimo, porém necessitando de maiores cuidados.	Gosta e costuma fazer suas caminhadas diárias.	É um local agradável e agradável.
5	Bom.	Gosta de ir para fazer suas caminhadas.	Parque bom e bem cuidado agora, embora em alguns aspectos mal cuidado.
6	Bom porque o pessoal se diverte, e crianças têm alegria.	Gosta de olhar porque é bonito.	Não sabe.
7	Agora é bem melhor, se comparado há tempos atrás quando era muito tumultuado e havia falta de respeito.	Não tem freqüentado, alegando que sua saúde é fraca.	Acha bonito e está bem cuidado.
8	Está bom. É muito bonito.	Não caminha e nem freqüenta, apenas filhos e netos vão lá.	Tem atrativos para as crianças. Lugar espaçoso.
9	Local bom de ir.	Vai com freqüência para tomar chimarrão e jogar futebol.	Local agradável e bem espaçoso.
10	Não freqüenta o local.	Só o atravessa para ir ao trabalho.	Não tem tempo para olhar.
11	Bom para o lazer.	Costuma freqüentar todos os dias para jogar futebol.	Local bonito e agradável.
12	Bom.	Só atravessa para ir ao trabalho e não costuma freqüentar para lazer.	Está bom.
13	Bom para se fazer caminhada.	Gosta muito e costuma freqüentar para tomar chimarrão, ir à missa e levar crianças ao <i>playground</i> .	É um local muito bonito. Diz que se sente bem olhando para ele quando está triste.
14	Bonito.	Acha bom.	Precisa melhorar e mais cuidados, principalmente no <i>playground</i> .
15	Acha um local muito bonito, embora muito sujo. Principalmente a água dos arroios e lagos.	Freqüenta muito para jogar futebol.	Não soube dizer.
16	Bonito.	Gosta de ir às missas mensais.	Lindo.
17	Local bom porque as pessoas têm onde caminhar.	Costuma freqüentar mais no verão.	Não está mal cuidado, é um local bonito no qual se sente bem.
18	Acha bom por que é um lugar onde pode se distrair e praticar esportes. No verão é ótimo para passear e para caminhar.	Não costuma freqüentar muito.	Bonito.
19	É um lugar bom com muitas pessoas e agradável para visitar e jogar futebol.	Gosta por que tem pista para correr e jogar futebol.	Lugar agradável, bem cuidado. É muito bom porque tem bastante verde.
20	Teria que ser cercado para haver mais respeito.	Gosta muito da mata.	Local agradável.
21	Ótimo, porque os jovens se divertem e pessoas de idade podem freqüentar.	Gosta de olhar e a mata passa-lhe uma coisa boa.	Local bem cuidado.
22	É uma coisa muito boa para os giruaenses e local de distração para passar as horas.	Raramente freqüenta, isto porque sombra tem em casa, embora em épocas passadas levava os filhos para brincar.	Está bastante abandonado, devendo ser mais organizado e haver mais opções de aparelhos ou mais quadras para a prática de esportes.
23	Gosta e acha muito legal.	Costuma freqüentar no verão porque as temperaturas são mais amenas. É mais fresquinho.	Bonito.
24	Maravilhoso. Tem pessoas boas que o freqüentam, mas também há pessoas más que incomodam. Tem guardas noite e dia, o que o torna seguro.	Adora o lugar, declara que é um presente da natureza. Gosta de ficar olhando algumas espécies de pássaros que ali vivem, inclusive a saracura.	Está muito bom e bem conservado.
25	Bom para caminhar no verão com área de lazer ampla e a santinha, considera uma coisa boa.	Gosta de ir lá.	Bonito.
26	Não freqüenta.	Não freqüenta. Só os filhos jogam bola.	Local bonito.

(Continuação)

Entrevistado	5- Sabes como era esta área antes da criação do Parque? O que achas da criação do Parque?	6- Tem conhecimento sobre o projeto inicial elaborado para o Parque e os motivos que levaram à sua criação?	7- Há algum problema no Parque? Qual(is)?
1	Muito fechado com capoeirão e muito mato. Foi uma boa idéia.	Ouviu dizer que iriam fazer um local para lazer.	Nenhum.
2	Muito gramado com vacas leiteiras, potreiro, banhadais e bastante água. Acha que foi ótimo criar o Parque porque quando quer frequentá-lo está bem próximo e para quem tem crianças pequenas é muito bom.	Seria um local de lazer para os idosos.	Muito lixo nos arroios, sujeira espalhada pelo Parque, proteção insuficiente no entorno dos lagos, pouca iluminação em todo o Parque, local inseguro devido ao grande número de marginais que o frequentam à noite e ao desrespeito para com os guardas.
3	Não ouviu falar nada. Foi uma boa idéia.	Ouviu falar, mas não lembra o que seria construído.	Falta de canalização do arroio no trecho que divisa com sua casa, provocando desmoronamentos e erosão que estão se acentuando.
4	Acha que era mato. Foi uma boa idéia.	Não morava no município.	Despejo de lixo nos arroios pelos moradores próximos, falta de iluminação, não cumprimento de regras pelos ciclistas, falta de respeito dos marginais que frequentam o local.
5	Era bastante rústico. É bom porque muitas pessoas frequentam.	Não teve conhecimento.	Nenhum.
6	Havia bastante mato. Acha bom.	Não teve conhecimento.	Nenhum.
7	Potreiro de criação e banhado. Foi uma boa idéia porque é um local de entretenimento para o povo.	Não teve conhecimento.	Presença de marginais torna alguns locais perigosos como, por exemplo, na Gruta de Nossa Senhora das Graças.
8	Ouviu dizer que não tinha nada. Foi uma boa idéia.	Não teve conhecimento.	Melhorar o <i>playground</i> .
9	Não sabe.	Não teve conhecimento.	Melhorar o <i>playground</i> , colocar mais brinquedos, melhorar a infraestrutura dos campos de futebol.
10	Não sabe.	Não teve conhecimento.	Não sabe.
11	Não sabe.	Não teve conhecimento.	<i>Playground</i> destruído, muito lixo nas águas e no Parque, falta de árvores, falta interesse em melhorar o Parque como um todo e há descaso dos guardas em alguns aspectos.
12	Havia um taquaral, muito mato e ovelhas. Foi bom.	Não teve conhecimento.	Não há problemas.
13	Era gramado, porém não lembra muito bem porque trabalhava muito.	Só sabe que seria um local para realizar festas natalinas.	Lixo na água.
14	Não sabe.	Não teve conhecimento.	Moradias no entorno dos arroios e falta pintura na sede dos escoteiros.
15	Não sabe.	Não teve conhecimento.	Muito lixo (papel, galhos).
16	Não tem conhecimento. Morava no interior do município. É bom.	Não teve conhecimento.	Não sabe.
17	Havia potreiro, lavoura e muito gramado. Acha bom por que é uma distração para o pessoal.	Teve conhecimento, inclusive frequentou reuniões para a construção da sede da área; sabe que iam construir um parque de exposições no local.	A má limpeza dos matos permite aos marginais um local propício para se reunirem.
18	Era tudo mato. Boa idéia porque é um local de lazer para as pessoas.	Não teve conhecimento.	Lugar bastante favorável para os marginais se drogarem e se esconderem, tornando-o local inseguro durante a noite. Há roubo de roupas e outros objetos durante o dia nas casa que divisam no lado leste.
19	Não sabe como era porque morava no interior do município. Foi boa idéia.	Não teve conhecimento.	Acha que não.
20	Havia uma lavoura de arroz da dona Alda Pilau, criação de ovelhas e gado leiteiro, muita água e campo. Foi boa idéia.	Ajudou a construir o Parque no início de sua criação (terraplanagem).	Por ser aberto, não há controle de quem o frequenta, favorecendo a drogadição, alcoolismo e sexualidade. Animais pastando sujam a grama e comem a vegetação pioneira, há corte de madeira da mata e lixo nos arroios.
21	Não sabe.	Não teve conhecimento.	Não há problemas.
22	Tinha criação de ovelhas e gado leiteiro e havia pedaço de campo selvagem (desocupado). Foi bom.	Não teve conhecimento, ressaltando que não leu e não ouviu falar nada a respeito.	Mesmo admitindo que não há problemas, disse que falta melhorar todo o Parque, principalmente o <i>playground</i> .

(Continuação)

23	Havia muito mato, potreiro e gado. Foi uma boa idéia, ficou bonito e natural, sendo que pouca coisa foi mudada. Na cidade não há outro Parque desse tipo.	Não teve conhecimento	Ouviu dizer que há grande freqüência de drogados e ladrões.
24	Tudo era do bisavô do marido. Plantava-se feijão e a água corria aberta. Foi bom.	Não morava em Giruá.	Não há problemas
25	A área era cheia de árvores. Foi uma boa idéia.	Ouviu dizer que seria construída uma área de lazer para todas as idades.	Disse que não há nenhum problema porque os guardas cuidam de tudo.
26	Havia muita roça, mato, criação de vacas, ovelhas. Foi uma boa idéia.	Não morava em Giruá.	Falta de lixeiras, iluminação, colocar mais bancos, churrasqueiras e melhorar o <i>playground</i> .

Entrevistado	8- Quem deveria solucioná-los e que medidas deveriam ser tomadas para melhorar o Parque?	9- Caso pudesse, o que você mudaria no Parque?
1	Não sabe.	Nada.
2	Prefeitura e moradores. Não sabe.	Iluminação
3	Prefeitura. Canalização do arroio.	Nada, tudo está bom assim.
4	Prefeitura. Não sabe.	Não tem idéia.
5	Não sabe.	Não mudaria nada.
6	Não sabe.	Não mudaria nada porque não frequenta o Parque.
7	Não sabe.	Está bom assim.
8	Vereadores. Devem investigar o estado do Parque.	Não sabe.
9	Prefeitura.	Colocaria quadras de vôlei e melhoraria o <i>playground</i> .
10	Não sabe.	Não sabe.
11	Prefeitura. Não tem idéia	Melhoraria o <i>playground</i> colocando mais brinquedos, redes de vôlei, iluminação em todo o Parque e melhoraria o anfiteatro.
12	Não sabe.	Melhoraria o <i>playground</i>
13	Guarda. Não sabe.	Colocaria mais brinquedos no <i>playground</i> .
14	Não sabe.	Não mudaria nada porque se deve dar graças de ter o Parque.
15	Prefeitura. Tirar ou mandar o guarda tirar.	Colocaria quadras de vôlei e inverteria a posição do palco do anfiteatro para as pessoas sentarem melhor (mais acomodadas).
16	Não sabe.	Nada, fazer o quê?
17	Prefeitura. Limpar.	Poderiam cercar o Parque e limpar melhor.
18	Prefeitura ou Brigada Militar. Vigiar mais a área.	Não tem idéia.
19	Não tem idéia. Poderiam melhorar, mas não sabe o que, desde que não prejudicasse a natureza.	Plantar mais árvores.
20	Órgão responsável (Prefeitura). Fazer tudo que for necessário para melhorar.	Não mudaria nada.
21	Não sabe.	Não soube responder.
22	Prefeitura. Construir e arrumar o que for necessário.	Mudaria tudo, colocaria coisas novas e mais modernas, melhoraria as quadras e o <i>playground</i> .
23	Guardas. Cuidar melhor, embora saiba que o local é muito grande para um só guarda cuidar.	A limpeza deve ser feita em toda extensão do Parque e não apenas na parte mais visível (referiu-se às gramíneas) .
24	Não sabe.	Daria mais liberdade para as crianças jogarem; criaria espaços diferenciados de acordo com a idade e fecharia os lagos para evitar a poluição.
25	Não sabe.	Cercaria os lagos porque são muito perigosos para as crianças.
26	Prefeitura ou Câmara dos Vereadores. Fazer projetos que devem ser tirados do papel e postos em prática na melhoria do Parque.	Colocaria mais brinquedos no <i>playground</i> , faria pista de <i>bicicross</i> , mais aparelhos para a prática de ginástica e mesa de xadrez para os idosos.

Fonte: Dados de campo (2007)

Elaboração: Elenir Maria Richter

**Tabela 2** - Síntese das entrevistas realizadas com os frequentadores do Parque Urbano Integrado Elso Pilau.

ENTREVISTA DOS FREQUENTADORES			
Entrevistado	2- O que achas deste Parque?	3- Como você se relaciona com o Parque?	4- Qual a descrição que você faz do Parque?
1	Um lugar muito bom e com muita energia.	Bem.	Ambiente gostoso para relaxar. O verde passa uma coisa boa (energia e calma).
2	Um ambiente bom, embora a estrutura não esteja completa.	É bom para relaxar e entrar em contato com a natureza.	Um lugar muito bonito.
3	Lugar bom, mas precisa melhorar.	Gosta de frequentar porque é um lugar sossegado e tem ar puro.	Bonito, porém pouco cuidado.
4	Um lugar maravilhoso, merecendo parabéns quem teve a idéia de 98ria-lo.	Bem e de maneira muito agradável.	Lugar lindo.
5	Ótimo, único que temos e para caminhar. É muito bom.	Bem.	Área verde em pleno centro.
6	Muito bom no sentido de aproveitamento, mas deveria ser melhor divulgado e estruturado.	Muito bem e gosta muito de vir, não se importando no grande deslocamento até o Parque.	Área grande em proporção ao município havendo muita oportunidade para estudos científicos (Biologia, Ecologia, Botânica e Educação Física)
7	Lugar espaçoso com ampla área verde e muito tranquilo em determinados horários.	Bem.	Lugar bonito, agradável, área ampla com diversidade de espécies vegetais.
8	Além de conservar sua beleza natural, é um local onde ainda se respira ar puro.	Muito bem, aproveitando tudo de bom que o local oferece. Faz bem para o corpo e espírito.	Lugar harmonioso e agradável, englobando locais para lazer, religiosidade, e prática de esportes.
9	Um lugar muito bom para se sentir mais livre e tirar o cansaço mental.	Bem.	Lugar grande bem cuidado e tratado.
10	Bom.	Da melhor forma possível.	Lugar tranquilo.
Entrevistado	5- Sabes como era esta área antes da criação do Parque? O que achas da criação do Parque?	6- Tem conhecimento sobre o projeto inicial elaborado para o Parque e os motivos que levaram à sua criação?	7- Há algum problema no Parque? Qual (is)?
1	Havia muito mato, banhado e algumas residências próximas. Muito bom.	Não teve conhecimento.	Árvores destruídas, lagos mal cuidados e falta de conscientização dos moradores próximos.
2	Muito banhado e mato. Foi bom no sentido de trazer área verde para a população (esporte, lazer, caminhada, anfiteatro), embora saiba que drenaram banhados.	Não teve conhecimento.	Poucas árvores em alguns pontos, falta iluminação em todo o Parque, bancos e banheiros. Há muito vandalismo.
3	Não sabe. Foi uma boa idéia.	Não teve conhecimento.	Falta iluminação, lixeiras, bancos, aparelhos para fazer exercícios, <i>playground</i> mais diversificado e melhor cuidado. Muita sujeira na água.
4	Ouviu falar que tinha mato e campos. Foi bom.	Não teve conhecimento.	Falta iluminação e há pouca segurança.
5	Criavam vacas e era pouco habitado. Acha que a escolha foi ótima e perfeita pela água e árvores.	Não teve conhecimento.	Não há problemas.
6	Havia poteiros e banhadais. Nos declives havia muito mato e as escolas aproveitavam para fazer piqueniques. Muito válido porque se aproveitou bem o terreno.	Viu no jornal um desenho com algumas idéias e o motivo era que seria um lugar muito bom para toda a população.	Não há água potável disponível para tomar, pouca arborização em alguns pontos, iluminação e há poucos bancos. Lugar inseguro e pouco valorizado pelo poder público e pelas pessoas em geral.
7	Havia bastante grama, muita água, vários taquarais. Foi válida a idéia de reestruturar há área, tornado-a de fácil acesso à população para desfrutar seus benefícios.	Não teve conhecimento.	Falta segurança no entorno dos lagos, iluminação inexistente, poluição dos arroios, faltam lixeiras em todo o Parque, instalações sanitárias precárias e poucos bancos.
8	Era área particular havendo mata nativa. Foi uma boa idéia, se tornado uma área bonita e preservada, um local de lazer que todos podem frequentar.	O projeto foi uma iniciativa do prefeito Sr. Humberto Weschenfelder e demais forças vivas da comunidade, com a finalidade de proporcionar a todos um lugar de lazer.	Falta de conservação em todo o Parque, não há sanitários nem água potável.
9	Foi ótimo. Foi uma boa idéia.	Não teve conhecimento.	Nenhum.
10	Não. Uma boa idéia.	Não teve conhe	Nenhum.

(Continuação)

Entrevistado	8- Quem deveria solucioná-los e que medidas deveriam	9- Caso pudesse, o que você mudaria no Parque?
--------------	--	--

	ser tomadas para melhorar o Parque?	
1	Comunidade em geral. Melhorar tudo o que for necessário.	Plantaria mais árvores, colocaria mais bancos, sanitários, bar e mais recreação com diversidade de práticas esportivas.
2	Comunidade e Prefeitura. Fazer levantamento do que precisa ser melhorado.	Não mudaria a estrutura. Faltam apenas alguns detalhes.
3	Prefeitura. Não respondeu.	Limpar arroyos, colocar mais bancos e professores de educação física para orientar os exercícios, bem como colocaria mais aparelhos para a prática de esportes.
4	Prefeitura. As pessoas deveriam procurar o órgão responsável e pedir a instalação de iluminação e maior disponibilidade da guardas à noite.	Deveria ter churrasqueiras para o lazer.
5	O guarda. Fechar o Parque.	Melhoraria a pista de caminhada, plantaria flores e colocaria banheiro.
6	Prefeitura, por que é um patrimônio público municipal. Dispor de um ponto fixo para beber água, cuidar da poda e do plantio de novas árvores em alguns pontos do Parque.	Dividiria as quadras em modalidades e as cercaria. Realizaria mais festividades no anfiteatro, melhoraria o <i>playground</i> e nos finais de semana traria recreacionistas para chamar o público.
7	Prefeitura. Reestruturar o Parque através de uma avaliação dos pontos críticos.	A sede, tornando-a melhor em aproveitamento (salão de festas comunitário e lanchonete).
8	Prefeitura. Colocar vigias para ajudar na preservação e controle da área.	Proibiria bicicletas, presença de animais como cavalos e bois, colocaria massa asfáltica na pista, construiria banheiros e churrasqueiras e não descuidaria da conservação das plantas e animais. Mudaria a atuação dos funcionários.
9	Não respondeu.	Fecharia os campos de futebol para maior proteção de quem caminha na pista.
10	Não respondeu.	Não mudaria nada.

Fonte: Dados de campo (2007)

Elaboração: Elenir Maria Richter

## 4.2 Percepção Ambiental dos Moradores do Entorno e Frequentadores em Relação ao Parque Elso Pilau

Analisando as falas dos entrevistados que abordam vários aspectos relativos ao Parque, pôde-se verificar a falta de conhecimento de algumas questões, por parte da população. Um exemplo disso é a pergunta 6, que trata do projeto inicial e os motivos que levaram à criação do Parque. Poucas pessoas souberam comentar alguma coisa a respeito, embora o andamento da obra fosse freqüentemente comunicado à comunidade. Quando questionadas acerca disso, as principais repostas foram que: (a) não moravam na zona urbana do município; (b) residiam em bairros mais distantes em relação à área do Parque ou (c) ainda que não liam jornal ou qualquer informativo que circulava.

Pode-se inferir a partir dessas respostas, portanto, que o futuro Parque não fazia parte do seu chamado mundo das experiências, concretas ou como chamam os fenomenologistas, mundo-vivido que é entendido como “aquele mundo de ambigüidades no qual estamos inextricavelmente envolvidos em nossas vidas diárias” (RELPH, 1979, p. 3). Na medida em que o futuro Parque estava longe de seu mundo vivido social ou cultural, justifica-se a falta de conhecimento sobre o início da sua história.

Alguns dos entrevistados lembram-se de alguma informação: “ouviram dizer algo por um vizinho ou numa discussão em grupo maior” ou “leram algo que já não lembram mais”. Ressalta-se que aqueles que lembram destacaram os seguintes aspectos:

*“iam fazer um local de lazer para as pessoas”;*

*“local para fazer festinhas de Natal”;*

*“queriam construir um parque de exposições”;*

*“diziam que era para ser um local de lazer para todas as idades”;*

*“vi no jornal um desenho com algumas idéias”;*

*“foi uma iniciativa do prefeito da época com a finalidade de proporcionar a todos um lugar de lazer, particularmente aos menos favorecidos”.*

É perceptível nessas falas, algum esclarecimento quanto ao andamento das obras para adequar o Parque ao lazer da população, o que era comunicado constantemente a toda comunidade via jornal ou informativos da prefeitura como já foi expresso anteriormente. Talvez a falta de envolvimento de muitas das pessoas da comunidade em querer saber o

porquê da existência do Parque pode ser justificado no depoimento de um entrevistado freqüentador do espaço:

*“a comunidade não foi consultada para saber se queriam esta obra, portanto foi um sonho particular que traria mais votos”.*

Não se consultou a comunidade para saber sua opinião na escolha da área, o que esperava do local como área de lazer, que estratégias deveriam ser usadas para conservar os aspectos naturais e relevantes na época. Enfim, esta escolha não envolveu comprometimento, participação ou tudo que faz parte do chamado mundo-vivido social, assim chamado por Relph (1979, p. 6) “por envolver intersubjetividade, linguagem comum, contato com outras pessoas, objetos, enfim, tudo aquilo que pode ser usado, transformado e manipulado”.

O Parque como área de lazer e conforme escrito no decreto 020/90, proporcionaria convívio democrático a todas as camadas da população. Isso justificaria a importância de ter havido uma conversa com a comunidade já que ela seria a contemplada com esta obra e ali se estabeleceriam relações sociais.

A partir de ações que promovessem o envolvimento da comunidade, com certeza, a grande maioria das pessoas teria maior interesse em acompanhar a evolução da história do Parque - desde sua construção aos dias atuais. Tanto porque se constitui no único Parque urbano do município e pelo fato de ser Giruá, uma cidade pequena, onde é possível se familiarizar rápido com os acontecimentos, principalmente em se tratando do Parque que recebeu grande ênfase na época.

Pôde-se perceber que, para muitos dos moradores do entorno, não há laço de familiaridade com o local, uma vez que não buscam saber nada sobre a origem do Parque e quem o projetou, apenas sabem que ele está ali. Tuan (1977, p.141) diz que: “o espaço tem significado temporal ao nível das experiências pessoais do dia-a-dia. A própria linguagem revela a íntima conexão entre pessoa, espaço e tempo”.

Contrária a esta posição dos entrevistados, verificou-se, em alguns casos, uma lembrança bastante aprofundada em relação às características da área, antes da criação do Parque (questão 5). Pode-se dizer que é uma lembrança até mesmo saudosista, principalmente daqueles que vivenciaram alguma experiência neste espaço, como declarou uma das entrevistadas:

*“era tudo muito bonito e bem aproveitado pelas escolas particulares para fazer piqueniques. Vínhamos muito aqui”. (freqüentador 6)*

Neste caso, em especial, há um processo de introspecção que, segundo Tuan (1977, p. 140) “quando olhamos para dentro , estamos provavelmente lembrando o passado”. Esse passado pode estar carregado de sensações boas ou desagradáveis que por si vão promover elo de ligação ou não com o lugar e que são chamadas de topofilia ou topofobia.

Del Rio (1996, p. XIII) afirma que “significados, sistema de valores e interpretações dependem de uma série de fatores sociais ou inerentes ao próprio indivíduo”. Enquanto alguns apenas diziam “ouvi dizer que não tinha nada” ou “era tudo mato”; outros, como a moradora 17, com ar bastante compenetrado (referindo-se a uma área próxima ao Parque), disse:

*“meu pai era dono de 3 hectares aqui e tinha potreiro, lavoura e gramado.”*

Tal paisagem fazia parte de sua infância, estava ligada ao chamado mundo-vivido da moradora. Portanto, tem um significado e uma apreensão de lugar ligado aos processos perceptivos que, como afirma Del Rio (1996, p. XV) “aferem significados à realidade que cada um de nós percebe”, isto a partir de interação dos sujeitos com o meio ambiente.

A maioria dos entrevistados ou não respondeu porque não sabia como era a área ou se referiu a mesma como um local sem importância, destituído de beleza. Esses depoimentos talvez possam ser explicados pela falta de familiaridade e pelo aspecto de “lugar selvagem” como alguns disseram. Nessas afirmações passam uma idéia ou imagem negativa destituída de sentimento que na opinião de Tuan (1977, p. 10) é intencional porque é:

um sentimento por alguma coisa, o amável, o odioso, porém uma estranha intencionalidade: por um lado indica qualidades sentidas quanto às coisas, quanto às pessoas, quanto ao mundo, e por outro manifesta e revela a maneira pelo qual o eu é afetado intimamente.

Quando abordados sobre a criação do Parque nesta área de “mato”, “banhado”, “campo desocupado” entre outras denominações dadas, muitos dos entrevistados, achou ótimo porque transformou “*aquele lugar feio em local belo*” para as pessoas freqüentarem. A freqüentadora 5 disse:

*“era um deserto e tinha muito medo daquele lugar”.*

Já, em contrapartida, a freqüentadora 2 admitiu que para a construção deste Parque

*“houve a drenagem de banhados, o que foi lastimável, porém isto não tira os méritos do lugar, embora se saiba dos danos causados ao ecossistema ali existente”.*

Antes de sua transformação, portanto a área ainda era apenas um “espaço” porque segundo Tuan (1977, p.151) “o espaço transforma-se em lugar à medida que adquire definição e significado”. Do contrário, ele é apenas o espaço geográfico por onde as pessoas se locomovem sem desenvolver sentimentos de afeição. Porém, não se pode esquecer que isso pode mudar, porque dependendo de relação e experiência espacial, a significação modifica porque “os acontecimentos simples podem com o tempo se transformar em um sentimento profundo pelo lugar” (TUAN, 1977, p.158).

Nas falas abaixo se pôde perceber esta relação apenas de espaço quando questionados sobre como se relacionam com o Parque (pergunta 2):

*“só atravesso para ir ao trabalho.”* (morador 10)

*“raramente freqüento porque sombra tenho em casa”.* (morador 22)

Para estes moradores, o Parque é apenas um espaço geográfico, inclusive durante a entrevista, isto fica bem claro:

*“olha, eu nem dou bola para este lugar, não sei o que tem ali ou o que acontece, pois só passo por ali porque o caminho é mais curto até o meu trabalho e, nas horas de folga nunca vou”.* (morador 10)

Não há neste caso qualquer tipo de vínculo que defina o Parque como um lugar. Tuan (1977, p. 203) pontua que: “conhecer um lugar no sentido mais íntimo, leva tempo, sendo um conhecimento subconsciente” isso porque com o tempo, “nos familiarizamos com o lugar”. O autor ainda afirma que: “a afeição, por uma pessoa ou uma localidade, raramente é adquirida de passagem”.

Enquanto há um grupo de pessoas que não possui relação de familiaridade com o Parque, outros estabelecem laços de familiaridade e afeição com este mesmo lugar. Vejamos algumas das respostas:

*“Relaciono-me muito bem e penso que para nós é um presente da natureza porque além do ar fresco, posso observar os bichos e gosto de ficar sentada na varanda olhando e quando dá, vou caminhar”.* (morador 24)

*“Gosto de entrar em contato com a natureza e é muito bom para relaxar, por isso venho aqui diariamente”.* (freqüentador 2)

*“Relaciono-me de maneira agradável e é um lugar maravilhoso onde me sinto muito bem”.* (freqüentador 4)

*“Gosto muito de vir aqui, inclusive me desloco da outra ponta da cidade só para entrar em contato com este lugar, vindo quase todos os dias.* (freqüentador 6)

*“Pratico eu e minha esposa caminhadas diárias e, nos fins de semana, fazemos nosso churrasco aproveitando tudo de bom que o lugar oferece, além do encantamento com a natureza viva que não cansamos de observar e admirar e que faz bem para o corpo e espírito”.* freqüentador 8)

Observa-se claramente nas falas a afeição dessas pessoas com o lugar não só pelo fato de o acharem agradável, o que as leva a freqüentá-lo com bastante regularidade, mas também porque ali vivem experiências e sensações agradáveis. As percepções decorrentes das sensações segundo Okamoto (2002, p. 10) “vão além das simples reações aos estímulos externos, pois são acrescidos de outros estímulos internos, que intervêm e conduzem o comportamento”. Neste caso, “ver” significa uma convicção e uma crença em alguma coisa exterior e diferente tanto da mente que percebe como do ato de enxergar além do visível. Ou seja, eu estou aberto às novas sensações que me conduzem e me fazem sentir mais próximo ao lugar, desenvolvendo laços afetivos que segundo Tuan (1980, p.107) “podem diferir em intensidade, sutileza e modo de expressão”, portanto a experiência que envolve sensação, percepção e concepção permite o desenvolvimento de emoção.

Com isso, pretende-se esclarecer que nem todos desenvolverão o mesmo sentimento topofílico pelo Parque. O elemento definidor será a intensidade das experiências e sensações ali experimentadas, o que é bem visível na maioria das respostas dadas, nas quais se pôde perceber que o Parque é um espaço aonde “vão para tomar chimarrão porque tem bastante sombra”, “levar as crianças no *playground*”, “jogar bola” ou “ir à missa”. Relph (1979, p.7), diz que “o mundo é visto e experienciado não como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações entre o homem e sua vizinhança, como focos de seu interesse”. Muitos o freqüentam pela praticidade, por ser mais perto ou por ser o único espaço disponível em termos de lazer momentâneo, isso ficou bem claro quando alguns dos homens entrevistados diziam “*vou lá para jogar bola*” ou as mulheres “*vou levar as crianças na pracinha*”.

A respeito das preferências de acordo com o sexo, cada um olha diferentes aspectos do Parque, o que para Tuan (1980, p. 70) “é bem claro, principalmente em culturas onde os

papéis dos sexos são fortemente diferenciados e adquirirão atitudes diferentes para com tais espaços”. Vários dos homens que no Parque vão jogar bola fizeram comentários a respeito da presença de lixo, enquanto que as mulheres se limitaram a fazer observações a respeito da carência ou precariedade dos brinquedos existentes no *playground*. Tais observações estão ligadas aos interesses que ali buscam em seus momentos de lazer ou dos filhos, respectivamente.

No caso específico dessas pessoas, nem todas elas buscam no Parque sensações mais introspectivas que favorecem o desenvolvimento de uma relação de afetividade, porque o sentir é uma comunicação vital com o mundo, tornando-o um lugar familiar na vida de cada um. O Parque passa uma idéia de local onde “podem fazer coisas que gostam”, ou onde os “filhos ficam soltos”, mas não envolve necessariamente comprometimento.

Quando questionados sobre o que acham do Parque (pergunta 2) foram dadas várias respostas do tipo

*“muito mal cuidado”, “destroem tudo”, “falta cuidar mais”, “muito sujo onde passa a água”, “moradores despejam lixo dentro da água”.*

Segundo denúncia feita pelos próprios moradores, grande parte dos problemas pelos quais passa o Parque são originados pelas pessoas que moram em suas proximidades e que usufruem do lugar de alguma forma: jogar futebol, levar as crianças no *playground*, descansar, sentar na sombra em dias quentes, caminhar. Porém, Tuan (1980, p. 6) enfatiza que “corremos o risco de não notar o fato de que, por mais diversos que sejam nossas percepções ambientais, como membros de uma mesma espécie, estamos limitados a ver as coisas de uma certa maneira”. Sabe-se que este Parque faz parte do mundo de espaços, paisagens e lugares que estas pessoas de alguma forma encontram em sua vida diária.

A ordenação desses espaços pode ser interpretada de vários modos, como por exemplo, em termos de familiaridade que, na opinião de Tuan (1980, p. 114) “engendra afeição ou desprezo”. Está ligada a este sentimento a consciência do passado, dependendo do tipo de relação que se estabelece entre ambos, podendo gerar atitudes negativas frente ao meio ambiente. Pode-se dizer que há ligação entre percepção e atitude na medida em que: “atitude é primariamente uma postura cultural, uma posição que se toma frente ao mundo, sendo

formada por uma longa sucessão de percepções [...] as atitudes implicam experiência e certa firmeza de interesse e valor”<sup>27</sup> (TUAN, 1980, p.4).

Atitude requer comprometimento, coragem e por que não dizer auto-compreensão, pois sem ela, na opinião de Tuan (1980, p.1), “não podemos esperar por soluções duradouras para os problemas ambientais que essencialmente são problemas humanos”. Cabe então, uma mudança nos valores e atitudes que dirigem as energias para os objetivos, havendo necessidade de “conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico” (TUAN, 1980, p. 68).

Não se pode esquecer que é o comportamento humano que agrava e também provoca os problemas ambientais. Mas, como foi discutido anteriormente, este processo de conscientização requer a compreensão de si mesmo dentro de um contexto onde há forte inter-relação entre homem e meio ambiente e que “as alterações ambientais irão interferir na qualidade de vida destas mesmas pessoas”, conforme afirma Pinheiro (1997, p.380).

A esse respeito é interessante destacar a opinião de Okamoto (2002, p.14):

O homem que, pela formação cultural ocidental, interpreta a realidade objetiva de modo material e fragmentado, teria de atuar holisticamente, ou seja, pensando no todo, no sujeito psicológico integral, convivendo de forma global na sociedade e na cidade. Segundo esta visão, todos os fatores devem ser abordados de forma harmoniosa, no contexto social e urbano, pois as relações são interdependentes.

Nessa ótica, falta, então, aos moradores e frequentadores uma visão holística que possibilite compreender o Parque como um todo integrado a um contexto bem maior, no qual todos os fatores devem ser abordados de forma harmoniosa. A solução pode ser simples, dependendo apenas da mudança de percepção de valores e de pensamento, procurando entender o lado subjacente do homem atuando em seu meio ambiente. Ver a realidade e perceber o meio ambiente são processos subjetivos que dependem das sensações provocadas quando se está inserido no meio em questão.

Questionados acerca da existência de problemas no Parque (pergunta 6), as opiniões foram extremamente contraditórias, variando desde “*não há problemas*” até “*problemas graves*”. Okamoto (2002, p. 21) explica que o “fato de se estar com os olhos abertos não quer dizer que se veja a realidade, pois ela é percebida por meio de conceitos, símbolos, mitos,

---

<sup>27</sup> Myra R. Schiff, “some theoretical aspects of attitudes and perception”. Natural Hazard Research, Universidade de Toronto, Working Paper nº15 (1970). A tradução em língua portuguesa foi publicada em Boletim de Geografia Teórica 3, nº6, 1973, pp. 47-61.

sendo que sua apreensão requer uma profundidade de visão maior que a que normalmente se tem”.

Observa-se que as pessoas citaram problemas de ordem prática ou social ligados ao seu cotidiano. Pode-se inferir, pelas respostas, que sua relação com o Parque não está envolvida de sentimentos que permitem transformá-lo de espaço em lugar, justamente por não ter definição e significado relacionados a sentimentos de apego ou uma forte conexão com o Parque. São exemplos disso as seguintes afirmações:

*“Problema? – só o arroio que corre ali atrás, porque deveria ser canalizado. Tá desmoronando toda a parte de trás do meu terreno. Já falei com a Prefeitura para canalizar, mas eles até agora não fizeram nada.* (morador 3)

*“Faltam redes de futebol”* (morador 9)

*“Quadras de vôlei de areia”.* (morador 11)

Percebe-se nas falas acima que os problemas apontados são de ordem prática e ligados aos seus interesses imediatos quando buscam o Parque para atividades de lazer. No caso específico do morador 3, o arroio constitui-se num grande problema justamente por estar bem próximo a sua casa e, em decorrência da ausência total de mata ciliar, está havendo um processo de erosão acelerado.

Tuan (1980, p. 6) argumenta que “duas pessoas não vêem a mesma realidade, porém isto não impede que elas compartilhem percepções comuns em virtude de possuírem órgãos similares”. Isso fica bem claro nas respostas compartilhadas e apontadas em relação a alguns problemas verificados no Parque, conforme pode-se verificar:

*“Faltam mais brinquedos no playground”.* (freqüentador 3, moradores 8, 9, 11, 26)

*“Lixo nos arroios”.* (moradores 2, 4, 13, 15, 21, freqüentadores 3,7)

*“Falta de limpeza do Parque”.* (moradores 11, 15, 17, freqüentador 3)

*“Falta iluminação”.* (freqüentadores 4, 6, 7, moradores 2, 4)

*“Muitos marginais”.* (freqüentador 7, moradores 2, 18, 20)

Vale ressaltar que:

Ver não envolve profundamente as nossas emoções; uma pessoa que simplesmente vê é um espectador, um observador, alguém que não está envolvido com a cena. O mundo percebido através dos olhos é mais abstrato do que o conhecido por nós através dos outros sentidos. [...] O campo visual é muito maior que o campo dos outros sentidos (TUAN, 1980, p. 12).

Nesse sentido, mesmo estando tão próximos dos problemas ambientais e sociais do Parque, eles são percebidos, pela maioria, como “distantes”, não provocando nenhuma resposta emocional forte. Provavelmente, se fosse ao contrário, os problemas encontrados poderiam ser menores, já que a relação das pessoas com o local estaria envolta de um sentimento de comprometimento, respeito e amor pelo lugar. A percepção segundo Tuan (1980, p.14) “é uma atividade, um estender-se para o mundo”. Para tanto, há necessidade de ativar todos os órgãos dos sentidos a fim de que haja esta visão mais profunda de um contexto, portanto, perceber significa estar aberto ao mundo e se comunicar com ele.

No entanto, os problemas mais apontados pelos entrevistados como:

*“insegurança”, “presença de marginais”, “falta de respeito”, “deprecação”, “falta de melhor infra-estrutura para lazer”, “animais pastando”, “falta de iluminação”.*

São percepções limitantes na relação das pessoas com o Parque. Impossibilitam um vínculo afetivo forte que permita esta “comunicação” entre ambos, embora possa haver o que Tuan (1980, p. 107) chama de topofilia que é definida como uma

[...] relação que inclui todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem em intensidade, sutileza e modo de expressão. A resposta ao meio ambiente pode ser basicamente estética: em seguida pode variar do efêmero prazer que se tem de uma vista, até a sensação de beleza, igualmente fugaz, mas muito mais intensa, que é subitamente revelada. A resposta pode ser tátil: o deleite ao sentir o ar, água, terra.

A percepção exterior neste caso é determinante para a percepção interior e, mesmo estando presente de alguma forma, o sentimento topofílico “não é a emoção humana mais forte, isto porque quando irresistível, podemos estar certos de que o lugar ou o meio ambiente é o veículo de acontecimentos emocionalmente fortes ou é percebido como um símbolo” (TUAN, 1980, p. 107).

Quando perguntados sobre o que acham do Parque (pergunta 2), muitas respostas se ativeram ao visível que é apreendido com os olhos:

*“Muito desleixado”.* (morador 1)

*“Está bonito”.* (morador 8)

*“Bom para lazer”.* (morador 11)

*“Muito sujo”.* (morador 15)

*“Bom e tem muitas pessoas”*. (morador 19)

*“Tinham que cercar para haver mais respeito”*. (morador 20)

Já o sensível que é apreendido pelos sentidos somente algumas respostas apresentaram:

*“Lugar muito bom com muita energia; o verde passa uma coisa boa”*.  
(freqüentador 1)

*“Lugar bom para se sentir mais livre, tirando o stress da cabeça”*.  
(freqüentador 9).

Nestas últimas falas há um sentimento topofílico expresso nas palavras dos entrevistados, há uma comunicação mais profunda com o Parque, tornando-o mais presente e provocando sensações boas para essas pessoas. Neste caso, Tuan (1980, p.139) afirma que “quando estamos diante de um panorama, nossa mente está livre para devanear. Quando mentalmente nos movemos no espaço, também avançamos e retrocedemos no tempo”.

Os entrevistados que gostam de ir ao Parque porque lá têm sensações boas, estão estabelecendo algum tipo de relacionamento mais profundo com o lugar. Os demais, possuem uma relação menos profunda, prendem-se a percepção mais visual e estética que também pode trazer um prazer que, segundo Tuan (1980, p.109), “varia em tipo e intensidade, embora este tipo de apreciação possa ser meramente efêmero, a não ser que a ele se mesquem outros fatores de ordem pessoal, tornando-a assim mais duradoura”.

Cabe aqui colocar que, como afirma Tuan (1980, p. 110) “o que falta às pessoas nas sociedades avançadas é o envolvimento suave, inconsciente com o mundo físico”, a partir desse envolvimento, as pessoas poderão observar o lugar em sua essência, vendo e experimentando as sensações que a natureza pode proporcionar. Para isso, é necessário que se esteja “aberto”, possibilitando desenvolver laços com o lugar, a partir dos estímulos sensoriais. O fato é que “a nenhum meio ambiente falta poder para inspirar a devoção, pelo menos de algumas pessoas” (TUAN, 1980, p.130).

Também no parque Elso Pilau ocorrem diferentes tipos de percepção, o que fica bem evidente na questão 9 na medida em que há contradições quando comparada à questão 7, que questiona sobre o que mudariam no Parque. Neste caso, muitas pessoas responderam que

“*não mudariam nada*” ou “*está bom assim*” ou “*não sabem*”, porém apontaram vários problemas existentes no Parque.

As mudanças poderão vir a partir da percepção e do envolvimento, pois se sabe que moradores e freqüentadores têm uma relação com o Parque mesmo que imediata e passageira. Porém, ela se estabelece com algum grau de comprometimento, em termos de experiências vividas, embora haja o predomínio de uma percepção exterior que não envolve sentimentos de apego e responsabilidade. Mesmo estando o Parque disponível ao uso de todos, não se percebe, ainda, o despertar de uma consciência ecológica comprometida com sua conservação.

Moradores e freqüentadores, na sua grande maioria, relacionam-se com o local das mais variadas formas, cada um buscando ali um tipo de experiência que lhe possa proporcionar prazer. Embora sejam tais experiências mais rápidas e passageiras, nada impede que, ao longo do tempo, esta relação possa tornar-se mais comprometida, possibilitando uma percepção significativa e sentida, na medida em que tanto moradores como freqüentadores se percebem fazendo parte do lugar.

A variada gama de problemas apontados por vários dos entrevistados choca-se à opinião daqueles que disseram que não há nenhum problema no Parque. Tem-se a impressão de que não estão conscientes da realidade ali verificada. Na verdade, não estão envolvidos através dos sentidos que são os “mecanismos de interface com a realidade. Interpretando os estímulos externos, tem-se a percepção do ambiente, do evento, e pode-se atuar nesse meio exterior, no qual se praticam as ações projetadas pelos pensamentos conscientes ou inconscientes” (OKAMOTO, 2002, p. 116).

Quando questionados sobre a quem cabe solucionar os problemas ali existentes e quais as medidas que poderiam melhorá-lo (pergunta 8), vários dos 36 entrevistados disseram que “*Não sabem*” (freqüentadores 9, 10, moradores 1, 5, 6, 7, 10, 12, 14, 16, 19, 21, 24, 25).

Aqueles que responderam foram das seguintes opiniões:

“*Prefeitura*”. (moradores 3, 4, 9, 11, 15, 17, 22, freqüentadores 3, 4, 6, 7, 8)

“*Prefeitura e moradores*”. (morador 2)

“*Vereadores*”. (morador 8)

“*Guarda*”. (moradores 13, 23, freqüentador 5)

“*Prefeitura ou Brigada Militar*”. (morador 18)

*“Prefeitura ou Câmara dos Vereadores”*. (morador 26)

*“Comunidade, residentes e freqüentadores com o auxílio das autoridades locais”*.  
(freqüentador 1)

*“Comunidade e Prefeitura”*. (freqüentador 2)

Muitos dos entrevistados responderam que não sabem a quem cabe a resolução dos problemas do Parque e sua suposta alienação os libera de um comprometimento e responsabilidade. Com isso, estão reduzindo a eficiência de seus sentidos perceptivos que são a interface com a realidade. Essa situação talvez seja resultado do que Okamoto (2002, p.109) chama de “obliteração de nossos sentidos pela educação parcial que dá ênfase ao acontecimento lógico-racional”. As pessoas deixam de ter os sentidos apurados, graças à sociedade tecnológica que aí está. Ainda seguindo sua linha de raciocínio (2002, p. 110): “talvez devido à poluição sonora, visual, do ar e à sujeira nas ruas, tem havido, também uma redução na eficiência dos nossos sentidos perceptivos que são a interface com a realidade. O resultado é sentirmos menos o meio ambiente”.

Por se tratar de um município pequeno, entende-se que a melhor justificativa para essa declaração esteja na falta de uma visão mais holística do meio ambiente. Ainda citando Okamoto (2002, p. 111) “o caminho para conhecer a realidade do meio ambiente é a participação direta e intensa de corpo/mente como um todo”. Além de não se perceberem como integrantes da comunidade, as pessoas não se envolvem com o Parque no sentido de corpo/mente, pelo menos de forma a se comprometer com sua conservação, já que as medidas que poderiam ser tomadas objetivando melhorar o Parque não foram pontuadas. Várias pessoas disseram: *“olha eu não tenho idéia”* ou então *“a Prefeitura deve limpar tudo”* ou *“canalizar o arroio”*. As respostas são vagas ou descompromissadas e sem percepção interior. Para muitos moradores, não só a infra-estrutura é de responsabilidade da Prefeitura, mas também todos os problemas ambientais e sociais.

Fazendo uma comparação entre respostas dos moradores com as dos freqüentadores a partir dessa mesma questão, observa-se uma visão mais consciente por parte dos freqüentadores quanto à resolução dos problemas. Destacam que cabe também à comunidade o papel de conservação do Parque e a busca de melhorias necessárias em sua infra-estrutura, não deixando apenas a cargo do órgão gestor tal responsabilidade. Segundo esse grupo de pessoas, todos podem usufruir do Parque de alguma forma, portanto também é dever de todos zelar pelo seu cuidado.

Tuan (1980, p. 72) diz que: “o visitante e o nativo focalizam aspectos diferentes do meio ambiente”. Em sua opinião, numa sociedade de alta mobilidade como a atual, as “impressões fugazes de pessoas que estão de passagem não podem ser negligenciadas”. Sobre isso ele conclui que:

Em geral, podemos dizer que somente o visitante (e especialmente o turista) tem um ponto de vista; sua percepção freqüentemente se reduz a usar os seus olhos para compor quadros. Ao contrário, o nativo tem uma atitude complexa derivada de sua imersão na totalidade de seu meio ambiente. O ponto de vista do visitante pode ser simples, é facilmente enunciado. [...] Por outro lado, a atitude complexa do nativo somente pode ser expressa com dificuldade e indiretamente através do comportamento, da tradição local, conhecimento e mito (p. 72-73).

O freqüentador (visitante), quando vai ao Parque, o faz em busca de algo, portanto estando ele ali de passagem, possui uma visão mais crítica e aguçada. Por isso, os problemas do Parque são mais visíveis a ele e por isso são apontados. Porém, essa relação de passagem não é limitante para que se estabeleça uma relação interior com o Parque, aliás, foram alguns dos freqüentadores os que, dentre os entrevistados, mais demonstraram ter uma relação afetiva com este lugar. Quando questionados sobre a quem cabe a resolução dos problemas, há algumas falas que merecem destaque:

*“Comunidade, residentes e freqüentadores com auxílio das autoridades locais”.*  
(freqüentador 1)

*“Comunidade e prefeitura”, destacando que a comunidade deve participar para dar mais valor à área e não esperar tudo do governo.* (freqüentador 2)

A grande maioria admite que a comunidade deva desempenhar seu papel no sentido de cobrar as ações necessárias para que o Parque seja melhorado.

É evidente que os freqüentadores buscam a praticidade do Parque, porém isso não impede que percebam os problemas tanto ambientais quanto sociais e de infra-estrutura que devem ser solucionados. Contrário ao que Tuan (1980, p. 72) afirma, muitos nativos não conseguem estar imersos na totalidade do meio ambiente e por conta disso, não vêem o que deve ser feito. Os freqüentadores, ao contrário, em sua maioria possuem opinião bem definida do que precisa ser melhorado no Parque. Isso pode ser comprovado no depoimento de um dos freqüentadores:

*“este parque é pouco valorizado pelas pessoas e pelo poder público”.*  
(freqüentador 6).

A respeito da avaliação do meio ambiente Tuan (1980, p. 74) é da opinião de que o visitante avalia essencialmente pela estética, isto porque “o estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza”. Concorde-se com o autor quando declara que: “o visitante, freqüentemente, é capaz de perceber méritos e defeitos, em um meio ambiente, que não são mais visíveis para o residente” (p. 75). Tal situação é bem clara nas questões sobre problemas no Parque, nas quais algumas pessoas apontaram problemas ambientais não observados pelos moradores:

*“árvores destruídas”*. (frequentador 1)

*“falta de conscientização dos moradores próximos”* - referindo-se à poluição das águas. (frequentador 1)

*“muito vandalismo”*. (frequentador 2)

O mesmo aconteceu com as mudanças que poderiam ser feitas no Parque, excetuando-se um, todos apontaram alternativas de mudanças, o que vai ao encontro do que Tuan (1980, p. 75) chama de *“perspectiva nova”*, a partir do julgamento que o visitante faz do lugar. Esses julgamentos são de muita validade na medida em que a partir de seu olhar crítico, vão apontar problemas não mais visíveis pelos moradores do entorno, já acostumados com aquele ambiente. Como afirma Tuan (1980, p. 75), “beleza ou feiúra – cada uma tende a desaparecer no subconsciente à medida que ele aprende a viver nesse mundo”. Ratifica-se, portanto, aqui, a importância do olhar e do julgamento de um visitante ou frequentador.

O frequentador é um visitante “ocasional” que não convive de forma direta com a paisagem do Parque, apenas durante as horas em que ali busca alguma forma de lazer ou contemplação, portanto sua visão é bem mais crítica e exigente em relação aos problemas.

Percebeu-se que o grande interesse dos frequentadores está voltado para as melhorias que se fazem necessárias em toda a infra-estrutura do Parque, bem como com sua conservação e limpeza. Sabendo-se que a percepção é um fator presente em toda a atividade humana, passa-se a considerá-la como algo marcante na conduta dos indivíduos frente ao meio ambiente.

A percepção está ligada aos significados que são atribuídos às informações recebidas pelos sentidos, como as sensações percebidas através dos órgãos sensitivos, as quais levam a pessoa a interagir com o ambiente. Com isso, é de fundamental importância conhecer e compreender as diferentes percepções e expectativas de moradores e frequentadores, para auxiliar junto ao órgão responsável, no planejamento e gestão do Parque Integrado Elso Pilau.

A partir da implantação das melhorias que se fazem necessárias, os vínculos afetivos poderão tornar-se maiores entre a população urbana e o Parque, resultando em maior cuidado, comprometimento de todos e reconhecimento de que tal área é suma importância tanto para atividades de recreação quanto para a conservação de seus recursos naturais. O Parque pode e deve servir de referência para estudos científicos, práticas educativas de toda a comunidade e representar para aqueles que o frequentam como um lugar agradável.

#### **4.3 Propostas para o Planejamento e Gestão do Parque**

O Parque Integrado Elso Pilau exerce papel importante no contexto urbano do município de Giruá na medida em que é uma das poucas áreas de lazer à população e, por haver em seu interior, áreas de proteção permanente, bem como constitui-se em um dos únicos parques urbanos da região. Considerando esses aspectos, é fundamental a tomada de algumas medidas que garantam sua conservação e possibilitem alcançar os objetivos que motivaram sua criação.

Convém pontuar que qualquer atividade desenvolvida no Parque sem adequado planejamento poderá vir a acelerar os danos aos recursos naturais já bastante comprometidos. Ressalta-se ainda que se trata de uma área de uso comum, portanto, é necessária a manutenção de sua infra-estrutura. Propõe-se que ocorra:

- a) o cumprimento das leis ambientais municipais, principalmente no tocante a suas Áreas de Preservação Permanente;
- b) o comprometimento do órgão responsável pela gestão do Parque tanto na sua administração quanto na fiscalização e melhorias na infra-estrutura;
- c) a efetivação dos projetos constantes do Plano Ambiental Municipal tanto no que diz respeito à recuperação das áreas degradadas (mata ciliar e arroios);
- d) a criação, por parte do poder público municipal, de leis específicas às áreas de proteção permanente existentes dentro do parque visando sua recuperação e futura conservação;
- e) o planejamento estratégico através de implantação de trilhas ecológicas e trabalho guiado para que o parque seja local de lazer e de ecoturismo;
- f) o desenvolvimento de um programa continuado de educação ambiental em todo o município e em especial para os moradores próximos ao Parque;

g) a promoção de um evento envolvendo toda a comunidade que explicitasse a importância desse espaço dentro da área urbana do município, tanto pela conservação da mata nativa e das cabeceiras de drenagem quanto pelo seu uso como espaço de lazer, realização de eventos públicos, religiosos, entre outros;

h) a conclusão da obra conforme previsto no projeto inicial, havendo a preocupação em oferecer alternativas de lazer conforme a idade do público que o frequenta, possibilitando maior aproveitamento da área bem como a satisfação da população que tem neste parque a única alternativa de lazer local.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado apreendeu elementos sobre a percepção ambiental dos moradores do entorno e freqüentadores do Parque Urbano Integrado Elso Pilau localizado no município de Giruá/RS, bem como resgatou questões referentes a sua criação e efetivação no contexto municipal. Nesse sentido, tornam-se possíveis algumas reflexões que sugerem encaminhamentos quanto ao planejamento e gestão do Parque, na perspectiva de superar as dificuldades e problemas diagnosticados, tendo como referências as falas dos entrevistados e o disposto na documentação de criação do Parque.

O Parque foi idealizado pelas autoridades locais da época com o intuito de proporcionar lazer à população e conservar a mata nativa remanescente na zona urbana, bem como a conservação das cabeceiras do arroio Giruazinho. A administração municipal preocupou-se em contratar uma empresa especializada em paisagismo e planejamento ambiental para fazer um levantamento sobre os potenciais da área objetivando um máximo aproveitamento do local, com vistas ao lazer da população.

A obra representou um sonho para a comunidade que até então não tinha um espaço adequado para fins de lazer e conservação da natureza. Criou-se grande expectativa na população durante o empreendimento, sendo comunicado com freqüência o andamento das obras e, posteriormente, com relação à concretização do projeto.

Embora não representem a maioria, algumas pessoas que residem próximo ao Parque, reclamaram a ausência de uma ampla discussão com os moradores e a equipe que idealizou o projeto o que é um fator limitante na relação que se estabelece com tal área. Esses sujeitos

não se percebem fazedores da história do parque, portanto sua percepção e atribuição de valores é limitante na medida em que não se envolvem e não são envolvidos.

Há, dentro do Parque, áreas de proteção permanente segundo a Lei Federal 4.771 de 15.09.1965 e, também constando no Plano Ambiental Municipal de 2003, referências significativas quanto à conservação dos mananciais e das matas nativas do município, pode-se afirmar que a referida área está amparada tanto pela lei federal quanto municipal (mesmo que de forma indireta).

Percebe-se de forma visível o não comprometimento do órgão responsável em relação ao cumprimento do que consta no Plano Ambiental Municipal e na Lei Federal 4.771 de 15.09.1965 em relação ao Parque. A degradação está acontecendo pela omissão dos responsáveis que simplesmente fecham os olhos diante da realidade. O que esperar do restante da população?

O município tem condições e pessoal especializado para promover ações locais sérias e comprometidas envolvendo toda a comunidade e o órgão responsável, que possibilitem a recuperação das áreas degradadas (águas e mata ciliar), o que sem dúvida vai contribuir para a mudança de percepção e do julgamento que muitos dos entrevistados fazem do Parque.

Considerando-se que as pessoas ao mesmo tempo em que influenciam também são influenciadas nas dinâmicas sócio-culturais-ambientais locais, e, partindo da formação da consciência de que o Parque é um bem de uso comum, pode ser possível o estabelecimento de vínculos afetivos mais fortes e, em consequência, promover o interesse pelo seu zelo, mas para que isto aconteça, deve haver o empenho de todos. Na medida em que se estabelecer uma relação de empatia entre a população e o Parque despertar-se-á um senso de responsabilidade para com o local, com atitudes voltadas à sua conservação.

A maioria da população da cidade de Giruá desconhece que o Parque possui áreas de preservação permanente e tampouco tem conhecimento do significado e importância ambiental da área no contexto local, embora haja, teoricamente, proposta de implantação de programas direcionados à educação ambiental dentro de toda a área do Parque Integrado Elso Pilau. A implantação de tal programa, de forma continuada e envolvendo toda a comunidade, se faz necessária, já que, além de elucidar tais questões, pode promover o reconhecimento dos valores especiais desses espaços e a necessidade de protegê-los. Trata-se de uma estratégia para a resolução dos problemas ambientais locais, buscando uma aproximação de vínculos

entre processo educativo e a realidade cotidiana das pessoas, pois a ação local representa a melhor oportunidade para o enfrentamento da degradação verificada.

Na medida em que a população local compreender a complexa interação existente entre aspectos ecológicos, políticos, econômicos e socioculturais da questão ambiental poderá mudar sua percepção em relação ao Parque. A partir da construção de seu conhecimento será possível desenvolver ações conscientes e coletivas que busquem solucionar um problema que hoje afeta a todos.

Não se pode pensar educação ambiental sem considerar o contexto que será investigado e no qual os sujeitos estão inseridos. Com isso, a participação, engajamento e mobilização da comunidade através de ações práticas com as trilhas ecológicas, palestras e projetos, podem auxiliar sobremaneira na conscientização sobre os danos que estão sendo causados no Parque e os riscos que isso acarreta para suas vidas. A sensibilização é instrumento que pode promover a conscientização de que a sustentabilidade do Parque depende da responsabilidade social de todos.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AJARA, César. A abordagem geográfica: sua possibilidade no tratamento da questão ambiental. In: VIANNA, O.M.; SILVA, S.T. (Coord). **Geografia e a Questão ambiental**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1993.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa/Portugal: Edições 70 Ltda, 1977.

BARTALINI, Vladimir. Espaços livres públicos na cidade II, parques. In: **Oculum**: Revista Universitária de Arquitetura, Urbanismo e Cultura, nº 5/6, Maio de 1995. Campinas-SP, p. 100-103.

\_\_\_\_\_. Os Parques Públicos nos planos para São Paulo. In: MACHADO, Denise B. Pinheiro (org). **Herança, Identidade e tendências da cidade latino-americana**. Anais do IV Seminário da História da Cidade e do Urbanismo. Vol. II – Prourb. Rio de Janeiro, novembro de 1996. p.1106-1117.

BASSO, L.A. Desenvolvimento Sustentável e Qualidade Ambiental das Cidades. In: SUERTEGARAY, D.M.A; BASSO, L.A; VERDUM, R. (Org). **Ambiente e lugar no urbano**: A grande Porto Alegre. 1 edição. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2000.

BERNARDES, J.A; FERREIRA, F.P.M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S.B; GUERRA, A.J.T (Org). **A questão ambiental**: Diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BERQUE, Augusto. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R.L; ROSENDAHL, Z. (Org). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: Eduerj/98.123 p.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidades de Conservação** – Intenções e resultados. São Paulo: Fapesp, 2003.

BRASIL. **Código Florestal Federal, Lei nº. 4.771** de 15/09/1965.

- \_\_\_\_\_. **Decreto Municipal nº 020/90** de 04.06.1990.
- \_\_\_\_\_. **Lei Municipal nº 2.180/2001** de 13.03.2001.
- \_\_\_\_\_. **Lei Municipal nº 2.309/2001** de 18.12.2001.
- \_\_\_\_\_. **Lei Municipal nº 2.310/2001** de 18.12.2001.
- \_\_\_\_\_. **Lei Municipal nº 2.311/2001** de 18.12.2001.
- \_\_\_\_\_. **Lei Municipal nº 2.650/2003** de 18.09.2003.
- \_\_\_\_\_. **Lei Federal 9.985** de 18.06.2000.
- \_\_\_\_\_. **Lei Estadual 10.350** de 30.09.1994.
- \_\_\_\_\_. **Projeto de Lei nº 002/96**. Estado do Rio Grande do Sul. Câmara Municipal de Giruá/01/04/1996.
- CADERNO ESPECIAL ZERO HORA. **O Melhor do Rio Grande do Sul**. 12/06/2006, p. 73.
- CAMARGO, Luís Henrique. **A ruptura do Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CASTELLO, L. Cidade fez análise e revela tudo: leia no ambiente. In: PANIZZI, W.M; ROVATTI, J.F. (Org). **Estudos Urbanos**: Porto Alegre e seu planejamento. Porto Alegre: Editora da Universidade do Rio Grande do Sul, 1993.
- CLARK, Kenneth. **Paisagem na Arte**. Lisboa: Editora Ulisséia, 1949. 183p.
- COELHO, J.A.P. de M.; GOUVEIA, V.V.; MILFONT, T.L. Valores Humanos Como explicadores de Atitudes Ambientais e Intenção de Comportamento pró-ambiental. In: **Psicologia em Estudos. Maringá**, v. 11, n.1, janeiro – abril/ 200, p. 199-207.
- COUTO, Odir Fernando Vidal. **Geração de um índice de sustentabilidade ambiental para bacias hidrográficas em áreas urbanas através do emprego de técnicas integradas de geoprocessamento**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, 2007.
- DAVENPORT, L.; RAO, M. A história da proteção: paradoxos do passado e desafios do futuro. In: TERBORGH, J.; SCHAIK, C.V.; DAVENPORT, L.; RAO, M. **Tornando os parques eficientes**: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos. Curitiba, UFPR: Fundação o Boticário, 2002.
- DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia de (Org). **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel/ UF São Carlos, 1996. 256 páginas.
- DIEGUES, Antônio Carlos. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: DIEGUES, A.C; MOREIRA, A.C. (Org). **Espaços e Recursos Naturais de Uso Comum**. São Paulo: NUPAUB – USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 5 edição. São Paulo: Hucitec/NUPAUB/USP, 2004.

DOSSIÊ DE AMBIÊNCIAS – MUNICÍPIO DE GIRUÁ - RS. **Environment Levantamentos e Projetos Ltda**. 1992.

DOUROJEANNI, J.M.; PÁDUA, M.T. Biodiversidade: a hora decisiva. Curitiba: UFPR, 2001. 307p.

FUNDAÇÃO SALIM FARAH MALUF. **Problemas ambientais brasileiros**. São Paulo: FSFM, 1991.

FILHO, Carlos Frederico Marés de Souza. **Espaços Ambientais Protegidos e Unidades de Conservação**. Curitiba: Editora Universitária Champagnat, 1993.

FOLHA GIRUAENSE n° 451 de 29.07.1989, p. 06

\_\_\_\_\_ n° 488 de 14.04.1990, p. 06.

\_\_\_\_\_ n° 492 de 12.05.1990, p. 12.

\_\_\_\_\_ n° 550 de 22.06.1991, p. 10.

\_\_\_\_\_ n° 596 de 09.05.1992, p. 20.

\_\_\_\_\_ n° 619 de 17.10.1992, p. 12.

\_\_\_\_\_ n° 631 de 09.01.1993, p. 3.

GUIMARÃES, S.T. de L; DACANAL, C. Arquitetar Para Viver, Educar Para Conservar: faces da qualidade ambiental e da qualidade de vida na conservação do meio ambiente. In: **Climatologia e Estudos da paisagem**. Vol 1. n. ½ - julho/dezembro/ Rio Claro, 2006, p. 20-38.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades - Jardins de Amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

HUSSERL, Edmund. **Investigações lógicas**: Sexta Investigação (elementos de uma elucidação fenomenológica do conhecimento). São Paulo: Editora Victor Civita, 1980.

LEFT, Henrique (Coord). **A complexidade ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2003.

LEIS, Hector Ricardo. Ambientalismo: um projeto realista – utópico para a política mundial. In: VIOLA, E.J. (Org). **Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania**: desafios para as ciências sócias. 2 edição. UFSC: Editora Cortez, 1998.

LEIS, R. L.; BRIGADÃO C.; VIOLA, J.E.(Org). **Ecologia e Política Mundial**. Petrópolis/RJ: Fase/AIRI/PUC-RJ, 1991.

MACEDO, S.S; SAKATA, F.G. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Edusp. 2003.

MACHADO, Lucy Marion Philadelpho. Paisagem valorizada: A serra do mar como espaço e como lugar. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. de. (Org). **Percepção ambiental**: a experiência brasileira. São Paulo: Studio Nobel/UF São Carlos, 1996.

MARCONDES, Maria José de Azevedo. **Cidade e Natureza**: Proteção dos mananciais e exclusão social. São Paulo: Studio Nobel Ltda, 1999.

MILLER, K. **Evolução do conceito de áreas de proteção**: oportunidades para o século XXI. I Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação. 15 a 23 de Novembro. Curitiba-PR, 1997. Anais, V.1, 1997. p.3-21.

MOHR, Udo Silvio. **Os grandes espaços do lazer urbano, arquitetura dos Parques Públicos**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura. Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Porto Alegre, Julho de 2003.

MORSELLO, Carla. **Áreas protegidas públicas e privadas**: Seleção e manejo. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001. 343 p.

OKAMOTO, Jun. **Percepção ambiental e comportamento**. São Paulo: Mackenzie, 2002.

OTTONI, Dacio Araujo Benedicto. Cidade Jardim: formação e percurso de uma idéia. In: HOWARD, Ebenezer. **Cidades-Jardins de Amanhã**. São Paulo: Hucitec, 1996.

PINHEIRO, José Q. **Psicologia ambiental**: a busca de um ambiente melhor. Estudos de Psicologia. Rio Grande do Norte, 1997. R.G.N. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em 10 de agosto de 2007.

PONTY, Maurice Merleau. **Fenomenologia de percepção**. 2 edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PORTO, Maria Luiza et.al. Unidades de Conservação Ambiental no Município de Porto Alegre. In: VOLKMER, J.; ROCHA, M.de; GERTZ, R. (Org). **Retratos de Cooperação Científica e Cultural**. Porto Alegre: Edipuc, 1999.

RELPH, Edward. **As bases fenomenológicas da geografia**. Geografia: Associação de Geografia Teórica. Vol. 4, nº 7. São Paulo: Editora Cerifa, 1979.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público**: jardins do Brasil. São Paulo: Studio Nobel, 1996. 255 p.

THOMAS, Keith. **O Homem e o Mundo Natural**. São Paulo: Cia das Letras, 1988. 454 p.

TOLEDO, R.F.; PELICIONI, M.C.F. Educação ambiental em unidades de conservação. In: PHILIP JR, A.; PELICIONI, M.C.F. (editores). **Educação Ambiental e Sustentabilidade**. Barueri/São Paulo: Editora Manoele, 2005. (Coleção Ambiental 3)

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Editora Atlas. 1987. 175 p.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1980. 250 p.

\_\_\_\_\_. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do Meio ambiente. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980. 288 p.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade**. São Paulo: Cia das Letras 2000. 439 p.

## **7 ANEXOS**

**ANEXO 1 - PROPOSIÇÃO DA CÂMARA DOS VEREADORES PARA  
AQUISIÇÃO DE UMA ÁREA VERDE NO MUNICÍPIO**



Proposição



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GIRUÁ

DO : PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES  
AO : SENHOR PREFEITO MUNICIPAL  
ASSUNTO : COMUNICAÇÃO

APROVADO POR  
UNANIMIDADE  
15 MAI 1989

*[Signature]*  
Presidente

*[Signature]*  
Secretário

Ilustríssimo Senhor Prefeito:

A PRESIDÊNCIA DA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES, prazerosamente, comunica a Vossa Senhoria, que em Sessão Legislativa realizada em 15 de maio de 1989, os Vereadores Antonio C. Fiorim e P. P. Taborda apresentaram e o Legislativo aprovou, para posterior apreciação e sanção do Egrégio Poder Executivo Municipal, a seguinte

**PROPOSIÇÃO**

Requerem ao Chefe do Poder Executivo Municipal, que estude as possibilidades de adquirir uma área rural e de preferência próxima a sede do Município, coberta de matas nativas, com o objetivo de preservar espécies nativas de nosso Município, e que encontram-se em extinção, podendo inclusive, ser utilizado como fonte de estudos por nossos estudantes.

**JUSTIFICATIVA**

Oral.

Sala das Sessões, aos 15 de maio 1989

*[Signature]*  
Vereador Proponente

*[Signature]*  
Presidente da Câmara

"Vereador Valorizado é Democracia Consolidada"

**ANEXO 2 - OFÍCIO N° 420/89 DE 20/07/1989 ACOMPANHADO DE  
JUSTIFICATIVA PARA A AQUISIÇÃO DE ÁREA DE TERRA**



Estado do Rio Grande do Sul  
**Prefeitura Municipal de Giruá**  
98.870 - Rua Francisco Leopoldo Uhry, 89/411  
Telefones 361-1211 e 361-1411

Emancipação: 28/01/55  
Área: 1.172 Km.2  
Altitude: 420 mts.  
Habitantes: 33.104

OFÍCIO Nº 400/89  
GAP/MSM

Giruá, 20 de julho de 1989.

Senhor Presidente:

É com real satisfação que nos dirigimos a essa Egrégia Casa Legislativa, oportunidade em que queremos parabenizá-los pelo excelente trabalho que vêm realizando em benefício da comunidade giruanaense.

Como é de conhecimento de Vossas Senhorias, nosso município, como de resto o Estado e a região, possui grande carência de áreas verdes, devido aos grandes desmatamentos havidos em função da expansão da agricultura. Essa situação nos preocupa sobremaneira, assim como somos sabedores de que é também preocupação dos nobres edis dessa Casa e, por isso, estamos encaminhando para a apreciação de Vossas Senhorias o Projeto-de-Lei nº 024/89, o qual "autoriza o Executivo a adquirir uma área de terra urbanizada com 3,75ha, no valor de R\$ 30.000,00", terreno esse que será destinado à implantação de uma área verde e de lazer.

Certos de compreensão, reiteramos protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

DR. HUMBERTO WIESNER VICENTINELDNER  
Prefeito Municipal

DEPT. DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPT. DE FINANÇAS  
DEPT. DE SERVIÇOS DE SAÚDE MUNICIPAL  
DEPT. DE EDUCAÇÃO



Estado do Rio Grande do Sul  
**Prefeitura Municipal de Giruá**  
98.870 - Rua Francisco Leopoldo Uhry, 89/411  
Telefones 361-1211 e 361-1411

E emancipação: 28/01/55  
Área: 1.172 Km.2  
Altitude: 420 mts.  
Habitantes: 33.104

### J U S T I F I C A T I V A

Entendemos como de vital importância a aquisição desta área, fundamentados basicamente no relatório de análise e diagnóstico do Plano Diretor, que detectou uma carência de quase 20 hectares de áreas verdes no perímetro urbano de Giruá. O mesmo relatório apontava esta área como próxima ao centro urbano, condição importante para sua utilização quase que imediata pela população, que assim passará a contar com uma significativa área de lazer.

Além dos aspectos psicológicos favoráveis inerentes ao contato mais íntimo do ser humano com a natureza, com a aquisição dessa área passaremos a ter certeza da conservação e preservação das cabeceiras do Arroio Giruazinho, atualmente servindo como desaguidouro de dejetos domésticos, poluindo essa importante manancial hídrico. A população vizinha será orientada para a importância da conservação desse riacho, através de um trabalho de conscientização que será realizado por esta administração, visando, igualmente, criar uma consciência ecológica.

Se considerarmos, a nível de Tabule, uma área remanescente de 4% do total da nossa vegetação nativa, a aquisição desta área verde privilegiará Giruá com uma belíssima reserva natural, riquíssima em sua flora e fauna, que servirá aos nossos filhos e estudantes como fonte de estudos e orientação pedagógica. Salientamos, também, que esta justificativa está em consonância com os termos da proposição datada de 12-5-82, de autoria do Sr. Edmundo Antônio da Silva Tiberto, com a qual esta justificativa se conforma.

**ANEXO 3 - LEI MUNICIPAL N° 885/89 DE 26/07/1989 AUTORIZANDO A  
AQUISIÇÃO DE TERRENO URBANO DA SRA. ALDA UHRY PILAU, DESTINADO  
À ÁREA VERDE**



PREFEITURA MUNICIPAL DE GIRUÁ

98.870 - Rua Francisco Leopoldo Uhry, 89/411

Telefones: 361-1214 e 361-1411

Área: 1.172 Km<sup>2</sup>

Altitude: 420 mts.

Habitantes: 33.104

LEI Nº 885/89

DE 26 DE JULHO DE 1989.

AUTORIZA A ADQUIRIR TERRENO URBANO,  
DESTINADO À ÁREA VERDE.

DR. HUMBERTO VIONEI WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e que sanciona a seguinte Lei:

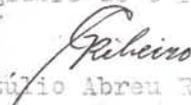
Art. 1º - É o Poder Executivo autorizado a adquirir da Sra. Alda Uhry Pilau, pelo preço de NCz<sup>2</sup>. 30.000,00 (trinta mil cruzados novos), um terreno urbano, sem benfeitorias, com área de trinta e sete mil e quinhentos metros quadrados (371500m<sup>2</sup>), localizado no prolongamento da Rua Independência, limitando-se ao Norte com terrenos de Ydemar Martins da Silva e Sigifrido Christiane Stumm (espólio); e, a Oeste com terras de Alda Uhry Pilau e de Reinaldo Seger; conforme matrícula no Registro de Imóveis de Giruá, nº 5.154; local onde será implantada uma área verde e de lazer à população giruana.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GIRUÁ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 26 DE JULHO DE 1989, 34º ANO DA EMANCIPAÇÃO.

  
DR. HUMBERTO VIONEI WESCHENFELDER  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

  
Getúlio Abreu Ribeiro  
Secretário de Administração

**ANEXO 4 - LEI MUNICIPAL N° 953/90 AUTORIZANDO A AQUISIÇÃO DE  
TERRENO URBANO DO SR. SIGIFRIDO CHRISTIANO STUMM,  
DESTINADO À ÁREA VERDE**



Prefeitura Municipal de Giruá  
98.870 - Rua Francisco Leopoldo Uhry, 89/411  
Telefones 361-1211 e 361-1411

Altitude: 420 mts.  
Habitantes: 33.104

LEI Nº 953/90

DE 16 DE ABRIL DE 1990.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADQUI-  
RIR TERRENO URBANO, DESTINADO A ÁRE  
A VERDE.

DR. HUMBERTO VIONEI WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Gi-  
ruá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,  
FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e que sanciona a  
seguinte Lei:

Art. 1º - É o Poder Executivo Municipal autorizado a adqui-  
rir do Espólio de Sigifrido Christiano Stumm, pelo preço de Cr\$ 1.800  
.000,00 (Hum milhão e oitocentos mil cruzeiros), um terreno urbano, /  
sem benfeitorias, com área de 44 mil metros quadrados (44.000m<sup>2</sup>) loca-  
lizado no prolongamento da Rua Independência, limitando-se ao Norte /  
com terrenos de Ademar Martins da Silva e a área de domínio da RFFSA;  
a leste com as ruas 3 de Outubro e 3 de Maio e, a Oeste, com a Rua In-  
dependência, local onde será implantada uma área verde e de lazer à  
população giruaense, após anexada à anteriormente adquirida, conforme  
Lei Municipal nº 885/89.

Art. 2º - As despesas decorrentes dessa aquisição correrão/  
por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei  
entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GIRUÁ, ESTADO DO RIO  
GRANDE DO SUL, EM 16 DE ABRIL DE 1990, 35º ANO DA EMANCIPAÇÃO.

DR. HUMBERTO VIONEI WESCHENFELDER  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se no Mural da Prefeitura

Ivani Silva Ciervo  
Secretário de Administração

Giruá - "Capital Nacional da Produtividade"



Estado do Rio Grande do Sul

**Prefeitura Municipal de Giruá**

98.870 - Rua Francisco Leopoldo Uhry, 89/411  
Telefone: (055) 361-1811



LEI Nº 978/90

DE 19 DE JUNHO DE 1990.

ALTERA A LEI Nº 953/90, DE 16 DE ABRIL DE 1990.

DR. HUMBERTO VIONEI WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e que sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Art. 1º da Lei nº 953/90 de 16 de abril de 1990, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - É o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir do Espólio de Sigifrido Christiano Stumm, preço de Cr\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil cruzeiros), um terreno urbano e respectivas benfeitorias, com a área superficial de 45.131 metros quadrados, correspondente às matrículas nºs 1.826, 1825, 1824, 1823, do Cartório do Registro de Imóveis de Giruá, localizado no prolongamento da Rua Independência, limitando-se a Nordeste com faixa de domínio da RFFSA e lotes de Arlindo Cazarotto, Bruno Lamarque, Helena da Silva Braga, Francisca Santiago Vieira e Av. Castelo Branco, a Sudoeste com área da Prefeitura Municipal de Giruá e Loteamento Morada do Sol, a Leste com terrenos da sucessão de Graziolína de Barros e Antonio Barbosa, a Oeste com a Rua Independência, local onde será implantada uma área verde e de lazer destinada à população giruaense, após anexada à anteriormente adquirida, conforme Lei Municipal nº 885/89.

Art. 2º - Os demais artigos da Lei permanecerão inalterados.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GIRUÁ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 19 DE JUNHO DE 1990, 35º ANO DA EMANCIPAÇÃO.

DR. HUMBERTO VIONEI WESCHENFELDER  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se no Mural da Prefeitura

IVANI SILVA CIERVO  
Secretário de Administração

**Giruá - "Capital da Produtividade"**

**ANEXO 5 - DECRETO DE CRIAÇÃO DO PARQUE INTEGRADO  
MUNICIPAL DE GIRUÁ Nº 020/90**



Estado do Rio Grande do Sul  
**Prefeitura Municipal de Giruá**  
98.870 - Rua Francisco Leopoldo Uhry, 89/411  
Telefone: (055) 361-1811



DECRETO Nº 020/90

DE 04 DE JUNHO DE 1990.

DECRETA A CRIAÇÃO DO PARQUE INTEGRADO MUNICIPAL DE GIRUÁ.

DR. HUMBERTO VIONEI WESCHENFELDER, Prefeito Municipal de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais.

1 - CONSIDERANDO que a expansão urbana devastou importantes áreas de vegetação nativa sem que houvesse preocupação em sua preservação para uso da população,

2 - CONSIDERANDO, a necessidade de preservação das nascentes do arroio que toma o nome do município (Giruazinho), atualmente em adiantado processo de poluição, e de manutenção e restauração da mata Ciliar,

3 - CONSIDERANDO, a grande defasagem de área verde por habitante da área urbana que atualmente atinge 0,19m<sup>2</sup> por habitante, enquanto a Organização Mundial da Saúde, recomenda 10m<sup>2</sup> por habitante,

4 - CONSIDERANDO, a grande procura por parte da população por locais de prática esportiva,

5 - CONSIDERANDO, a inexistência de um local em proporções adequadas ao convívio democrático de todas as camadas da população:

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica denominada "PARQUE INTEGRADO MUNICIPAL de Giruá", a área recentemente adquirida de 7,9 hectares, localizada ao sul da área central da cidade entre o Bairro Morada do Sol e os trilhos da Viação Férrea, próximo a Vila Séger, nesta cidade.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto passa a vigorar na data de sua publicação.

GABINETE DOPREFEITO MUNICIPAL DE GIRUÁ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 04 DE JUNHO DE 1990, 35º ANO DA EMANCIPAÇÃO.

DR. HUMBERTO VIONEI WESCHENFELDER  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se no Mural da Prefeitura

IVANI SILVA CIERVO  
Secretário de Administração

**ANEXO 6 - RELATÓRIO DA EMPRESA EDUARDO MINSSEN PAISAGISMO  
& PLANEJAMENTO AMBIENTAL**



**EDUARDO MINSSEN**

Paisagismo & Planejamento Ambiental  
"EXCLUSIVAMENTE PROJETOS DEDICADOS  
MUITO ALÉM DE UM JARDIM."

### PARQUE INTEGRADO MUNICIPAL DE GIRUÁ

O Parque Integrado Municipal de Giruá apresenta-se como uma área de 7,92 Ha, situada junto ao centro da cidade de Giruá.

Ao recebermos a incumbência de criar um plano de ocupação e atividades para esta área, procuramos levar em conta todas as condicionantes passíveis de influírem no projeto, quais sejam:

- Necessidades da população
- Topografia da área
- Objetivos do Executivo Municipal
- Recursos disponíveis
- Necessidades futuras de conservação
- Estética e funcionalidade geral
- Clima da região
- Solos e vegetação existentes
- Recursos hídricos e cênicos

Assim, surgiu na forma definitiva um Parque que engloba em sua estrutura básica os seguintes componentes:

- Lazer
- Esportes
- Ecologia
- Cultura

Desta forma, temos:

LAZER: Foram criadas desde áreas amplas e totalmente livres até recantos de lazer mais introspectivo, procurando alcançar o maior número de necessidades requeridas pelos usuários. O contato homem-natureza foi acentuado, fazendo com que caminhos penetrem tanto na mata nativa como passem por jardins.

O paisagismo básico procurou valorizar o elemento "palmeira" de um modo especial, visto que o nome indígena GIRUÁ designa uma palmeira nativa (o *Arecastrum romanzofianum*). Desta forma, foram utilizados 273 indivíduos, de 7 espécies diferentes. As palmeiras oferecem ainda facili-



**EDUARDO MINSSEN**  
Paisagismo & Planejamento Ambiental  
"EXCLUSIVAMENTE PROJETOS DEDICADOS  
MUITO ALÉM DE UM JARDIM."

dades especiais quanto a sua manutenção.

Foi criado um play-ground, com cerca de 300 metros quadrados, além de ser mantida uma área livre para recreação infantil ou uso eventual de parques de diversões (ou como área para exposições).

Além do lazer introspectivo, representado por áreas sombreadas com bancos e outros equipamentos eventuais, pensou-se no contemplativo, representado por um lago cênico.

Como elemento de lazer, foram criados também um restaurante, um bar e uma área de camping com churrasqueiras.

ECOLOGIA: A preocupação ecológica do projeto é evidente.

Junto aos trilhos que cortam a cidade, na parte mais alta do Parque, foi criada uma área de proteção ambiental, com o plantio de 588 árvores frutíferas nativas (araçá, pitangueira, uvaia, ariticum, etc) com dois objetivos básicos:

- Atrair avifauna nativa para o Parque
- Servir como anteparo natural (contra o barulho da linha férrea e das águas da parte mais alta da cidade) de defesa do Parque.

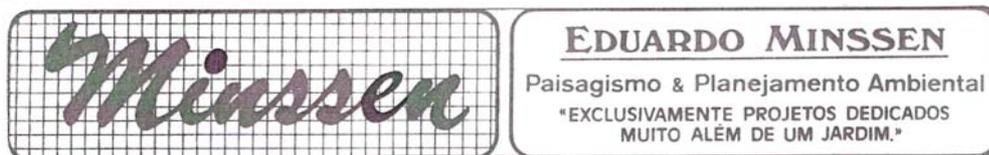
Igualmente a vegetação nativa existente foi mantida, procurando-se enriquecê-la (também com espécies nativas) nos locais em que a mesma se encontra mais rala.

Nas trilhas e caminhos que menestram nos matos, será feita uma identificação com plaquetas nas principais espécies arbóreas, como forma de aumentar o conhecimento (e o sentido de preservação) da população em relação à natureza.

Também será construído um viveiro municipal, para suprir as necessidades da Prefeitura Municipal no tocante à arborização urbana e reposição de mudas no Parque.

CULTURA: Destaca-se de sobremaneira, no item cultura, a criação do anfiteatro municipal, com capacidade para 1.800 espectadores comodamente sentados.

Além disso, o setor de <sup>nc</sup> ~~ca~~chas poliesportivas poderá se transformar



em área de exposições, com boxes para estandes e arruamento adequado.

ESPORTES: Foram construídas 6 canchas múltiplas (futsal, basquetebol e vôlei) e uma cancha de tênis, cimentada.

Também existe um campo de futebol (nas medidas de 100 x 64 m) com 6 raias para provas de atletismo.

Para os adeptos do jogging na natureza, haverá uma pista de cross-country e, para os adeptos de caminhadas, uma teia de caminhos revestida de pó-de-pedra.

QUANTIFICAÇÃO DAS ESPÉCIES VEGETAIS A SEREM UTILIZADAS  
NO PARQUE

PALMEIRAS

Palmeira Real.....	93
Butiá.....	60
Gerivá.....	36
Washingtonia.....	23
Leque.....	23
Areca.....	19
Caryota.....	19

ÁRVORES DIVERSAS

Ipê Roxo.....	23
Ipê Amarelo.....	40
Quaresmeira Roxa.....)	66
Quaresmeira Rosa.....	16
Canafístula.....	10
Corticeira.....	02

ARBUSTOS

Hibiscus.....	350
Buganvílea.....	16
Lantana.....	1200

FORRAÇÕES

Tritoma.....	5600
Lírio amarelo.....	2300
Agapanto azul.....	1225
Agapanto branco.....	1250
Papyrus.....	100
Canna índica.....	1240

FRUTÍFERAS NATIVAS

Frutíferas nativas diversas.....	588
(Pitangueira, cerejeira, araçá, guabi- jú, uvaia, sete-capotes, etc)	

## Memorial Descritivo

- Restaurante
- Anfiteatro
- Sanitários
- Vestiários
- Casa Do Zelador
- Depósito
- Bar

A proposta dos ante-projetos, é de que os prédios se constituem também parte integrante do ambiente previsto, no projeto de paisagismo. Para tanto, recomenda-se a utilização de materiais que permitam esta integração.

### 1- FUNDAÇÕES:

Serão diretas e deverão ser dimensionadas de acordo com as condições de cada local.

### 2- ELEVAÇÕES:

Com exceção das áreas de sanitários e cozinhas todas as alvenarias serão aparentes, com tijolos maciços comuns protegidos com impermeabilizante à base de silicone ou verniz fosco.

### 3- ESQUADRIAS:

As esquadrias, serão todas de madeira escuras com verniz tipo protetor solar.

### 4- COBERTURA:

As coberturas do telhamento serão de madeira previamente tratadas com preservantes pigmentados de forma a dar um escurecimento uniforme e permanência aparente. Os telhas serão de cerâmica, devendo neste caso ser adequado o ponto de telhado.

### 5- ESTRUTURAS:

Todos os prédios terão um cintamento superior com viga de concreto que deverá ser adequadamente dimensionada. Os pilares serão de alvenaria e também deverão ser dimensionados adequadamente.

### 6- FORROS:

Todos os telhados serão aparentes com exceção da cozinha, casa do

zelador e alguns sanitários, que deverão ser cobertos com pré-laje.

#### 7- PISOS:

Deverá ser executado um contrapiso de concreto sobre uma camada de brita. O revestimento será com lajetas cerâmicas com rejunte de aproximadamente 3 cm, com exceção do depósito que poderá ser apenas com concreto desempenado e na casa do zelador que poderá ter piso de madeira.

#### 8- PASSEIOS E CAMINHOS:

Os passeios e caminhos, serão revestidos com pó de pedra convenientemente abaulados e confinados por guias de concreto ou alvenaria.

#### 9- DRENAGEM SUPERFICIAL:

Preferencialmente as águas pluviais deverão ser conduzidas ao córrego situado na divisa norte da gleba, mantendo o outro córrego o mais possível isento de contaminação de águas de fora de sua bacia de contribuição. As ruas lindéiras deverão ter o sistema próprio de drenagem de forma por elas coletadas sejam conduzidas para fora da área do parque. Verifica-se uma acentuada erosão no córrego da divisa norte, necessitando cuidados especiais como uma melhoria em seu leito (retificações, conformações) ou eventualmente sua canalização.

#### 10- ESGOTOS SANITÁRIOS:

Considerando que a utilização dos sanitários não é constante, havendo um crescimento somente na ocorrência de eventos propõe-se a solução tradicional de fossa séptica e sumidouros.

**ANEXO 7 - LEI MUNICIPAL Nº 1.617/96 – DANDO A DENOMINAÇÃO DE  
PARQUE INTEGRADO EL SO PILAU**



Estado do Rio Grande do Sul  
Prefeitura Municipal de Giruá

LEI Nº 1.617/96

DE 08 DE ABRIL DE 1996.

DENOMINA DE "PARQUE INTEGRADO  
ELSO PILAU", O LOCALIZADO NA  
RUA GUARANI, BAIRRO SEGER, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ ANTONIO GIOVELLI, Prefeito Municipal  
de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições  
legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou  
e que sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominado de "Parque  
Integrado Elso Pilau", o localizado na Rua Guarani, Bairro Seger,  
nesta cidade.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em  
contrário.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data  
de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GIRUÁ,  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 08 DE ABRIL DE 1996, 41º ANO DA  
EMANCIPAÇÃO.

LUIZ ANTONIO GIOVELLI  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se no Mural da Prefeitura

Maristela de F. W. Klug  
Secretária de Administração

CREDITE  
EM GIRUÁ

**ANEXO 8 - PLANO AMBIENTAL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE GIRUÁ-RS**

50440500/03.2  
30. P

# PLANO AMBIENTAL MUNICIPAL

## Giruá-RS

Abril/2003

50440500/03.2  
31  
P

PREFEITURA MUNICIPAL DE GIRUÁ

Prefeito:  
José Jocemir Alves da Silva

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente:  
Elton Mentges

Departamento de Meio Ambiente:  
Engº Florestal Carlos Souza  
Bióloga Laídes Hoffmann

Coordenação dos trabalhos:  
Engº Florestal Carlos Souza

Elaboração:  
Conselho Municipal de Meio Ambiente  
Departamento Municipal de Meio Ambiente

Colaboração:  
Conselho Municipal de Meio Ambiente  
Ministério Público  
Comunidade Girusense

Proc. 50440500/03.7  
Fl. 32

## INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento com o qual a humanidade se engajou tem sido a razão do esgotamento de recursos naturais com a degradação e a destruição do meio ambiente, apesar das promessas desenvolvimentistas de um aumento generalizado do padrão de vida em todo o mundo, inclusive para os países em desenvolvimento. Muitas mudanças ocorreram, é verdade, mas nem sempre para melhor. As preocupações com as conseqüências desse modelo de desenvolvimento sustentado em grande parte pelas tecnologias modernas, levantam uma questão crucial: como manter o crescimento econômico para atender a toda população do planeta com uma disponibilidade de bens compatíveis com a dignidade humana, sem esgotar os recursos naturais?

Muitos vão desprezar essa preocupação como se parte deste ecossistema chamado Terra, não estivesse também ameaçado. Afinal, perguntariam alguns, já não basta a luta cotidiana pela própria sobrevivência e ainda haveriam de se preocupar com a dignidade da população mundial ou com a preservação das florestas e das águas ou com os riscos do efeito estufa? Infelizmente, é algo preocupante, sim. As conseqüências das catástrofes ambientais podem acabar com todas as possibilidades de manutenção da espécie humana na face da Terra. E cada indivíduo está incluído na expressão “espécie humana”, independentemente do seu nível social, educacional, cor, gênero, etc. A falta de informação ou de conscientização impede que muitas pessoas se transformem em cidadãos ativos, mobilizados em busca de melhor qualidade de vida e contra um dos maiores problemas que a humanidade já enfrentou, que é a crise ambiental.

Meio Ambiente pode ser definido como um conjunto de condições naturais que atuam sobre os organismos vivos e seres humanos. Mas, essas condições naturais são constantemente alteradas e sofrem influências de uma série de fatores, tais como cultura, definições políticas, questões econômicas, condições sociais e tecnológicas, entre outras. Por sua vez, nenhum dos fatores mencionados existe sem as necessárias condições naturais; portanto, à medida que afetam o ambiente natural, esses fatores sofrem também os reflexos das transformações. De qualquer forma o ser humano está no centro destas relações; suas decisões e ações vão modificar as condições naturais que são a base para o desenvolvimento de todas as suas atividades. Portanto, direta ou indiretamente são as ações humanas que criam suas próprias possibilidades e restrições.

Porém, as ações dos indivíduos em sociedade tendem a seguir o curso ditado pelo sistema econômico vigente que centra seus esforços em manter o mercado funcionando. O moderno sistema industrial capitalista depende de recursos numa dimensão desconhecida a qualquer outro sistema social na história da humanidade. À medida que se acelera o ritmo das atividades produtivas desta sociedade para atender ao padrão de consumo das economias mundiais, cria-se a condição predominante para a degradação ambiental e exaurabilidade do estoque de “capital natural”.

Desta forma a conservação do ambiente depende basicamente de alternativas e estratégias específicas a serem adotadas para preservação ambiental e a conseqüente melhoria da qualidade de vida, inicialmente com ações locais, pois é neste espaço que podemos influenciar mais diretamente nas ações e, também no monitoramento destas, e principalmente, na realização de atividades que envolvam o contato direto com a comunidade, como a educação ambiental e a conscientização para a preservação da natureza, não esperando nenhum modelo pronto de desenvolvimento, mas, sim, buscando construir em conjunto um modelo que trate de seus reais anseios e expectativas.

30440500/c3.2  
33. P

Este Plano aborda aspectos ambientais a serem trabalhados no município de Giruá, propondo diretrizes a serem executadas, com o intuito de desenvolvimento equilibrado e principalmente sustentado.

### OBJETIVO GERAL

Este Plano Municipal de Meio Ambiente tem como objetivo geral o estabelecimento de diretrizes, que deverão ser utilizadas, visando a melhoria da qualidade de vida e a preservação ambiental; e a partir de sua aprovação, passa a ser um instrumento da política ambiental do município, juntamente com o Conselho Municipal de Meio Ambiente, Fundo Municipal de Meio Ambiente e a Legislação Específica.

### OBJETIVOS ESPECIFICOS

A implementação da Política Ambiental no município de Giruá tem como princípios fundamentais o desenvolvimento sustentável com equidade de justiça social e equilíbrio ecológico, onde a Administração Municipal implantará e implementará a GESTÃO AMBIENTAL MUNICIPAL tendo, entre outros, os seguintes objetivos:

1. Dotar o município de uma Política Municipal de Meio Ambiente em consonância com as políticas estadual e federal, observadas as peculiaridades locais, e implantá-la, atendendo aos princípios do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA);
2. Definir e dotar o município de programas contemplando medidas que deverão ser adotadas visando diagnosticar as atividades e os empreendimentos efetiva ou potencialmente causadores de degradação ambiental ou que utilizem recursos naturais;
3. Promover o cadastramento, e mantê-lo atualizado, de todas as atividades efetiva ou potencialmente causadoras de degradação ambiental ou que utilizem recursos naturais, independentemente de porte e potencial poluidor, bem como estabelecer o programa de licenciamento;
4. Promover a fiscalização, em caráter permanente, sobre os recursos ambientais, visando a compatibilização do desenvolvimento socioeconômico com a preservação e proteção do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;
5. Proteger áreas de ocorrência de ecossistemas representativos mediante a criação de unidades municipais de conservação, e criar programas de proteção e recuperação de áreas de preservação permanente;
6. Promover medidas e estabelecer diretrizes de preservação, controle e recuperação do meio ambiente, considerando-o como patrimônio público, tendo em vista o uso coletivo e a melhoria da qualidade de vida;
7. Garantir a fiscalização e o controle permanentes das atividades efetiva e potencialmente poluidoras ou utilizadores de recursos ambientais, de modo a compatibilizá-las aos critérios, normas e padrões de proteção ambiental vigentes;
8. Criar e desenvolver políticas de preservação, conservação e recuperação da qualidade ambiental propícia a vida, visando assegurar, no território do município, condições para que ocorra o desenvolvimento socioeconômico compatível com a proteção aos ecossistemas e qualidade de vida;

50440500/03.2  
34 P

9. Acompanhar de forma permanente o estado da qualidade ambiental do território do município;
10. Fiscalizar o uso racional do solo urbano e rural, do subsolo, da água em consonância com a política estadual de recursos hídricos e do ar;
11. Definir prioridades de ação do gestor público municipal relativamente à qualidade e ao equilíbrio ecológico no território do município;
12. Incentivar o estudo e a pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos naturais e a resolução dos problemas, buscando metas de desenvolvimento sustentável para todos os setores produtivos do município;
13. Adotar medidas nas diferentes áreas do setor público e junto ao setor privado, para promover e manter o equilíbrio ecológico e a melhoria da qualidade ambiental, através da prevenção da degradação ambiental em todas as suas formas, e impedindo, minimizando e ou eliminando os impactos ambientais negativos e exigindo a recuperação dos ambientes degradados;
14. Implantar e implementar sistema permanente de monitoramento do ambiente na área do território municipal, em especial nas áreas críticas de poluição;
15. Promover a Educação Ambiental formal, não formal e informal, nos termos da Política Nacional de Educação Ambiental, objetivando capacitar a sociedade para sua participação ativa na preservação, conservação e melhoria do meio ambiente;
16. Incentivar ações promovidas por entidades não governamentais de proteção ao meio ambiente, respeitando sua autonomia e independência de atuação;
17. Implantar e implementar o Sistema Municipal de Meio Ambiente;
18. Promover a realização de diagnóstico de todo o município, como ferramenta essencial para o estabelecimento e revisão de políticas, planos, programas e projetos ambientais.

#### CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GIRUÁ

O município de Giruá apresenta as seguintes características gerais:

Em 1809 foi fundado o município de Rio Pardo, dele passou a fazer parte o território onde se situa Giruá, sendo que posteriormente passou a pertencer aos municípios de Cachoeira do Sul e Cruz Alta, respectivamente em 1819 e 1834.

Com a emancipação política e administrativa de Santo Ângelo, em 1873, a região passou a fazer parte do novo município com a denominação de Passo da Pedra.

Em 1955, pela Lei nº 2.601, o município de Giruá emancipou-se.

O nome Giruá, antigo Passo da Pedra, originou-se em razão de ser uma corruptela da palavra "j'eriva" do Guarani, usado pelos indígenas para indicar os abundantes cachos das frutas de Butiazeiros.

Com a utilização da palavra "j'eriva" pelos imigrantes da terra, que tinham dificuldades em pronunciar-la, houve uma evolução para "Jirua", grafando, todavia, com letra "G".

As terras onde se situa o Município de Giruá estão localizadas geograficamente na Microrregião Colonial das Missões. O relevo é suavemente ondulado, com altitude média de 420 metros.

50440500/03.L  
35

A vegetação da região é composta pela Floresta Subtropical do Alto Uruguai que foi aos poucos quase toda substituída por cultivos anuais diversos como: soja, trigo, milho, sorgo entre outros. Entremeados aos cultivos agrícolas e a criação de gado (leite e corte) encontram-se alguns "Capões", últimos resquícios da vegetação original.

Atualmente o município possui algo em torno de 10% de cobertura florestal, incluindo essências nativas e exóticas, ao contrário de tempos atrás, onde estes números se aproximavam de 50% de sua área total, e que este fato aliado ao uso inadequado dos recursos naturais de maneira geral, a monocultura extensiva, entre outros, contribuíram para esta degradação ambiental, e, também, para a descapitalização generalizada que passa nosso produtor rural, e, por consequência o município.

O solo pertence a unidade de mapeamento Santo Ângelo, classificado como Latossolo Roxo Distrófico, são solos que apresentam textura argilosa, tendo como substrato o basalto, é um solo profundo, de coloração vermelha escura, desenvolvido a partir de rochas eruptivas básicas. Em média possui mais de 60% de argila e menos de 10% de areia.

O clima da região onde se localiza Giruá é temperado, caracteriza-se por apresentar chuvas durante todos os meses do ano, com precipitações anuais entre 1.800 mm e 1.950 mm, e mensais entre 120 mm a 200 mm.

A velocidade média dos ventos é superior a 2 m/s.

A região é muito afetada por ondas de calor, especialmente regionais, com temperatura média anual de 19,9° C e também castigada por ondas de frio.

O município está situado na Bacia do Rio Uruguai e de seus afluentes, onde se destacam, em seu território, os rios Santa Rosa, Comandai, Cascavel, Santo Cristo, arroio Giruazinho, lajeado Laranjeira, entre outros.

A área total do território de Giruá é de 853,04 km<sup>2</sup>.

Giruá limita-se ao Norte com os municípios de Santa Rosa e Três de Maio, ao Sul com Santo Ângelo e Sete de Setembro, ao Leste com Catuípe e Independência e ao Oeste com Senador Salgado Filho.

O município está dividido em seis distritos, que são: Sede, Mato Grande, Candido Freire, Quinze de Novembro, São Paulo das Tunas e Rincão dos Mellos.

A sede possui os seguintes bairros: Centro, Hortêncio, Santo Antônio, Canova, Seger, Santa Rita, Mucha, Morada do Sol, Santa Fé, Nova, Moura, Leimann, Pró-morar, São José e Zimpel.

Com relação ao saneamento, em toda a área urbana possui sistema de distribuição de água potável por parte da CORSAN. Já na área rural a utilização de poços artesianos é a prática mais comum.

No aspecto relativo aos esgotos, não existe um sistema público de coleta e tratamento, sendo que a grande maioria utiliza-se de fossas sépticas, tanto no meio rural como urbano.

A coleta do lixo atinge 100% da população urbana, com uma produção média de 8,5 toneladas/dia, de segunda-feira a sábado, e enviado para a área que possui um Projeto de Uso e Remediação, para a qual já foi feito Termo de Acordo entre FEPAM e Município.

Na quinta-feira é recolhido o lixo seco que é enviado a Central de Separação do Lixo Seco, onde atua um grupo de cooperativados que realiza este serviço.

No município existe, ainda, um Depósito de Resíduos de serviços de saúde localizado no Rincão Nossa Senhora Aparecida, pertencente a empresa TAM, licenciado pela FEPAM.

Proc.	504405001032
Fis.	36

Giruá possui uma população de aproximadamente 19.152 habitantes, segundo a estimativa do IBGE em 2000. Estima-se que na sede vivam 12.599 pessoas e na zona rural 5.553 habitantes.

As propriedades rurais e seus respectivos tamanhos estão assim distribuídas: minifúndio 1.534 propriedades, pequena produtiva 515 propriedades, pequena 227 propriedades, média produtiva 87 propriedades, média 73 propriedades e grande produtiva 15 propriedades.

O acesso às localidades do interior é através de estradas de chão, algumas, ainda, muito suscetíveis ao desaguamento das águas oriundas das lavouras.

A mecanização agrícola é bastante utilizada devido as condições do solo, propícias a este tipo de agricultura.

O município apresenta problemas de erosão dos mais variados tipos e diferentes graus de intensidade, causados principalmente pelo mau uso do solo, falta de práticas conservacionistas adequadas e principalmente pela falta de cobertura vegetal, motivo pelo qual é incentivado a pratica do plantio direto.

No momento há três áreas de assentamento do MST necessitando da assistência da Administração Municipal.

A economia de Giruá baseia-se no seguinte: pequenas e médias empresas 109, comércio 428, profissionais autônomos 680. Ha um Condomínio Industrial que abriga 12 pequenas empresas.

Destaca-se, ainda, a agricultura e a pecuária, pois temos uma área agricultável de aproximadamente 56.000 ha, e uma bacia leiteira com produção mensal de 1 milhão e 500 mil litros.

Giruá apresenta grande potencial turístico, principalmente por suas belezas naturais como as cascatas do Passo da Pedra, Comandai, Cascavel e Lubian, além de uma área verde (Parque Integrado Elso Pilau), de aproximadamente 5 hectares, localizada praticamente no centro da cidade.

Estamos a 498 Km da capital do estado, sendo o principal acesso ao município a RS-344.

#### GESTÃO MUNICIPAL COMPARTILHADA

Embora a gestão ambiental seja de competência legal mais diretamente da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente, há a interação de diversas secretarias no que diz respeito ao meio ambiente:

- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos que atua no setor de controle do uso do parcelamento do solo urbano, bem como, gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos;
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura que é responsável pelo sistema de ensino e educacional, abrangendo também, a educação ambiental formal;
- Secretaria Municipal de Promoção Humana que concomitantemente com a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos é responsável pela implementação da política habitacional do Município, devem dar especial atenção para promover o tratamento e a recuperação de esgotos destas áreas;

50440500/03.2  
37  
JP

- Secretaria Municipal de Saúde que através da Vigilância Sanitária atua na fiscalização e controle ambiental nas áreas afins, além das Agentes de Saúde que atuam tanto na cidade como no interior em ações de prevenção de doenças, higiene e educação ambiental;
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico sendo de suma importância para o cadastramento e posterior formação do banco de dados ambientais, no que diz respeito às atividades potencialmente poluidoras, fundamental para o licenciamento ambiental.

### CARACTERIZAÇÃO DOS PROBLEMAS AMBIENTAIS

Os principais problemas ambientais são os seguintes:

- Perda da cobertura vegetal;
- Erosão e assoreamento dos cursos d'água;
- Contaminação dos recursos hídricos por agrotóxicos;
- Coleta e destinação de resíduos sólidos;
- Saneamento básico insuficiente.

OBS.: O presente Plano Municipal de Meio Ambiente tem por finalidade apresentar sugestões de projetos e programas com ações que venham a sanar estes problemas citados e analisados pelo corpo técnico da Administração Municipal e Membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente. É importante salientar, ainda, que este Plano é um instrumento dinâmico, pois deve ser monitorado e avaliado anualmente à medida que cada projeto e/ou programa apresentem os primeiros resultados.

**ANEXO 9 - LEI MUNICIPAL N° 2.180/2001 DE 13/03/2001 CRIANDO O  
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

## CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.

JOSÉ JOCEMIR ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e que sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente, composto por 12 (doze) membros, com a finalidade de assessorar, estudar e propor ao Prefeito Municipal, diretrizes políticas governamentais para o Meio Ambiente e deliberarem, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões técnicos, compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida da coletividade.

Parágrafo 1º - São membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente:

- I – Dois representantes da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente, sendo um Titular e um Suplente;
- II - Dois representantes da Secretaria Municipal da Saúde, sendo um titular e um suplente;
- III – Dois representantes da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, sendo um titular e um suplente;
- IV – Dois representantes da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, sendo um titular e um suplente;
- V – Dois representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, sendo um titular e um suplente;
- VI – Dois representantes da União das Associações Comunitárias de Bairros de Giruá, sendo um titular e um suplente;
- VII – Dois representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Giruá, sendo um titular e um suplente;
- VIII – Dois representantes do Sindicato Rural de Giruá, sendo um titular e um suplente;
- IX – Dois representantes da Associação Comercial e Industrial de Giruá, sendo um titular e um suplente;
- X – Dois representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Subseção Giruá, sendo um titular e um suplente;
- XI – Dois representantes da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Giruá, sendo um titular e um suplente;
- XII – Dois representantes da EMATER, sendo um titular e um suplente.

Parágrafo 2º - A Diretoria do Conselho do Meio Ambiente será composta por um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário e 01 (um) suplente, escolhidos dentre seus membros, conforme estabelecido em seu estatuto.

Parágrafo 3º - A escolha da diretoria será por votação direta, durante Assembléia Geral do Conselho, os quais serão nomeados pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo 4º - A diretoria terá mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleita por mais um mandato.

Parágrafo 5º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente poderá instituir, sempre que necessário câmaras técnicas em áreas de interesse, e ainda recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de relevante interesse ambiental.

Art. 2º - Ao Conselho Municipal do Meio Ambiente compete:

- I – Manifestar-se sobre as diretrizes para a política municipal do meio ambiente;
- II – Manifestar-se nos estudos e elaboração do planejamento urbano, planos e programas de expansão e desenvolvimento municipal, e em projetos de lei sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, plano diretor e ampliação da área urbana;
- III – Estimular e sugerir formas de inventário dos bens que constituirão o patrimônio ambiental (natural, ético e cultural) do município;
- IV – Propor a localização e o mapeamento das áreas críticas onde se encontram obras ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras;
- V – Promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental no município;
- VI - Emitir pareceres, quando solicitado pelo Executivo Municipal;
- VII – Propor e acompanhar os programas de Educação Ambiental;
- VIII – Incentivar atividades que propiciem a racionalização da exploração e preservação dos recursos naturais;
- IX – Exigir, no caso de omissão da autoridade competente, multas e outras penalidades, a pessoas físicas ou jurídicas que não cumpram as medidas necessárias à preservação ou recuperação dos inconvenientes ou danos causados ao meio ambiente;

X – Investigar a ocorrência de danos ao ambiente onde quer que ocorra, quer em propriedades públicas ou particulares;

XI - Estudar, sugerir e manifestar-se sobre a captação e aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente;

XII – Apreciar anualmente as contas do Fundo Municipal de Meio Ambiente e emitir parecer para sua aprovação, dando ampla publicidade ao mesmo;

Art. 3º - As sessões do Conselho serão públicas e os atos do mesmo, deverão ser amplamente divulgados.

Art. 4º - No prazo máximo de 60 ( sessenta ) dias após sua instalação, o Conselho Municipal do Meio Ambiente elaborará seu regimento interno, que deverá ser aprovado por Decreto do Executivo Municipal.

Parágrafo Único – A instalação do Conselho e nomeação dos conselheiros ocorrerá no prazo máximo de 90 ( noventa ) dias, a contar da publicação desta lei.

Art. 5º - O Poder Executivo Municipal, através de portaria, constituirá Corpo Técnico, formado por Profissionais ligados a Área Ambiental.

Parágrafo Único - Quando tiver em seu quadro de servidores tais Profissionais, serão nomeados estes, caso contrário, o Conselho Municipal de Meio Ambiente indicará tais profissionais.

Art. 6º - Ficam revogadas as Leis Municipais nº 881/89 e 1.317/93

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GIRUÁ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 13 DE MARÇO DE 2.001, 46º ANO DA EMANCIPAÇÃO.

JOSÉ JOCEMIR ALVES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Maristela de F. W. Klug

Secretária de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 2650/2003, 18 DE SETEMBRO DE 2003.

**ALTERA O “CAPUT” DO ARTIGO 1º DA LEI MUNICIPAL Nº 2180/2001, QUE “CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE”.**

JOSÉ JOCEMIR ALVES DA SILVA, Prefeito Municipal de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais:

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e que sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** - Altera o “caput” do artigo 1º da Lei Municipal nº 2180/2001, que “**CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**”, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente, composto por 12 (doze) membros, com a finalidade de estudar e propor ao Prefeito Municipal, diretrizes políticas governamentais para o Meio Ambiente e deliberarem no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões técnicos, compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial a sadia qualidade de vida da coletividade”.(NR).

**Art. 2º** - Os demais dispositivos da Lei 2180/01, continuam inalterados.

**Art. 3º**- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GIRUÁ, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 18 DE SETEMBRO DE 2003, 48º ANO DE EMANCIPAÇÃO.

**JOSÉ JOCEMIR ALVES DA SILVA**  
Prefeito Municipal

MARISTELA F. W. KLUG  
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se

Bel. Maristela de F. W. Klug  
Secretária de Administração

**ANEXO 10 - AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL FEITA LOGO APÓS A  
CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE PARA  
DISCUTIR OS PROGRAMAS PRIORITÁRIOS RELACIONADOS  
AO MEIO AMBIENTE**



50440500/03.2  
43 P

## AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos doze dias do mês de março do ano de dois mil e três reuniram-se no Salao de Eventos da Prefeitura Municipal, Membros do Conselho Municipal de Meio Ambiente, Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores, Ministério Publico e comunidade Giruaense para apreciarem e aprovaram o Plano Municipal de Meio Ambiente elaborado pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente respeitando a Legislação vigente e de acordo com a realidade do município de Girua. Logo após a explanação do Plano Municipal de Meio Ambiente pelo Engenheiro Florestal Carlos Souza, foi dividido a comunidade presente em 06 grupos os quais sugeriram o que segue. Todos os itens sugeridos a seguir, foram aprovados por unanimidade pelos presentes, fazendo desta forma parte do Plano Municipal de Meio Ambiente., que teve seus programas aprovados nesta data.

### **Programa – Destinação Dos Resíduos Sólidos –**

- Parcerias – Colocar as escolas como parceiras nos programas de educação ambiental, para agir junto a comunidade escolar.
- Aumentar o numero de vezes para coleta seletiva .
- Seja criado comissoes para auxiliar na elaboraçao dos projetos que integrarão os programas do Plano Municipal de Meio Ambiente.
- No projeto de coleta seletiva de residuos na zona rural – inserir o termo de reaproveitamento.
- Que conste um novo projeto. “ Destinação Final de Embalagens de Agrotóxicos.” Concedendo um prazo para implantação ate 31/12/03.
- Que seja criado um projeto para destinação final de lixo hospitalar(maior urgenica)



50440500/032  
44  
SP

#### **Programa de Conservação de Recursos Naturais.**

- Que seja criado um viveiro municipal para plantio de árvores nativas, para que as pessoas possam usufruir deste benefício.
- Incluir no projeto na margens dos rios e "nascentes".
- Incluir algumas no local de maiorias no Projeto de Conservação dos Solos.
- Incluir como Parceiros no Projeto de Conservação de Solo – Ministério Meio Ambiente e Governo do Estado através do DEFAP.
- \* Projeto reserva legal em propriedades rurais.

#### **Programa Municipal de Licenciamento Ambiental**

- Incluir armazéns de grão e olarias
- Incluir Capacitação dos Agentes Licenciadores e Fiscalizadores.
- Parceiras - Emater- Sec. Municipal de Agricultura com técnicos habilitados.
- \* Incluir capacitação para membros de Conselho

#### **Programa de Desenvolvimento do Turismo Ecológico e Rural.**

- Incentivar o cultivo e plantio plantas no município.

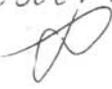
#### **Programa de Saneamento Urbano e Rural**

- Projeto de melhoria da água potável urbana e rural.

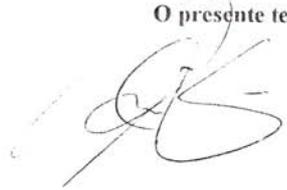
#### **Programa de Monitoramento Ambiental**

- Projeto de divulgação do Plano Municipal e Legislação Ambiental.

SP  
Dealtos  
EM  
re  
to  
R  
R

50440500/03.2  
115. 

O presente termo de audiencia publica sera assinada pelo presentes.



Simão Carmo Go

~~João Fernando~~

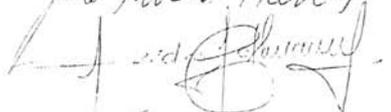
• Elias Luciano

Roberto Colares

Walter Augusto

• Lucas

João Ribeiro



• Valdir

• Adriano B. de

Daltro



• Elton

• 

50440500103-2  
46

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
PLANO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
LISTA DE PRESENÇA

Dia: 12/03/2003

Salão de Eventos da Prefeitura Municipal

NOME	Entidade/função	Contato
Ryglaine B. Krumm	AMB Inopamãe PM	9966 9917
Dono L. URRY	Reúdo	3361 7070
Quintin J. B. Costa	SEMURBIC	3361-1727
Roberto de Aguiar		
Roberto de Aguiar	Secretaria	9911 7148
Jamary Milange	Cooper. Alpede	3361-1503
EDSAR SANTA SILVA	SUP SUJ	3361.1171
Roberto de Aguiar	Comissão	9966 6383
Sergio Cassange	Secretaria	91183378
PIETRO BASSI	Associação	3366 2954/8102123
Roberto de Aguiar	P. Juntas	E M. Nicolini de T.
Roberto de Aguiar	Agricultor	
Roberto de Aguiar	Agricultor	

CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
PLANO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
LISTA DE PRESENÇA

Dia: 12/03/2003

Salão de Eventos da Prefeitura Municipal

NOME	Entidade/função	Contato
Elaine	Empresária	3361-8730
Simão B. Carneiro Jr.		
Roseli Souto	Profª / O.M.S. Pedro	
Milton Rosa	Vereador	9118 9494
Luiz Carlos D. Hoffmann	Biólogo	55-3512-3594
Luiz Fernando M. Loures	S. M. S. RUBIN	55-9118-3468
Thianna Jurgenich	S.M.D.E.	43875616
Priscilla Maria da Silva	Princ. S. Fe.	
Luiz Fernando de Souza	S. M. S.	
Francisco de Assis	S. M. S.	
Carlos Augusto	S.M.P.H.	9122 0125
Adriano Sidnei Buelow	Associação AGEA - ASSOC. Eng. Agrônomo	3361-1476

50440500103.2  
48

### CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

#### AUDIÊNCIA PÚBLICA PLANO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE LISTA DE PRESENÇA

Dia: 12/03/2003

Salão de Eventos da Prefeitura Municipal

NOME	Entidade/função	Contato
Calizangela Zelandier	E.H. E.F. Carneiro / Profª	3361-2033 ou 3337.8823
Fábia N. Fionni	E.H. E.F. Carneiro (prof)	3361-2511
Herberto Belenculer	CAMARA	9467.2861
ERILU BIZZI TORRES	PREFEITURA	9119-3587/33112000
Elton Meitzger	Soc. Agricultura	99772023
JOCIMAR SILVA	PREFEITURA	3361.2000
JOSÉ O. NATIVIDADE	ARQUITETO URBAN	-9962 3743
Marcos Provença	Soc. Agricultura	9946 2402
Yves Ribeiro Fialto	GTG	9561 4477
Basiléia da S. Oz	B. Maura	
Luciana R. Koch	EMEP J. J. B. Carneiro	3361-4013
Marlene E. Tyllmann	EMEP Batista	3361 3367
Kristina A. Georn	Emp. S. C. R. S. S. S.	3361-3112-9946612+

50440500/03.2  
49  
P

### CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

AUDIÊNCIA PÚBLICA  
PLANO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
LISTA DE PRESENÇA

Dia: 12/03/2003

Salão de Eventos da Prefeitura Municipal

NOME	Entidade/função	Contato
Roberto Taborda	Bairro S. José	Rua S. João - 126
Alcides dos Santos	Bairro S. José	
Roberto Lacerda	Associação Agrícola	
Roberto Lacerda	Associação Agrícola	
Luiz Augusto	SMEC	
Vitor F. Pereira	SEI DO COMPAHIC	
Antonio Lourenço	COOP. DE PROD.	
Roberto Lacerda	Associação Agrícola	3361-1379
Jose Cláudio Lacerda	ENFERM.	3361-2730
Henrique Regato	Fórum Juvenor	3361-1331
Eleonora H. Balsa	Rec. Municipal	3361-1449
Eleonora Balsa	Rec. Municipal	3361-3277
Carlos Souza	Cons. Meio Amb.	

**ANEXO 11 - PROGRAMAS E PROJETOS A SEREM IMPLANTADOS NO  
MUNICÍPIO LOGO APÓS A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL  
DO MEIO AMBIENTE**

PROGRAMAS E PROJETOS A SEREM IMPLANTADOS NO MUNICÍPIO DE GIRUÁ

PROGRAMA DE DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS	Justificativa	Recursos	Secr/Pare/Responsável	Realização
Projeto da coleta seletiva	Intensificar a coleta seletiva de lixo urbano, para melhor aproveitamento dos resíduos sólidos.	Fundo Nacional de Meio Ambiente Próprios	Secretaria de obras e Serviços Urbanos	2003 a 2005
Projeto de educação ambiental	Orientar a população quando a coleta seletiva, reaproveitamento dos materiais evitando desperdício. Sensibilizar para a questão da problemática ambiental Orientar o uso correto de lixeiras educativas.	Fundo do Meio Ambiente Municipal Convênios	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	2003 a 2005
Projeto da central de triagem e compostagem	Adequar a Central de triagem, implantar um novo aterro sanitário e de compostagem às necessidades do município gerando emprego e renda através de uma cooperativa de recicladores.	Fundo Nacional de Meio Ambiente Próprios	Secretaria de Educação e Cultura Escolas	2003 a 2005
Projeto de Coleta Seletiva Rural.	A proximidade da área rural com a área urbana associada às facilidades de deslocamento do meio rural para o urbano, bem como, do tipo de agricultura desenvolvido na região, leva as pessoas do meio rural a produzirem os mesmos resíduos que as pessoas da área urbana, no entanto a destinação destes é inadequada, principalmente quando se trata de resíduos inorgânicos. Reaproveitamento dos resíduos. Associado a este projeto, o desenvolvimento de um processo de recolhimento de embalagens triplice lavadas de agrotóxicos, irá contribuir de forma decisiva para o melhoramento das condições ambientais do meio rural.	Próprios	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	2003 a 2005
Destinação Final de embalagens de Agrotóxicos	Realizar o cumprimento da legislação vigente bem como buscar a viabilização de um local adequado para depósito.	Empresas do ramo	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente	31/12/03

5944050063.2  
38  
P  
18

PROJETOS

PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS	Justificativa	Recursos	Secr/Parc/Responsável	Realização
Projeto do Reflorestamento das margens dos rios e nascentes.	O reflorestamento dos rios abrange uma importância considerável, pois além de preservar as nascentes contribui para a conservação do solo, evitando alagamentos e perda dos recursos naturais. Implantação de um viveiro municipal. Levantamento da reserva legal das propriedades rurais.	Recursos próprios e ou convênios com empresas	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos MMA DEFAP/SEMA Escolas Emater	2003 a 2005
Projetos de limpeza dos rios	Faz-se necessário a limpeza dos rios, para a conservação e preservação da água e consequentemente do meio ambiente. Formar grupos de voluntários para ajudar na coleta dos resíduos encontrado nos rios.			
Projetos educação Ambiental Para o reflorestamento e limpeza dos rios	Este projeto é necessário devido a sua importância na sensibilização do pessoal envolvido diretamente ou não. E principalmente na questão de reincidência do ato poluidor.			
Projeto de Conservação dos solos	O fato de algumas propriedades rurais não desenvolverem sistemas de conservação de solos é um dado preocupante, pois se considerarmos que estas propriedades possuem pontos de captação de água (açudes, rios, lajeados), o assoreamento destes reservatórios é uma questão de tempo e real preocupação.	Convênios com Estado ou União	Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente Emater Cooperativas	2003 a 2005

50440500/032  
39.  
*[Handwritten signature]*

Continuação

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO ECOLÓGICO URBANO E RURAL	Justificativas	Recursos	Secr/Parc/Responsável	Realização
<p>Transformação da área da cascata do Comandai, Passo da Pedra e Área Verde em Áreas de Proteção Ambiental Municipal (APA)</p>	<p>A necessidade de se manter nos município áreas que de alguma forma possuem e preservem amostra da biodiversidade regional, além de possuir recursos naturais de relevante beleza e importância para a vida (água), e ter a sua localização em propriedades privadas, implica na limitação de determinadas atividades com o objetivo de disciplinar o uso e a ocupação do solo e dos recursos naturais. Sendo conseguido através da criação de APA(s), as quais além de manterem suas atividades econômicas, abrem a possibilidade de aumento da renda do(s) proprietário(s), destacando desta forma a função social da propriedade em defesa do meio ambiente.</p>	<p>Convênios estadual e federal</p>	<p>Secretaria da Agricultura e meio ambiente Secretaria de Desenvolvimento Plantur</p>	<p>2003 a 2007</p>
<p>Projeto de promoção do turismo rural</p>	<p>A existência de balneários no município demonstra pelo número que é uma das atividades de lazer, sendo uma potencial fonte de recursos para o município, que somente se efetivará se esta atividade for regulamentada. O processo de regulamentação deve ocorrer através da padronização das condições de higiene, saúde, ambiental e de infra-estrutura destes locais.</p> <p>Incentivar o cultivo de Butiazeiros (árvore símbolo do município).</p>	<p>O município deve agir como um facilitador para que os proprietários consigam os recursos necessários</p>	<p>Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente Secretaria de Desenvolvimento Plantur</p>	<p>2003 a 2005</p>

## PROJETOS

Continuação

21

50440500/032  
41

Continuação

PROGRAMA DE SANEAMENTO URBANO E RURAL	Justificativas	Recursos	Secr/Parc/Responsável	Realização
Projeto para a implantação de sistema de coleta de Esgoto Sanitário.	A existência de um sistema de coleta de esgotos cloacais é fundamental para um desenvolvimento equilibrado do município.	Convenio com Estado e Empresas	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	2003 a 2010
Projeto para tratamento do esgoto cloacal	Deve-se tratar o esgoto devido a importância na contaminação da água utilizada pelos moradores, podendo causar inúmeras doenças advindas desta contaminação.	Próprios Federal Estadual	SMAMA SOSU/SMS Emater	2003 a 2004
Projeto Saneamento Rural	Ampliação da rede de água potável na área rural			
Projeto de melhoria da qualidade da água potável no município.				
<b>PROJETOS</b>				

PROGRAMA DE MONITORAMENTO AMBIENTAL	Justificativas	Recursos	Secretarias	Realização
	É necessário que se faça o acompanhamento do andamento dos projetos, visando a manutenção e alimentação do banco de dados do município, bem como sua atualização. O monitoramento dos projetos deve ser realizado a medida que as etapas de cada projeto, esteja concluída. Divulgação do Plano e Legislação Municipal ( <i>site</i> Munic.)	Próprios	Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Permanente

504405001032  
42  
H

**ANEXO 12 - MODELO DE ENTREVISTA APLICADA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ENTREVISTA

1 – Identificação

Morador próximo ( )                      freqüentador ( )

Nome:

Endereço:

Sexo:

Idade:

Tempo de residência no local:

2 – O que achas deste Parque?

3 - Como você se relaciona com o Parque?

4 – Qual a descrição que você faz do Parque?

5 – Sabes como era esta área antes da criação do Parque? O que achas da criação do Parque?

6 – Tem conhecimento sobre o projeto inicial elaborado para o Parque e os motivos que levaram à sua criação?

7 – Há algum problema no Parque? Qual(is)?

08 – Quem deveria solucioná-los e que medidas deveriam ser tomadas para melhorar o Parque?

09 - Caso pudesse, o que você mudaria no Parque?